

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
CURSO DE DOUTORADO**

AUSTRICLÍNIO BEZERRA DE ANDRADE NETO

**A LÍNGUA EM GRAÇA:
ENUNCIÇÃO EM *INFÂNCIA*, DE GRACILIANO RAMOS**

Recife

2023

AUSTRICLÍNIO BEZERRA DE ANDRADE NETO

**A LÍNGUA EM GRAÇA:
ENUNCIÇÃO EM *INFÂNCIA*, DE GRACILIANO RAMOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (PPGCL/UNICAP) como pré-requisito para obtenção do título de doutor.

Linha de pesquisa: Processos de Organização Linguística e Identidade Social.

Orientadora: Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros

Recife

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

A5531 Andrade Neto, Austriclínio Bezerra de.
A língua em Graça : enunciação em Infância, de Graciliano Ramos / Austriclínio Bezerra de Andrade Neto, 2023.
121 f. : il.

Orientadora: Isabela Barbosa do Rêgo Barros.
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado em Ciências da Linguagem, Recife 2023

1. Enunciação, teoria da. 2. Subjetividade. 3. Linguística.
4. Ramos, Graciliano, 1892-1953 - Crítica e interpretação.
5. Benveniste, Émile - Crítica e interpretação. I. Título.

CDU 801

FOLHA DE APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Austriclínio Bezerra de Andrade Neto

A LÍNGUA EM GRAÇA: ENUNCIÇÃO EM *INFÂNCIA*, DE GRACILIANO RAMOS

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Banca examinadora



Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros - UNICAP - Orientadora



Dra. Maria de Fátima Villar de Melo - UNICAP - Examinadora interna



Dr. Edmilson José de Sá - CESA - Examinador externo



Dra. Juciane dos Santos Cavalheiro - UEA - Examinadora externa



Dra. Silvana Silva - UFRGS - Examinadora externa

Recife, 19 de abril de 2023.

*De tudo, ficaram três coisas:
A certeza de que estamos sempre começando...
A certeza de que precisamos continuar...
A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...*

*Portanto, devemos:
Fazer da interrupção um caminho novo...
Da queda um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro...
(Certeza, Fernando Pessoa)*

AGRADECIMENTO

É difícil enumerar todas as pessoas que, de uma forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho. Tenho medo de cometer injustiça, de ser indelicado. Pois foram muitas as vozes e muitas as mãos que se elevaram em meu apoio. Mas, não posso deixar de reconhecer aqueles que foram cruciais, cujas palavras e mãos foram estendidas naqueles momentos mais necessários e forneceram o auxílio que eu precisava. Ninguém faz nada sozinho, reconheço. E agradeço a você... a você... a você também. Enfim, a todos vocês. Obrigado... de coração.

Convém registrar que seres visíveis e invisíveis estiveram comigo: Deus; meus antepassados; Cristiane, minha esposa querida; meu bando de filhos (pois sete não permite mais uma classificação como família. Nem sei se consigo nomear todos); Prof.^a Isabela Barbosa do Rêgo Barros, minha paciente orientadora; meus professores do PPGCL-Unicap, que compartilharam seus dotes intelectuais e me serviram de inspiração (Professores André Luís de Araújo, Glória Maria Monteiro de Carvalho, Maria de Fátima Villar de Melo, Moab Duarte Acioli, Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo e Rossana Regina Guimarães Henz); meus professores do PPG-Letras da UFRGS, que me aceitaram como aluno especial em suas disciplinas (Alessandra Jacqueline Vieira, Heloísa Monteiro Rosário e Silvana Silva); meus colegas de doutorado; meus colegas de trabalho no Centro de Ensino Superior de Arcoverde, em especial o Prof. Franklin dos Santos Freire, cuja compreensão foi determinante para as adaptações pedagógicas e administrativas necessárias na instituição, o Prof. Carlos Alberto de Assis Cavalcante e o professor Edmilson José de Sá, pelas palavras de incentivo e sugestões. Agradeço também a professora Juciane Cavalheiros dos Santos, que se juntou aos outros professores na qualificação e na apresentação final da tese, oferecendo ricas contribuições.

Por fim, agradeço a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação, pelo apoio financeiro através da bolsa de estudo, sem a qual seria pouco provável que eu participasse do PPGCL-Unicap.

RESUMO

Propusemos, através deste estudo, contribuir com o debate estabelecido sobre a aproximação do pensamento enunciativo de Émile Benveniste com a literatura. Um debate complexo, considerando a peculiaridade da escrita do linguista francês e a escassez de produções orgânicas do autor sobre o tema. No entanto, tal relação encontra amparo teórico e pragmático, evidenciado pelos recursos a obras literárias em vários textos e nas tentativas de formulações teóricas em seus manuscritos. Mergulhamos no momento subjetivo benvenistiano para promover essa aproximação, tendo como objeto empírico a autobiografia *Infância* do escritor alagoano Graciliano Ramos. Reportamo-nos, também, aos trabalhos de Arfuch (2010), Calame (1986), Dosse (2015), Flores (2013, 2019a, 2019b); Greimas (1974), Hamburger (2013), Henry (2013) e Lejeune (2011) para pensar uma subjetividade enunciativa e sua presença na autobiografia, um texto que figura nos limites da linguagem, no que se refere à fronteira tênue entre a linguagem ordinária e a literária. Um texto caracterizado pela imbricação entre escritor, narrador e personagem, nos termos do gênero discursivo que representa. As reflexões desenvolvidas apontam para a importância da realização de estudos dessa natureza, que atendam ao convite deixado pelo próprio Benveniste, de que muitos desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Um campo promissor para se pensar a linguagem, continuar estudos inconclusos e para ampliar o alcance da teoria da enunciação de Émile Benveniste.

Palavras-chave: Teoria da enunciação. Subjetividade. Émile Benveniste. *Infância*. Graciliano Ramos

ABSTRACT

We propose, through this study, to contribute to the established debate on the approximation of Émile Benveniste's enunciative thought with literature. A complex debate, considering the peculiarity of the French linguist's writing and the scarcity of the author's organic products on the subject. However, such relationship finds theoretical and pragmatic support, evidenced by the resources to literary works in several texts and in the attempts of theoretical formulations in their manuscripts. We delve into the Benvenistian subjective moment to promote this approximation, having as an empirical object the autobiography *Infância* by the Alagoan writer Graciliano Ramos. We also refer to the works by Arfuch (2010), Calame (1986), Dosse (2015), Flores (2013, 2019a, 2019b); Greimas (1974), Hamburger (2013), Henry (2013) and Lejeune (2011) to think about an enunciative subjectivity and its presence in autobiography, a text that figures within the limits of language, in terms of the tenuous border between ordinary language and the literary. A text characterized by the imbrication between writer, narrator and character, in terms of the discursive genre it represents. The reflections point to the importance of carrying out studies of this nature, which respond to the invitation by Benveniste himself, that many stimuli should be thought of in the context of the enunciation. A promising field for thinking about language, continuing inconclusive studies and expanding the scope of Émile Benveniste's theory of enunciation.

Keywords: Theory of Enunciation. Subjectivity. Emile Benveniste. *Childhood*. Graciliano Ramos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A questão do método	11
1 UMA ESCRITA PECULIAR, UMA TEORIA INCONCLUSA E UMA ENUNCIÇÃO MARGINAL	17
2 O LINGUISTA, OS FUNDAMENTOS E UMA TEORIA	28
2.1 Émile Benveniste e sua filiação epistemológica.....	28
2.2 Fundamentos teórico-metodológicos da enunciação	36
3 O SUJEITO E A ESCRITA	46
3.1 Um sujeito em Benveniste	48
3.2 Uns sujeitos.....	64
3.3 A enunciação e a escrita	71
4 A AUTOBIOGRAFIA E O MONÓLOGO	74
4.1 Hamburger: a narração em primeira pessoa no romance memorialístico (1957).....	75
4.2 Philippe Lejeune: o pacto autobiográfico (1975)	76
4.3 Leonor Arfuch: o espaço biográfico (2002).....	79
4.4 François Dosse: o desafio biográfico (2005)	80
4.5 Benveniste: do monólogo à autobiografia	82
5 INFÂNCIA, DO VELHO GRAÇA	84
5.1 O Velho Graça	84
5.2 O lugar de Graça	86
5.3 <i>Infância</i> (1945)	87
6 ENUNCIÇÕES EM INFÂNCIA	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

Aceitar o convite da professora Isabela Barbosa do Rêgo Barros no curso *Enunciação e produção textual*, ministrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), para uma reflexão linguístico-literário-enunciativa em Émile Benveniste (1902-1976) foi, sem dúvida, uma das mais significativas experiências formativas que vivenciei. Isso não quer dizer que foi uma tarefa fácil. Não foi! Na verdade, foi muito difícil.

A peculiaridade do pensamento benvenistiano constitui, por si só, um elemento que impõe cautela para qualquer aproximação com os seus textos. O linguista é reconhecido pela complexa rede de termos que utiliza, pelas singulares definições e noções presentes nos seus escritos e pela característica flutuação conceitual (cf. FLORES 2019a, 2019b, 2013; ONO, 2014). Transpor sua teoria da enunciação para a realidade escrita constitui outro balizador. Como se sabe, Benveniste não tentou construir uma teoria da enunciação. A que recebeu seu nome é uma designação atribuída. Como não há uma teoria estabelecida, o estudo da enunciação a partir de sua perspectiva, não configura um procedimento metódico, organizado, sistemático, de caráter hipotético e sintético que o termo teoria representa (Cf. FLORES, 2019a; 2019b; 2013). Ainda mais, não há produção elaborada por ele que aborda, enunciativamente, a escrita literária, existindo referências marginais em seus textos publicados e nas suas anotações e manuscritos, ainda assim, pouco lesíveis (FENOGLIO, 2019; VIER, 2016a; 2016b). Ou seja, no que se refere a uma aproximação entre enunciação e a literatura, não existe um construto teórico-metodológico benvenistiano que subsidie uma investigação *a priori*. Para complicar ainda mais, vivenciar, integralmente, a pandemia da Covid-19, com todas as implicações dela decorrente, inclusive o comprometimento na saúde mental, foi o teste de fogo. Como, pois, é possível considerar demasiadamente positiva essa experiência formativa?

Quanto à pandemia, não se tem muito o que argumentar. Tivemos que aprender a lidar com os desafios, pouco a pouco, até conseguirmos estabelecer uma rotina de estudos que possibilitou a conclusão deste trabalho. Mas, por outro lado, ao mesmo tempo que contratemos diversos nos foram impostos, a pandemia nos oportunizou o contato com linguistas de todo o país, o que de outro modo seria pouco provável. Isso nos proporcionou uma compreensão, com maior clareza, da realidade dos estudos enunciativos, com suas potencialidades e limitações. Compreendemos, com essa troca de experiência, que algumas de nossas próprias inquietações são compartilhadas por outros pesquisadores que vislumbram a teoria da enunciação de Émile

Benveniste em diálogo com os mais diversos objetos linguísticos, inclusive a literatura. Tal constatação fortalece em nós o entendimento da fecundidade do presente empreendimento que, mesmo em sua assunção eminentemente prospectiva, configura uma contribuição ao debate estabelecido: que a teoria da enunciação de Émile Benveniste pode ser percebida em diferentes leituras.

Encaramos essa jornada com otimismo, mas estamos conscientes das advertências apresentadas por outros pesquisadores, como as de Flores (2018, p. 397), as quais tomamos como parâmetro, quando, ao iniciar o seu texto *A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual* adverte: “Deslocar as ideias de Benveniste para abordar a escrita, em sua realidade enunciativa, continua a ser um desafio muito difícil de ser superado”. Reconhecemos a lucidez dessa advertência e as encaramos com seriedade. Compreendemos que suas observações se aplicam, integralmente, à nossa proposta.

Mesmo com essa cautela apontada por Flores, permitimo-nos ousar na direção que tomamos, aproximando a enunciação benvenistiana da literatura, ancorados no convite deixado pelo próprio Benveniste ao finalizar o artigo *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, o último dos trabalhos publicado por ele sobre a enunciação: “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” e “seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (BENVENISTE, 2006, p. 90). Estamos atentos à advertência de Flores, como também da significância do convite de Benveniste. Cremos poder circular pelo campo da enunciação benvenistiana em uma perspectiva literária, atendendo ao convite deixado e, ao mesmo tempo, alerta para as implicações que essa perspectiva apresenta. O convite ao qual nos referimos decerto aponta para outras possibilidades, apresentamos uma.

A complexidade dessa empreitada exigiu não apenas leituras atentas, mas também leituras prospectivas. Para proceder essa prospecção, em um espírito de alargamento teórico para abarcar a escrita literária, inspiramo-nos nos questionamentos à linguística formulados por Flores (2019a). Deslocamos sua fala de seu contexto original, a de propor uma linguística como reflexão antropológica, no sentido de conhecimento geral do homem, mas preservamos certos postulados, como princípios norteadores, que atendem ao nosso propósito. De suas considerações destacamos: i) existem temas controversos na linguística que merecem ser problematizados; ii) as problematizações linguísticas não implicam respostas absolutas; iii) a linguagem, como propriedade humana, não se conforma integralmente a uma disciplina específica. Outras áreas, tais como a antropologia, a filosofia, a literatura e a psicanálise, somam-se à linguística para reivindicar um olhar sobre a linguagem.

Assim postulamos: i) a enunciação literária é um tema controverso na teoria benvenistiana, mas não é um tema estranho ao seu pensamento, visto ser a escrita e a literatura objetos de estudos do linguista; ii) a proposta deste estudo não se configura uma resposta absoluta à problemática da enunciação literária, mas se apresenta, autorizadamente, como uma contribuição ao debate; iii) A enunciação literária também é objeto de estudo da filosofia e da crítica literária que reivindicam seus olhares sobre a linguagem. Convidamos essas disciplinas a contribuírem com o pensamento benvenistiano.

No intuito de nos inserir nessa discussão e atender ao convite exposto em *O aparelho*, propusemos uma investigação empírica a partir de um texto *Infância*, de Graciliano Ramos, com o objetivo de promover um diálogo entre a teoria da enunciação de Émile Benveniste e a literatura.

Aqui nos deparamos com uma questão: as reflexões literárias de Benveniste, ainda que em termos inacabados, centralizam-se na poética, mas o diálogo que desenvolvemos é a partir de um texto prosaico. Poderíamos argumentar, a partir de Jakobson (1896-1982), linguista contemporâneo de Benveniste, que essa linguagem poética não estaria relacionada a um gênero literário *stricto sensu*, mas à função poética da linguagem. Para Jakobson (2010), essa função se caracteriza pela centralidade da mensagem no processo comunicativo. Trata-se de uma das funções da linguagem, mas que se encontra presente, predominantemente, na linguagem literária. Jakobson (2010) reivindica para a linguística “o direito e o dever de empreender a investigação da arte verbal em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos” (p. 206.). Diz o linguista: “qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora” (p. 163). Essa justificativa não parece suficiente, nem encontra respaldo entre estudiosos que consideram que as observações literárias de Benveniste são concernentes à poética exclusivamente (Cf. CAVALHEIROS, 2004, 2009; FLORES; TEIXEIRA, 2012; KNACK, 2018;).

Encontramos em Vier (2016, p. 23) uma observação para lidar com esse impasse. A pesquisadora chama a atenção para os muitos excertos em linguagem poética presentes na obra benvenistiana, mas, ela considera que, “independentemente do gênero literário e de sua procedência, os excertos visam à análise das línguas e da língua”. Reportando-se a Laplantine, Dessoins e Barthes, a pesquisadora comenta que, o que interessa a Benveniste é a literatura enquanto experiência (inter)subjetiva e diante de um poema, importa menos o que ele diz do que como ele diz, ou seja, como isto se fez. Para Vier (2016) mais importante do que refletir uma relação entre Benveniste e o poema é reconhecer essa relação para além dos vestígios presentes nos seus textos e relacioná-lo com a literatura na totalidade. Ela argumenta que os

excertos apresentados nas obras e as análises que o linguista procede sobre eles, revelam a busca por diferentes usos que possam auxiliá-lo a problematizar a linguagem. Como comprovação dessa tese, Vier (2016) apresenta tópicos presentes nessas análises: frase nominal, frase relativa, preposições, verbos, vocabulário indo-europeu e genitivo latino. Além disso, ela aponta a existência de excertos para problematizações intra e extralinguísticas como a eufemia, a noção de ritmo e expressões linguísticas e lexicais. De sorte que, conclui, “o poema comparece em Benveniste como interrogante e não como teoria (VIER, 2016, p. 30)”. Para a pesquisadora, do mesmo modo que foi a poesia que teria auxiliado Freud a pensar o inconsciente, foi Rimbaud quem ajuda Benveniste a interrogar o “eu” e o “outro”. A literatura está lá, afirma, pois tudo o que diz respeito à linguagem é objeto da linguística. Quer sejam poéticas ou ordinárias, Benveniste estaria em busca de contribuições para seu estudo da linguagem. A literatura em Benveniste aparece como método e não como tema (VIER, 2016). O que significa que Benveniste utiliza da literatura para suas análises linguísticas, mas não desenvolve reflexões literárias.

É nesse espaço que trazemos um texto em prosa, ao compreender que objeto de estudo do linguista francês é a linguagem em todas as suas manifestações. No final de sua vida, Benveniste se debruçou sobre a poética. Caso tivesse vivido mais tempo, talvez, ele se debruçasse sobre a prosa também.

Mesmo com a sugestão apresentada para lidar com a prosa em Benveniste, deparamo-nos, ainda, com um questionamento: como abordar a literatura no âmbito da teoria da enunciação de Émile Benveniste, tendo em vista que essa teoria pode ser classificada como inconclusa e nela a abordagem literária ocupa uma posição periférica?

A questão do método

Não há uma teoria da enunciação em Benveniste, no sentido clássico do termo. Também não há uma metodologia de pesquisa elaborada que possa subsidiar uma investigação enunciativa, pelo menos, também, no sentido clássico do termo: teoria como um conjunto de regras ou leis, mais ou menos sistematizadas, aplicadas a uma área específica e metodologia como corpo de regras e diligências estabelecidas para realizar uma pesquisa (Cf. MARCONI; LAKATOS, 2022).

Como uma teoria atribuída, extrair da teoria da enunciação de Émile Benveniste um encaminhamento metodológico assume, também, o caráter de atribuição. A ressalva é necessária, pois não apresentamos aqui, neste trabalho, um modelo definitivo para a

investigação do fenômeno linguístico da enunciação em sua dimensão literária. Parece ser, no entanto, necessário apontar, pelo menos, um roteiro que apresente um espírito científico, já que um método específico da linguística para abordar a enunciação literária não se faz presente. Na melhor das possibilidades, trata-se de uma proposta para permitir uma aproximação entre a enunciação benvenistiana e a literatura.

Iniciamos por vasculhar o próprio Benveniste, em busca de subsídios para enfrentar esse dilema. E, para tanto, escolhemos seu texto enunciativo final, em vista de sua reconhecida importância e sua característica de síntese. No início de *O aparelho formal da enunciação* o linguista apresenta sua clássica definição: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Logo após expor seu conceito, ele, imediatamente, apresenta possibilidades para o seu estudo. A enunciação pode ser estudada sob diversos aspectos: i) a realização vocal da língua ou enunciação fônica; ii) a semantização da língua; e iii) o quadro formal de sua realização. São três perspectivas sob as quais é possível vislumbrar a enunciação e construir distintas abordagens. Cada um desses aspectos considera um aparato metodológico próprio. No que se refere ao aspecto vocal, ele destaca a análise dos sons emitidos e recebidos. Quanto ao segundo aspecto, a semantização, a transformação da língua em discurso, Benveniste reconhece ser uma questão “muito difícil e pouco estudada” (p. 83). Mesmo assim, sinaliza encaminhamentos: “é ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação” (p. 83). No terceiro aspecto, o quadro formal da realização da enunciação, ele apresenta a existência de um conjunto de caracteres formais, no interior da língua, que manifesta a realidade da enunciação. Em seguida revela um roteiro para o seu estudo: “consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (p. 83). A enunciação escrita é apresentada no último parágrafo do artigo como uma realidade passível de investigação, na perspectiva de uma análise em dois planos: “o que se escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem (p. 90)”.

Mesmo sem uma metodologia estabelecida, é possível reconhecer direcionamentos e encaminhamentos, ainda que preliminares. Ou seja, há indicativos metodológicos em Benveniste, mas não se constituem, tecnicamente, uma metodologia científica (FLORES, 2019b). Essa observação estabelece uma perspectiva para uma atividade investigativa, quando se reconhece possibilidades que justificam procedimentos analíticos a partir de *O aparelho*, das quais destacamos três:

- A enunciação pode ser estudada em diferentes aspectos e em distintas perspectivas (vocal, semântico, formal, escrito, etc.).
- O processo de estudo formal considera o ato enunciativo, a relação situacional no qual o ato ocorre e a identificação dos instrumentos linguísticos necessários à enunciação.
- A enunciação escrita se processa em dois níveis.

A partir dessa leitura metodológica inicial e orientadora, outros encaminhamentos foram incorporados. Iniciamos por atentar para as observações de Flores (2019b, 2013) sobre a complexidade do pensamento de Benveniste e suas sugestões para lidar com ele. Tendo em vista a amplitude da produção benvenistiana, a flutuação conceitual e a incompletude de sua teoria, surge a necessidade de selecionar textos que servirão de ponto reflexivo. Assim, destacamos como sugestão metodológica:

- *Eleger um ponto de vista e selecionar textos por aproximação teórica.*

Recorremos, ainda, às sugestões de Flores (2018) presente no seu artigo específico para tratar a enunciação escrita. Nele, o pesquisador propõe avanços nesse ponto da teoria e sugere ir além do que o linguista francês formulou, considerando, inclusive, “deslocamentos e novas formulações conceituais” (p. 415). Ele desenvolve um esboço com indicativos como, por exemplo: i) “uma teoria da enunciação escrita implica necessariamente uma teoria de leitura (p. 415)”; ii) “a escrita comporta tanto as marcas daquele que escreve quanto daqueles que o autor faz se enunciarem em seu texto (p. 416)”; iii) “é possível aceitar que o locutor, assim como produz a enunciação escrita, produz também a leitura da enunciação escrita (p.416).”

A partir dessas sugestões de Flores (2018), no texto específico para tratar da enunciação escrita, destacamos outro subsídio metodológico.

- *Abordar a escrita, em uma perspectiva enunciativa, compreende promover deslocamentos conceituais.*

Agustini e Bertoldo (2011) são outros pesquisadores a quem recorreremos, pois fornecem outro ponto para a organização de um estudo enunciativo. O texto deles está baseado na construção de *corpora* em linguística da enunciação e revela a tensão imposta aos pesquisadores da linguagem para a escolha e a delimitação de seus objetos de investigação empíricos. Questão que os linguistas da enunciação, como defendem, não podem se furtar a enfrentá-las, sob pena de estabelecer um hiato obscuro entre o *corpus*, os objetivos, o método e os resultados obtidos no processo de estudo linguístico. Reportando-se a trabalhos desenvolvidos por Flores, Fromm, Greimas e Milner, os autores revelam que a análise enunciativa se constitui como um

procedimento singular, cujo roteiro não se pressupõe antecipadamente, mas se constrói permanentemente a cada processo investigativo. Eles criticam a visão, ainda presente, de uma relação instrumental entre a linguagem e o *corpus* de investigação que prioriza a descrição e análise das regularidades. Embora haja um certo caráter regular, “em linguística da enunciação, considerar o fato linguístico implica lidar com o singular (p. 126)”, sendo necessário renunciar a uma tendência generalizante nos estudos da linguagem e considerar a impossibilidade de totalizações. O caráter complexo de um estudo enunciativo se estabelece com uma relação de interdependência entre *corpus*, teoria e análise. Tal perspectiva aponta para uma diversidade de fatos linguísticos que podem se constituir como objetos de investigação. A construção do *corpus* linguístico enunciativo, nesse contexto, depende de um olhar possível do linguista para seu objeto de pesquisa, imbuído de uma lente teórica própria. Evidentemente, tal perspectiva possibilita distintas abordagens, de sorte que, comentam os autores, “um ‘mesmo’ *corpus* pode ser descrito/analísado de modos diversos por diferentes linguistas (p. 123)”. Como resultado, “do material eleito para descrição e a análise não se diz tudo” (p. 127). Também dele não se traz tudo, sendo sempre possível dizer mais.

Considerando as sugestões de Agustini e Bertoldo (2011), é possível depreender mais um encaminhamento para o estudo da enunciação literária:

- *A linguística da enunciação comporta análise particular e individual de seus objetos empíricos.*

Todos esses encaminhamentos são elementos contribuidores para este estudo. Identificamos neles apontamentos que podem subsidiar a construção de uma metodologia de análise aplicável à enunciação literária. Seguimos as sugestões apontadas por Benveniste (2006), Flores (2019a, 2019b, 2018, 2013) e Agustine e Bertoldo (2011) como norteadores científicos.

Estudamos o aspecto escrito da enunciação. Elegemos como prioritários os textos de Benveniste que se inserem no primeiro momento de sua reflexão enunciativa, marcado pela distinção pessoa/não-pessoa. Os textos que serviram de base para pensar a presença do sujeito na enunciação foram: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *As relações de tempo no verbo em francês* (1959), *Os níveis de análise linguística* (1962), *A linguagem e a experiência humana* (1965) e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Acrescentamos o *Aparelho formal da enunciação* (1970), por sua característica de síntese teórica.

Compreendemos e assumimos o ponto de vista que esse momento, que perpassa toda a produção benvenistiana e se estende por três décadas, representa um espaço privilegiado para

se pensar a ótica literária da enunciação, pois é nele que se constrói uma abordagem que culminará com a incorporação da subjetividade nos estudos linguísticos. Para Barthes (2012), ao colocar o sujeito no centro das grandes categorias da linguagem, Benveniste o fundamenta linguisticamente. A questão da subjetividade, que será abordada adiante, configura o ponto central da enunciação. Ou como explica Cox (2018, p. 198): “é em torno da noção de sujeito que a linguística da enunciação se constitui.”

Aceitamos, também, a sugestão de Flores (2018) de considerar deslocamento conceitual para abordar a relação sujeito/literatura. Recorremos às contribuições da linguística, da filosofia e da crítica literária, especificamente as reflexões sobre a subjetividade desenvolvidas por Arfuch (2010), Calame (1984), Dosse (2015), Greimas (1974), Henry (2013), Hamburger (2013) e Lejeune (2011).

Para abordar o caráter singular da enunciação, escolhemos o livro *Infância*, do escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953). Trata-se de uma autobiografia, cujo gênero está situado na fronteira da linguagem, entre o ordinário e o literário. Ele foi publicado em 1945 pela Editora José Olympio. Atualmente o livro encontra-se em sua 50ª edição.

A escolha de *Infância* como objeto empírico de investigação não foi aleatória. Tem explicações enunciativas. Primeiro, a escrita e a literatura não estão distantes da teoria da enunciação de Émile Benveniste. Há evidentes sinais de sua importância em seus estudos. Benveniste dedicou os últimos anos de sua vida produtiva aos estudos da enunciação, da escrita e da literatura. Em segundo lugar, a proximidade discursiva entre a autobiografia, gênero do livro *Infância*, e o monólogo, estabelece um enquadramento razoável para o estudo enunciativo da obra de Graciliano Ramos. Benveniste não discorre sobre a autobiografia, mas escreve sobre o monólogo que, como explica Werneck (2006), é um gênero situado na fronteira da linguagem, nos limites da verossimilhança realista, no que diz respeito à autenticidade dos eventos narrados e à história pessoal, a semelhança da memória, da autobiografia, do testemunho e da confissão, entre outros. Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste considera que o monólogo procede claramente da enunciação.

O tratamento enunciativo de *Infância* foi organizado com o olhar subjetivo a partir das ponderações derivadas do linguista francês e de outros pesquisadores. Seleccionamos trechos da obra e refletimos sobre sua construção enunciativa.

Nomeamos este trabalho como *A Língua em Graça: enunciação em Infância, de Graciliano Ramos*. A escolha poética para o título pode ser explicada. Língua, porque o trabalho, embora tenha por objeto empírico um texto literário, constitui-se uma abordagem linguística. Graça era o apelido de Graciliano Ramos em seu círculo familiar (Cf. MORAES,

2012) e, como o texto que vamos refletir apresenta traços íntimos, optamos por trazer o nome doméstico do autor. Graça, teologicamente falando, pode ser compreendida como uma dádiva, um dom. Considerando a afirmação de Benveniste que “a linguagem está na natureza do homem que não a fabricou” (BENVENISTE, 2006, p. 285), brincamos com o termo associando a linguagem como uma graça na constituição do homem. Enunciação, porque o tratamento teórico principal que fizemos foi considerando a teoria da enunciação de Émile Benveniste. *Infância* é o título do livro de Graciliano que utilizamos para esse estudo.

Organizamos esta tese em sete partes: na primeira, denominada *Uma escrita peculiar, uma teoria inconclusa e uma enunciação marginal*, problematizamos características do texto benvenistiano; na segunda, intitulada *O linguista, os fundamentos e uma teoria* apresentamos Émile Benveniste, sua filiação epistemológica e a sua teoria da enunciação; a terceira parte, *O sujeito e a escrita*, consideramos, dentro do universo enunciativo, o tratamento dado à subjetividade e a escrita; na quarta, *O sujeito autobiográfico*, debatemos o gênero discursivo-literário do objeto analisado neste estudo; a quinta, *Infância, do velho Graça*, apresentamos Graciliano Ramos e a sua obra autobiográfica *Infância*; na sexta parte *Enunciações em Infância*, realizamos nossas reflexões; por fim, apresentamos as considerações finais.

Esperamos que este estudo possa contribuir para a continuidade do diálogo entre teoria da enunciação de Émile Benveniste com a literatura, em atenção ao convite deixado pelo próprio Benveniste para um desdobramento dos seus estudos enunciativos.

Antes, porém, é necessário voltarmos nossa atenção para os pontos já apontados, a saber: a peculiaridade do texto benvenistiano, o caráter inconcluso de sua teoria da enunciação e o seu diálogo com a literatura. Dessa vez, no entanto, detalhando-os e problematizando-os, como veremos a seguir.

1 UMA ESCRITA PECULIAR, UMA TEORIA INCONCLUSA E UMA ENUNCIÇÃO MARGINAL

O pensamento de Benveniste é complexo. Muito complexo (FLORES, 2013; 2019a; 2019b; ONO, 2014). Flores (2013, p. 19), na primeira frase de seu livro *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste*, sintetiza bem esse julgamento: “É difícil ler Benveniste”. Algumas são as razões apontadas por ele para justificar essa observação: a amplitude da obra de Benveniste; a diacronia do pensamento benvenistiano; a flutuação terminológica; a incompletude da teoria da enunciação de Émile Benveniste; a literatura como devir em Benveniste. Vejamos essas observações detalhadamente.

A amplitude da obra de Benveniste é uma das mais importantes. Flores (2013), reportando-se a um levantamento bibliográfico escrito por Mohammad Moïnfar, apresenta que o linguista francês produziu 18 livros, quase 300 artigos, mais de 300 resenhas e 34 publicações, entre outras produções, além de um vasto arquivo manuscrito sobre diversos temas da linguística. Parte desse acervo foi reorganizado nos dois tomos de *Problemas de Linguística Geral* (PLG). O primeiro volume contém 28 trabalhos apresentados entre os anos de 1939 e 1963 e foi publicado em 1966. O segundo volume reúne 20 trabalhos apresentados entre os anos de 1965 e 1972. Ele foi publicado em 1974 quando Benveniste já se encontrava adoentado e apenas dois anos antes de sua morte

A amplitude da linguística benvenistiana também se evidencia pela compreensão que sua obra transcende os estudos enunciativos. Projetam-se nela, no mínimo, três perspectivas: i) as reflexões linguísticas *stricto sensu*, incluindo as comparatistas e, em especial, as referências à obra de Ferdinand de Saussure, estudos de fonologia, linguística geral, morfologia, pragmática, semântica, sintaxe, níveis de análises linguísticas, etc.; ii) um fazer interdisciplinar das ciências do homem em que a linguagem tem papel fundamental em um terreno limítrofe que lhe permite falar, em uma interdisciplinaridade (antropologia, cultura, filosofia, psicanálise, sociologia, etc.) e referências explícitas a outros estudiosos da linguagem como, Bloomfield, Chomsky, Harris, Hjelmslev, Jakobson, Sapir, Saussure e Trubetzkoy; e iii) uma nova linguística: a linguística da enunciação (conhecido por ser um dos fundadores dessa terceira perspectiva) (FLORES, 2019a, 2019b, 2013; FLORES et al, 2017).

A título de exemplificação desse pensamento, encontram-se nos textos publicados nos dois volumes do PLG referências e diálogos com não-linguistas, como os antropólogos Bronisław Malinowski (1884-1942) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009), com os filósofos

Bertrand Russell (1872-1970) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951), com os historiadores Lucien Febvre (1878-1956) e Erwin Panofsky (1892-1968), com os psicanalistas Sigmund Freud (1856-1939) e Jacques Lacan (1901-1981), com o sociólogo Marcel Mauss (1872-1950) entre outros (Cf. BENVENISTE, 2006, 2005).

Outra observação de Flores (2013) está relacionada à *diacronia do pensamento benvenistiano*. Ou seja, não é apropriado ler os seus textos como se fossem contemporâneos ou lineares. Cada texto possui uma lógica, uma rede específica de conceitos e uma terminologia próprias. Durante suas décadas de estudos, o linguista promoveu alterações conceituais e deslocamentos, de sorte que noções presentes em um texto, não podem ser equiparadas aos mesmos termos presentes em outro texto, revelando um pensamento em evolução. Tendo em vista que a atuação de Benveniste se estende para outros campos como a antropologia, a psicologia e a sociologia, seus textos também consideram os interlocutores (linguistas ou não), os temas (linguísticos ou não) e o veículo de divulgação (revista linguística, congresso linguístico ou não), contribuindo para sua complexidade.

Exemplificando o pensamento de Flores (2013), observamos que alguns dos textos benvenistianos mais famosos foram apresentados em eventos ou publicados em periódicos não linguísticos, como, por exemplo, o artigo *Da subjetividade na linguagem*, de 1958, apresentado originalmente no *Journal de Psychologie* ou o artigo *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967), apresentado no *13e Congrès des Sociétés de philosophie de langue française*. Dos 48 artigos publicados nos livros, 52% (25 textos) foram originalmente apresentados em revistas, eventos ou livros voltados para o público linguista, ao passo que os 48% restantes (23 textos) foram apresentados para outros públicos: oito textos para filósofos; quatro para psicólogos, três para literatos e os demais para antropólogos, filólogos, sociólogos, psicanalistas e semióticos.

Outro ponto observado por Flores (2013) é a *reconhecida flutuação terminológica*. Os textos benvenistianos são caracterizados pelo uso de homônimos (termos utilizados nos textos apresentam distintos significados), sinônimos (termos diferentes com os mesmos conceitos) e polissêmicos (termos que apresentam nuances de sentidos em diferentes momentos). Flutuações essas observadas em um mesmo texto ou em textos distintos.

A incompletude da teoria da enunciação representa outra observação. Não há registro em que Émile Benveniste tenha assumido o desenvolvimento de uma teoria da enunciação. Pelo contrário, em suas centenas de textos, em nenhum momento, ele utiliza a expressão “teoria da enunciação”. O que se chama de teoria da enunciação de Émile Benveniste é mais uma dedução feita pelos seus inúmeros leitores, do que o fruto de uma intencionalidade. Na realidade, destaca Flores (2013), sua obra enunciativa é constituída por um conjunto de artigos publicados entre

os anos de 1939 e 1970 que propõem um modo de ver a linguagem que poderia inspirar uma teoria de estudos da enunciação. Trata-se de um recorte de textos presentes nos dois volumes de PLG, definido por proximidade temática, por abordar conceitos pertinentes a esse campo de estudo, tais como enunciação, subjetividade linguística, tempo linguístico, instâncias discursivas, dêixis etc.

O cânon enunciativo benvenistiano é composto por dez textos: *A estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *Os níveis de análise linguísticas* (1962/1964), *A linguagem e a experiência humana* (1965), *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967), *Estrutura da língua estrutura da sociedade* (1968), *Semiologia da língua* (1969) e *O aparelho formal da enunciação* (1970). Representa 20% dos artigos presentes no PLG.

Para evidenciar esse caráter inconcluso da teoria enunciativa do linguista francês, identificamos pontos ao analisarmos o texto *O aparelho formal da enunciação*, considerado o texto enunciativo mais importante, dado o seu caráter de síntese.

O artigo foi publicado inicialmente na revista *Langages*, em 1970, quando Benveniste já se encontrava enfermo. Foi incluído posteriormente no segundo volume do PLG, em 1974. O texto apresenta a estrutura formal da enunciação. Apesar de sua importância, ele não contempla questões relevantes. Notas de rodapé, por exemplo, direcionam o leitor para outros trabalhos nos quais pontos da enunciação são trabalhados. É assim com referência ao aspecto semântico da enunciação, quando o linguista faz alusão ao texto *Semiologia da Língua* publicado um ano antes, em 1969, na revista francesa *Semiotica*, ou quando discute a temporalidade e direciona o leitor para outros trabalhos publicados no primeiro tomo de PLG. Nesse primeiro volume, como destaca Flores (2019a, 2019b, 2013), questões pertinentes à enunciação são apresentadas: a distinção pessoa/não pessoa, forma/sentido e semiótico/semântico.

Não é a única menção feita em *O Aparelho* que aponta para a transcendência dos limites do artigo ou mesmo para outras abordagens. Uma dessas situações é encontrada logo no início, quando são apresentadas possibilidades para o estudo enunciativo, tais como os aspectos vocal, semântico ou formal. Nessa situação, Benveniste declara: “Este processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos, principalmente três” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Este “principalmente” é sugestivo e indica a existência de outros aspectos não apresentados por ele, considerados, talvez, secundários. Em seguida, quando discorre sobre o aspecto semântico da enunciação, a conversão individual da língua em discurso, como o sentido se forma em palavras, o linguista insinua que a questão é “muito difícil e pouco estudada ainda” (p. 83).

Mais adiante, outra sinalização aparece, quando reconhece as dêixis como caracteres demarcatórios do locutor na enunciação. Contudo, ele pondera: “mas cuja análise teórica está apenas começando” (p. 84). Ao se aproximar do final do artigo, quando utiliza o exemplo da comunhão fática do antropólogo polonês Bronisław Malinowski (1884-1942) para exemplificar os limites do diálogo, Benveniste adverte: “a análise formal dessa forma linguística está por fazer” (p. 90). E, por fim, no último parágrafo, Émile Benveniste convida seus leitores para ampliação de seus estudos, inclusive apontando sugestões para o estudo da enunciação em seu aspecto escrito:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária da ‘oralidade’. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que se escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (BENVENISTE, 2006, p. 90).

Apesar do convite de Benveniste em seu texto enunciativo final para se abarcar a dimensão escrita da enunciação, ela ocupa em *O aparelho*, como apresentado acima, apenas três linhas: “Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 2006, p. 90). No que se refere à dimensão literária da enunciação, não há menção em *O Aparelho*. O texto final silencia essa abordagem.

Flores (2013) também não aborda a dimensão literária da enunciação entre as suas observações, quando comenta a complexidade do pensamento benvenistiano. No entanto, ele dedica o capítulo final de seu livro para discorrer sobre duas obras póstumas publicadas em 2011 e 2012, respectivamente, organizadas a partir de anotações manuscritas arquivadas na Biblioteca Nacional da França. Nelas, as referências à linguagem literária e à escrita configuram um ponto observacional a ser considerado.

Flores (2013) problematiza as novas publicações em três aspectos: i) trata-se de textos não submetidos à revisão de Benveniste, com consideráveis lacunas de formulações; ii) eles abordam aspectos da enunciação, mas não se restringem a eles e; iii) são textos curtos cuja pertinência para sua teoria da enunciação não é evidente.

A primeira obra foi organizada por Chloé Laplantine e recebeu o nome *Baudelaire*, em referência ao poeta, teórico e crítico francês Charles Pierre Baudelaire (1821-1867), cujo nome escrito pelo próprio Benveniste intitula uma pasta de papelão que contém, em seu interior, 409 folhas de anotações. A maioria (386 folhas) é concernente ao discurso poético e à poesia de Baudelaire. É uma publicação de 767 páginas com parte dos manuscritos de Émile Benveniste.

Trata-se de uma transcrição genética com a reprodução em fac-símile do manuscrito e a transcrição linear do texto original (FENOGLIO, 2019; VIER, 2016a; 2016b; FLORES, 2013).

Há advertências importantes sobre a publicação de Laplantine. Entre as observações, Flores (2013) destaca que *Baudelaire* não apresenta uma linguagem linear, nem está articulado às demais produções de Benveniste, sugerindo que as anotações manuscritas representam um pensamento em elaboração. Observa também que nele, Benveniste não opõe o ordinário ao poético, mas toma-os como representações possíveis da língua. Fenoglio (2019) tece críticas à publicação, apontando contradições entre os arquivos originais e a ação editorial, mas reconhece a importância do trabalho e a fidelidade da transcrição. Ela chama a atenção para que, das 386 folhas concernentes ao discurso poético e à poesia de Baudelaire, 351 apresentam apenas notas ou fragmentos de frases parciais e 35 apresentam fragmentos redigidos que poderiam ser classificados como rascunho, defendendo como impensável considerar o conjunto como um texto. Ela ainda destaca o caráter de instabilidade conceitual que, em sua interpretação, revelaria o fato de não ter Benveniste determinado a formulação final a ser oferecida ao leitor. Diz a pesquisadora: “Benveniste estava longe de ter fechado seu ‘ensaio’, ainda menos a redação de seu artigo” (FENOGLIO, 2019, p. 254).

A segunda obra póstuma é o livro *Últimas aulas no Collège de France* publicado por Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio. O livro apresenta anotações utilizadas por Émile Benveniste em suas derradeiras aulas do ano letivo de 1968-1969 no Collège de France, Paris. Compreende o período entre dois de dezembro de 1968 a primeiro de dezembro de 1969, totalizando 16 aulas. O livro foi organizado tomando como base as anotações originais de Benveniste e as anotações de Jean-Claude Coquet e Claudine Normand (1934-2011), que estiveram presentes. A partir da aula oito, Émile Benveniste nomeia a sessão como A Língua e a Escrita e, nela, o linguista se dedica a pensar essa relação. Não há, em *Últimas aulas*, uma aula ou anotações particulares sobre a literatura.

Essas observações sobre a complexidade da obra de Émile Benveniste revelam a pertinência da advertência de Flores (2018) quanto à dificuldade de abordar a escrita, incluindo, também, a literatura.

1.1 Por uma abordagem literária da enunciação

Felizmente, o próprio Flores, e outros pesquisadores, têm desenvolvido estudos que permitem proceder prospecções teórico-metodológicas que subsidiam aproximações entre a

escrita literária e enunciação. Esses estudos contornam os desafios apontados, com sugestões para lidar com as questões levantadas. Nesse entendimento, prosseguimos essa investigação.

Para tratar da *amplitude da produção teórica benvenistiana*, Flores (2019a, 2019b, 2013) sugere o desenvolvimento de uma perspectiva de leitura. Para tanto, ele aconselha trabalhar com momentos de reflexão do linguista, que não são necessariamente cronológicos, mas apontam para divisões temáticas. Essa divisão em momentos possibilita uma compreensão dos movimentos construtores da teoria da enunciação. Trata-se, no entanto, como faz questão de ressaltar, de um viés didático, de um método de leitura. Eles não constituem fases da teoria. Os momentos ao qual se refere são três:

O primeiro momento ou primeira divisão temática da obra benvenistiana é marcado pela distinção pessoa/não-pessoa. Trata-se de um período voltado para as questões sobre a subjetividade na linguagem e dá origem a um conjunto de conceitos e termos importantes para o quadro figurativo da enunciação, tais como: eu, sujeito, locutor e subjetividade. Os textos que configuram esse momento foram publicados entre os anos de 1946 e 1968. São eles: *Estrutura das relações de pessoa no verbo (1946)*; *A natureza dos pronomes (1956)*; *Da subjetividade na linguagem (1958)*; *As relações de tempo no verbo em francês (1959)*; *A linguagem e a experiência humana (1965)*; e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1968)*.

O segundo momento compreende a distinção semiótico/semântico, no qual esboça suas complexas relações. São textos publicados na década de 1960 e noções capitais são neles apresentadas, como forma, sentido, referência, discurso. Os textos desse período são: *Os níveis de análise linguística (1962)*; *A forma e o sentido na linguagem (1966)*; e *Semiologia da língua (1969)*.

O último momento é a formulação da ideia do aparelho formal da enunciação. Trata-se de um momento síntese, marcado pela publicação de um último trabalho enunciativo: *O aparelho formal da enunciação (1970)*. Conceitos evocados anteriormente são resgatados e outros termos são trazidos à luz para compor seu pensamento, tais como o aparelho formal da língua, diálogo, índices específicos e procedimentos acessórios.

Quanto à *diacronia do pensamento de Benveniste* e a *característica flutuação terminológica* presentes em seus textos, Flores (2019a, 2019b, 2013) sugere que, para tratar desses desafios, o leitor pode adotar algumas medidas: dar prioridade a uma leitura que respeite a lógica interna de cada texto; não ler os textos como se fossem contemporâneos; e evitar fazer comparações entre os textos, procedendo, no máximo, aproximações.

Ono (2014) observa a importância de se atentar para as entrelinhas e observar a extensão semântica das palavras usadas nos textos, sugerindo, enfaticamente, que o processo de leitura da obra benvenistiana configura uma abordagem lenta, com avanços paulatinos

No que se refere à *incompletude da teoria da enunciação* de Émile Benveniste, o seu enquadramento na categoria de um trabalho inacabado, o pensamento de Kristeva refuta a profundidade do julgamento, estabelecendo um patamar razoável para sua compreensão: “Às vezes se diz que Benveniste deixa uma ‘obra inacabada’, empregando uma fórmula que pode subestimar o alcance dos textos (KRISTEVA, 2014, p. 33).” É evidente, e a própria Kristeva reconhece, que há um caráter inconcluso na obra benvenistiana por várias razões, inclusive por seu adoecimento e interrupção abrupta de sua vida acadêmica. Mas, olhando atentamente, ao que nos parece, o inacabado seria mais relacionado à forma que ao conteúdo. Em outras palavras: sugerimos que a profundidade dos estudos enunciativos de Émile Benveniste permite vislumbrar importantes conceitos, apontados por vezes explicitamente, e por vezes implicitamente, mas que norteiam um caminho para a compreensão desse fenômeno linguístico.

Flores (2019a, 2019b, 2013) defende o entendimento que a não intencionalidade da criação de uma teoria, por parte de Benveniste, representa uma asserção importante, pois configura a compreensão de que ela não deve ser observada como um modelo acabado ou mesmo um modelo em construção. Esse comentário confere aos textos amplas potencialidades teóricas e analíticas.

Quanto à *dimensão escrita da enunciação* e a posição marginal que ela ocupa no texto de 1970, não significa que ela representa uma condição inferior entre os outros aspectos da enunciação. O fato de ter sido mencionada revela que ela teve espaço, em algum momento, nas reflexões de Benveniste. Como ressalta Flores (2019a, 2019b, 2013), a escolha por enfatizar o aspecto formal em seu último texto não minimiza a importância dos outros aspectos. Flores (2018) salienta que Benveniste não desenvolve essa reflexão da enunciação escrita em *O aparelho*, pois se limita a abordar o aspecto geral da enunciação, o seu quadro formal. Dentro dessa ótica, Cervo (2013) considera que a enunciação escrita seria um projeto inacabado, cabendo aos seus leitores a continuidade de seu desenvolvimento.

Pesquisadores têm seguido esse entendimento e acolhido essa sugestão promovendo estudos na área como, por exemplo, Silva (2018), que considera ser na dimensão do discurso que se pode conceber o texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem; Fenoglio (2013), que compreende ser possível abordar a enunciação escrita a partir do estudo do rascunho manuscrito, como marcas ou vestígios enunciativos; Juchem (2012), que analisou a escrita e a reescrita de textos produzidos por alunos ingressantes no ensino superior, ressaltando o caráter

intersubjetivo das produções e a necessidade evidente do aluno marcar-se no texto; Knack (2012), que defende a teoria enunciativa benvenistiana no ensino da Língua Portuguesa como pauta necessária para o tratamento do texto falado e escrito; Endruweit (2006), que debruçada sobre a redação escolar no Ensino Médio, comparou os rascunhos originais com as versões finais entregues aos professores, na concepção de que o sujeito escrevendo deixa marcas de sua experiência. Independente dos seus objetos empíricos (redações, manuscritos, discursos, etc.), os pesquisadores sinalizam as marcas singulares que demarcam a enunciação também na escrita.

No que se refere à relação entre enunciação e a literatura, ela se configura como uma das mais férteis em termos de produção teórica. Diversos estudiosos da linguagem refletiram sobre os mecanismos da enunciação com o texto literário, a exemplo de Jakobson, Bakhtin, Barthes, Maingueneau e Fiorin (FLORES; TEIXEIRA, 2012). Não há menção, por razões óbvias, à contribuição de Émile Benveniste nesses estudos: simplesmente não há publicações sobre essa temática. Mesmo nos livros póstumos, com evidentes esforços de formulação conceitual, não existe uma organicidade suficiente para promover uma discussão conclusiva entre o pensamento enunciativo benvenistiano e a literatura. Mas tal aproximação, apesar da inexistência de formulações teóricas, parece-nos natural, por razões igualmente óbvias: a produção de Émile Benveniste é repleta de referências à literatura, com a presença de excertos de vários poetas, observações sobre a peculiaridade da escrita literária e tentativas de formulações teóricas. Elas revelam sinalizações que sugerem a potencialidade de sua incorporação à sua linguística enunciativa. Vejamos:

Recorrendo, especialmente, aos estudos de Françoise Bader, Chloé Laplantine e Mohammad Djafar Moïnfar, Vier (2016a, 2016b) identifica vestígios que confirmam que a literatura está entre os interesses de Benveniste desde o início dos seus estudos. Ao analisar os 48 artigos dos dois volumes do PLG, a pesquisadora constata a presença de excertos literários em treze textos, referentes às obras dos poetas gregos Anacreonte, Aristófanes, Ésquilo, Eurípidas, Homero, Hesíodo, Píndaro, Sófocles, Teócrito e Teógnis; dos romanos Ovídio, Plauto e Virgílio; e dos modernos franceses Baudelaire e Rimbaud. Outra constatação é a identificação em sete textos dos termos “literatura” e “poema” e os correlatos “poesias”, “poética”, “poeta” e “linguagem poética”, utilizados em contexto de problematização com relação à linguagem poética. Além disso, a pesquisadora apresenta uma cartografia das produções de Benveniste, que não estão presentes no PLG, que tratam da literatura: a resenha do romance alemão *Os Cadernos de Malte Laurids Brigge*, do poeta Rainer Maria Rilke para a revista *Philosophies* (1924); os textos *Draxt Asürîk e a versificação pehlevi*, no qual analisou

sua redação poética publicado no *Journal Asiatique* (1930); *Hymnes manichéens*, com tradução para francês de poemas em língua parta (1937); *La légende de Kambabos*, a partir de fragmentos de poema e literatura (1939); *A água viril*, no qual tratou do imaginário poético da água, publicado na revista *Pierre à feu* (1945); *La légende des Danaïdes*, no qual, novamente, procedeu uma análise do poema e da literatura (1949); além dos inúmeros excertos presentes em *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1969).

Benveniste apresenta diversos comentários sobre a peculiaridade da escrita literária, notadamente a poética. Em 1966, por exemplo, no texto *A forma e sentido da linguagem*, que foi apresentado na conferência inaugural do *XIII^e Congrès de la Société de Philosophie de Langue Française*, realizado em Genebra, na Suíça, ele esclarece aos seus interlocutores em que domínio ele situa seus estudos, mas, ao mesmo tempo, revela que seus postulados podem ser apropriados para a análise da escrita literária:

Nosso domínio será a linguagem ordinária, a linguagem comum, com exclusão expressa da linguagem poética, que tem suas próprias leis e funções próprias. A tarefa, concordarão, é ainda assim bastante ampla. Mas tudo o que se pode esclarecer no estudo da linguagem ordinária será de proveito, diretamente ou não, para a compreensão da linguagem poética também (BENVENISTE, 2006, p. 221-222).

É importante observar que há um reconhecimento, nessa fala, da existência de diferenças relevantes entre a linguagem ordinária, na qual as suas análises linguísticas se desenvolvem, e a linguagem literária, em decorrência de suas características constitutivas. No entanto, ele considera que seus estudos possuem um espectro suficientemente amplo para abarcar essas duas dimensões da linguagem.

Em 1968, em uma entrevista ao escritor e crítico literário Guy Dumur (1921-1991) para a revista *Le Nouvel Observateur*, Benveniste é questionado sobre o interesse da linguística pela poética:

G.D. – O senhor pronunciou a palavra poema. A linguagem poética tem interesse para linguística?

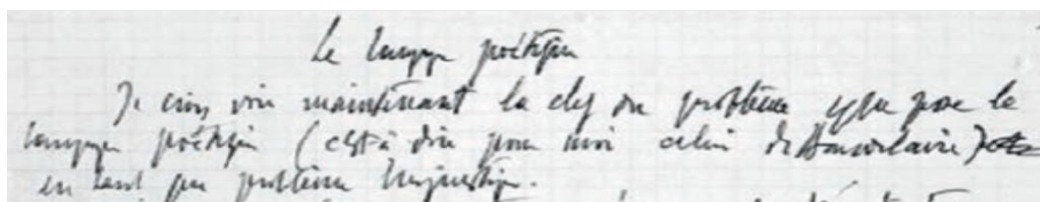
E.B. – Imensamente. Mas este trabalho apenas começou. Não se pode dizer que o objeto de estudo, o método a ser empregado já estejam claramente definidos. Há tentativas interessantes, mas que mostram a dificuldade de se abandonarem categorias utilizadas para a análise da linguagem ordinária (BENVENISTE, 2006, p.37).

É explícito na resposta de Benveniste que a literatura tem relevância para a linguística. Em segundo lugar, ele reconhece a existência de esforços para promover essa aproximação, mas, ao mesmo tempo, esbarra em aspectos metodológicos. Tanto a definição do objeto quanto o método não estavam claros. Ele sugere que as abordagens centradas na linguagem ordinária não parecem adequadas para a linguagem poética.

Se, nos textos publicados em vida, a referência à escrita e à literatura é limitada, o mesmo não acontece nas obras póstumas. Nelas encontram-se discussões explícitas. Mas, como vimos anteriormente, esses novos textos suscitaram questionamentos. Mesmo assim, entendemos que os apontamentos críticos sobre *Baudelaire* levantados por Flores e Fenoglio não diminuem o impacto positivo dos manuscritos sobre os estudos enunciativos, pois revelam que Émile Benveniste, no final de sua vida produtiva, dedicava energia intelectual para estudar a escrita literária, particularmente a linguagem poética em Charles Baudelaire. Sobre essas observações nos manuscritos, Vier (2016a, p. 51-52) destaca que: “Não é porque não há texto lesível que o *Dossiê Baudelaire* deixe de trazer precioso material sobre a teoria da enunciação de Benveniste”.

Fenoglio (2019), ao ponderar as potencialidades de *Baudelaire*, reconhece que, “visivelmente, Benveniste constitui um programa de levantamento de dados” (p. 218) e apresenta nos manuscritos “tentativas de formulações teóricas” (p. 224). Daí, afirma, pode-se “deduzir que Benveniste preparava um artigo do qual a poesia de Baudelaire constituiria o corpus de apoio (p. 209)”. A pesquisadora considera que não se constitui um problema levar Benveniste para o lado da literatura, mas adverte ser necessário compreender a amplitude do pensamento benvenistiano na linguística para a análise dos manuscritos, concluindo ponderadamente “o interesse pelo literário, nele, não é propriamente literário” (p. 254). Ou seja, o *corpus* da pesquisa de Benveniste é Baudelaire, mas o seu objetivo é “determinar linguisticamente os elementos que fundam a particularidade de um discurso poético” (p. 209).

Ao se analisarem excertos do manuscrito, observa-se, que Benveniste estava, nitidamente, construindo uma abordagem linguística da literatura que, provavelmente, teria implicações em sua teoria da enunciação. Convém averiguar alguns trechos do manuscrito (Fig. 1 e 2), conforme apresentado por Fenoglio (2019):



Le langage poétique Je crois voir maintenant la clef du problème que pose le langage poétique (c'est à dire pour moi celui de Baudelaire) en tant que problème linguistique.	A linguagem poética Acredito ver agora a chave do problema que a linguagem poética coloca (isto é, para mim, a de Baudelaire) enquanto problema linguístico.
---	---

Figura 1 - Acervo de Émile Benveniste na Biblioteca Nacional a França. Disponível em Fenoglio (2019, p. 249).

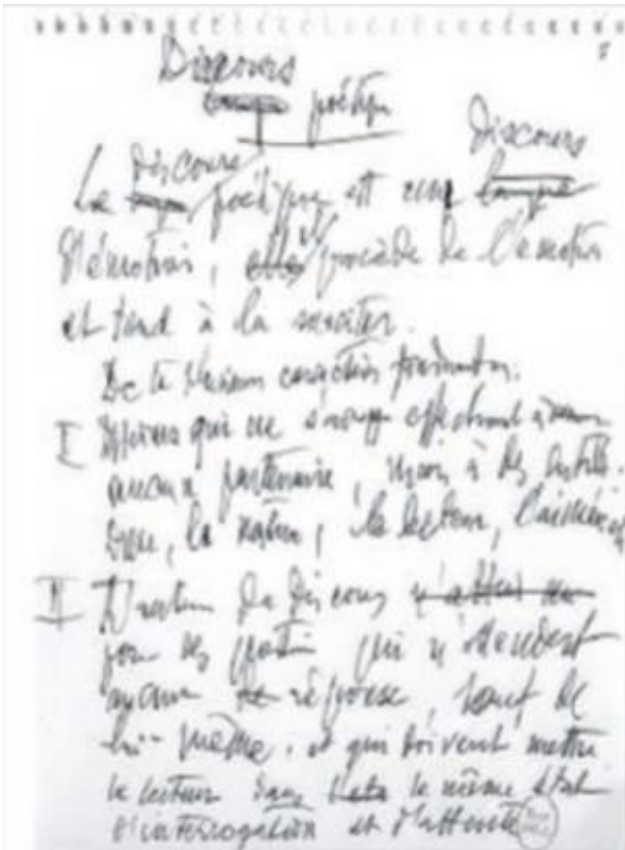


Figura 2 - Acervo de Émile Benveniste na Biblioteca Nacional da França. Disponível em Fenoglio (2019, p. 251).

Langue <Discours> poétique

La/e langue <discours> poétique est une langue <discours> d'émotion, elle <il> procède de l'émotion et tend à la susciter.

De là plusieurs caractères fondamentaux:

I Discours qui ne s'adresse effectivement à aucun partenaire, mais à des entités: Dieu, la nature, le lecteur, l'aimée etc.

II L'auteur du discours n'attend au pose des questions qui n'attendent aucune de réponse, sauf de lui-même et qui doivent mettre le lecteur dans le même état d'interrogation et d'attente.

Língua <Discurso> poético

A/O Língua <discurso> poético é uma língua <discurso> de emoção, ela <ele> procede da emoção e tende a suscitá-la.

Daí várias características fundamentais:

I Discurso que não se dirige efetivamente a nenhum-parceiro, mas a entidades: Deus, a natureza, o leitor, a amada etc.

II O autor do discurso não espera coloca questões que não esperam nenhuma resposta, exceto de si mesmo e que devem colocar o leitor no mesmo estado de interrogação e de espera.

Mesmo sendo um texto em elaboração, as pistas de Benveniste deixadas em *Baudelaire* reforçam, ainda mais, a importância e a validade do seu convite em *O Aparelho formal da enunciação*, de que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação (BENVENISTE, 2006, p. 90)”, mesmo a enunciação literária.

Os sinais deixados nos textos publicados (referências explícitas e veladas) e nos textos manuscritos (anotações pessoais e roteiros de aulas) estão repletos de insinuações, sugestões e convites para a incorporação dessas temáticas aos estudos linguísticos da enunciação, tornando evidente que a escrita literária tem espaço no pensamento enunciativo de Benveniste. No entanto, os termos dessa presença não estão claros. Compreendemos que alargar os horizontes dessa teoria configura uma condição necessária, posto que o linguista não concluiu essa parte de seu pensamento.

2 O LINGUISTA, OS FUNDAMENTOS E UMA TEORIA

2.1 Émile Benveniste e sua filiação epistemológica

Ezra Benveniste era filho de Mathathias Benveniste e Maria Malkenson, inspetores das escolas da *Alliance Israélite Universelle*. Judeu sefardita, nascido em Alepo, norte da Síria, em 1902, emigrou para a França em 1913, aos 11 anos, para estudar na *École Rabbínique de France* e seguir uma carreira religiosa. Interessou-se pelos estudos linguísticos desde cedo. Descoberto pelo indianista e orientalista Sylvain Lévi (1863-1935), foi conduzido a Antoine Meillet (1866-1936) para uma formação linguística comparatista e saussuriana. Enquanto cursava seu estudo superior, participou de conferências e cursos ministrados por Jules Bloch (1880-1953), especialista em línguas indianas; Louis Finot (1864-1935), arqueólogo especializado na cultura do sudeste asiático; e Émile Chatelain (1851-1933), paleontógrafo e latinista (DOSSE, 2018, BENVENISTE, 2014; FLORES, 2013).

Em 1924, aos 22 anos, naturalizou-se francês e adotou o nome Émile. Em 1927, aos 25 anos, sucedeu a Antoine Meillet como professor na *École Pratique des Hautes Études*, ocupando a cátedra de gramática comparada e iraniano. Em 1935, aos 33 anos, recebeu seu doutorado em letras com a tese *Origines de la formation des noms en indo-européen*. Em 1937, aos 35 anos, tornou-se professor de gramática comparada no *Collège de France*. Em 1939, emigrou para a Suíça, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, retornando à França em 1945, após o fim do conflito. Em 06 de dezembro de 1969, quando o linguista estava com 67 anos, um Acidente Vascular Cerebral (AVC) o deixou definitivamente paralisado e afásico. Cinco anos depois, em 1976, ele morreu em Versalhes (DOSSE, 2018; FLORES, ENDRUWEIT, 2017; BENVENISTE, 2014; FLORES, 2013).

Estudioso dedicado, Benveniste levou uma vida discreta. Nada além dos encontros científicos e as pesquisas de campo o afastavam de sua mesa de trabalho. Entre 1931 e 1967, com exceção de apenas um, participou de todos os congressos internacionais de linguística. Entre os anos de 1947 e 1958 participou ativamente dos congressos internacionais de orientistas (estudos da língua e cultura do oriente). Entre 1947 e 1953, pesquisas de campo o conduziram para o Irã (onde desenvolveu estudos dos dialetos *sivand*, *semnani* e *surxei*), para o Afeganistão (para o estudo das línguas *paraci*, *suyni*, *iskasmi*, *sangleci*, *wasi* e *mungi*) e para o Alasca (EUA), onde estudou línguas não indo-europeias: o *haida*, o *tingit*, o dialeto de *Kassaan* e a língua *yokun* (REDARD, 2014).

Émile Benveniste foi um dos mais importantes pensadores da linguagem de todos os tempos. As questões levantadas por ele, como as sistematizadas em sua teoria da enunciação, coloca-o no pedestal entre os mais influentes pensadores, ao lado, por exemplo, de Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson, Noam Chomsky e Mikhail Bakhtin. Como diz Guimarães (2018, p. 23): "há algo do seu trabalho que permanece para além dos embates do período em que produziu o conhecimento que produziu". O que significa dizer que o pensamento do linguista francês continua influenciando os estudos linguísticos passado quase meio século de sua morte.

Na opinião de Redard (2014), apresentar um resumo da produção teórica de Benveniste é uma tarefa arriscada e duvidosa. Mas, conforme apresenta Flores (2013) e Redard (2014), seus trabalhos entre livros, artigos, resenhas e outras produções ultrapassam o número de 600, configurando um dos linguistas mais prolíficos de todos os tempos. Seus estudos abrangem diversos temas, incluindo a linguística geral, a linguística comparatista, a fonologia, a morfologia, a pragmática, a semântica, a sintaxe, os níveis de análises linguísticas, enunciação, entre outros.

Apesar desse aparato intelectual, Benveniste somente consegue assegurar a divulgação de suas teses entre os linguistas, após a publicação do primeiro volume de *Problemas de Linguística Geral*, em 1966. Até então, desempenha, como diz Dosse (2018), um papel importante, mas subterrâneo, na linguística, permanecendo uma voz isolada e ignorada até o início da década de 1970. Sobre esse ponto, reportando-se a um dedicado estudo de Claudine Normand, que analisou publicações científicas francesas em linguística ao longo dos anos de 1960, Dosse (2018, p. 75) constata que os periódicos "silenciam todas as referências a Benveniste como iniciador do domínio da enunciação". Sobre esse silenciamento, Dosse (2018, p. 76) afirma: "Benveniste não é desconsiderado por desconhecimento". Segundo o historiador, trata-se de um posicionamento deliberado da linguística, em especial pela proposta de introdução do sujeito que Benveniste incorpora em seus estudos enunciativos. Ou como destaca Flores (2005, p. 2) houve "um ensurdecimento dos teóricos para a enunciação."

No desenvolvimento de seus estudos, Benveniste recebeu influência de vários pensadores da linguagem. Flores (2013) destaca a importância dos filósofos Michel Bréal (1832-1915), Friedrich Hegel (1770-1831) e Edmund Husserl (1859-1938) e do naturalista e explorador Alexander von Humboldt (1769-1859) na configuração do seu pensamento. Mas é do linguista genebrino Ferdinand de Saussure que Benveniste assume nítida filiação.

Em *Saussure após meio século*, conferência proferida na Universidade de Genebra, Suíça, em comemoração ao cinquentenário da morte de Ferdinand de Saussure, no início de 1963, Émile Benveniste declara "Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos

fundamentos” (BENVENISTE, 2005, p. 35). Tal afirmação é uma das inúmeras presentes nos dois volumes do PLG que revela a influência do linguista genebrino nos estudos do linguista francês. Influência essa não circunscrita ao seu pensamento enunciativo, mas, como sugere Flores (2013), extensível a todos os estudos comparatistas e da linguística geral que desenvolveu. Saussure é o único linguista a quem Benveniste revela tributo e o autor mais referido textualmente em sua obra.

Normand (2015) também dedica atenção a essa relação, chamando Benveniste de o mais saussuriano dos linguistas. Ela apresenta um conjunto de elementos que fortalece esse discurso de afinidade entre os dois: a) um discurso de filiação – Benveniste, mais do que qualquer outro, contribuiu para esclarecer, elucidar, propagar, defender e desenvolver o pensamento de Saussure; b) um discurso de novidade – Benveniste propõe uma linguística diferente da saussuriana, considerando a subjetividade, o mundo e o discurso que o contém. Reencontrou a virtude do diálogo e da interação com a filosofia, a psicologia social e a pragmática; c) um discurso de comparação – Saussure fornece os princípios, temas e método. Benveniste aplica os pressupostos saussurianos em suas análises concretas; d) um discurso de interdisciplinaridade – diferente de Saussure, Benveniste promove e convida outras disciplinas para se unirem sob a égide da linguística; e) um discurso de institucionalização universitária. Ambos os linguistas partilharam da solidão intelectual e da consagração e notoriedade acadêmica, com títulos, publicações e cargos. Mas, Normand (2015) prefere configurar essa relação como um encontro. Para ela, Benveniste encontrou Saussure. Posição corroborada por Flores (2013), para quem esse encontro assume uma perspectiva ampla do termo: Benveniste toma Saussure como ponto de partida, mas não se encerra nele. Ele mantém, altera ou mesmo nega o linguista genebrino para construir seu entendimento da linguagem.

Trata-se de uma filiação evidente, confirmada pela conservação de termos e conceitos caros ao saussurianismo, incorporado pelo benvenistianismo, tais como os de estrutura, relação e signo, ainda que Benveniste se proponha a ir adiante, não somente incorporando sua doutrina, mas reconfigurando suas noções (FLORES, 2013; 2017).

Mas o que é o saussurianismo, sobre o qual Émile Benveniste se inspira para pensar a linguagem e construir sua visão particular da linguística?

A linguística saussuriana é um movimento decorrente do sucesso da publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, por Charles Bally (1865-1947) e Albert Sechehaye (1870-1946), com a colaboração de Albert Riedlinger (1883-1978), a partir de anotações de alunos participantes dos cursos ministrados por Ferdinand de Saussure entre os anos de 1907 e 1911, na Universidade de Genebra. Os questionamentos sobre a publicação são notórios e

incluem o reconhecimento de que o livro nem foi escrito, nem aprovado por Saussure, que seus organizadores não estiveram presentes durante os cursos e o texto não traduz, fielmente, o pensamento saussuriano, tendo em vista a comparação com acervos manuscritos. *O Curso* sofreu diversas interpretações que, por vezes, se distanciam dos conceitos iniciais, inspirando vozes que convidam para uma restauração do pensamento saussuriano original. As críticas lançadas sobre *o Curso* não diminuem o reconhecimento do impacto que o livro causou nos estudos da linguagem e nas ciências sociais ao longo do século XX, constituindo o pilar do paradigma estruturalista, do qual ele se apropriou como referência. O pensamento saussuriano provocou, como destaca Normand (2009), uma reviravolta na linguística e no mundo. A pesquisadora, que não ignora as críticas estabelecidas, defende não ser obstáculo a leitura de Saussure nele contida, compreendendo ser ele um “texto de ideias, de reflexão absolutamente original sobre a linguagem”, em suma: “um texto para ser lido como tantos outros o fizeram com grande proveito” (NORMAND, 2009, p. 18).

Com base em Ilari (2011) e em Paveau e Sarfati (2006), apresenta-se, a seguir, um resumo desse movimento, mas, ao mesmo tempo, abrangente o suficiente para os propósitos aqui estabelecidos: o de configurar elementos da linguística saussuriana, em um entendimento que tais elementos impactaram Benveniste na elaboração de sua teoria da enunciação.

O elemento central escolhido por Ferdinand de Saussure, em seus estudos, para a compreensão do fenômeno linguístico é a noção de valor. Essa noção é compreensível quando é considerada à luz de formulações teóricas que incluem: i) a distinção língua x fala; ii) forma x substância; iii) diacronia x sincronia; iv) pertinência; v) signo, significado e significante; vi) arbitrário e vii) valor.

i) Distinção língua x fala. Saussure compreende a língua enquanto sistema, entidade abstrata ou regras de funcionamento e a fala como os possíveis usos do sistema, atos linguísticos concretos ou episódios comunicativos. Essa distinção configura uma separação entre a dimensão social e a dimensão individual do funcionamento da linguagem, o que possibilitou que Saussure estabelecesse como objetivo da pesquisa linguística tão somente o sistema, as regras de funcionamento da língua. Tal cisão provou-se radical e acarretou consequências nos estudos da linguagem que se seguiram.

A partir da cisão língua x fala, os estruturalistas entenderam que era preciso tratar separadamente as regras de funcionamento da língua do comportamento linguístico das pessoas. Entenderam também que o uso individual da linguagem (a fala) não poderia ser objeto de estudo científico, chegando à situação em que toda a atenção foi dedicada ao sistema e os episódios de uso individual dos sujeitos relegados a outras disciplinas.

ii) Distinção forma x substância. A tese saussuriana é que a descrição de um sistema linguístico não é a descrição física de seus elementos e sim a descrição de sua funcionalidade e pertinência, sendo a forma tudo aquilo que uma determinada língua institui como unidade através da oposição e a substância compreendida como suporte físico da forma, com existência perceptiva, mas não necessariamente linguística.

iii) Distinção diacronia x sincronia. Saussure valoriza o que é sistemático e nesse sentido ele confere importância aos estudos sincrônicos da língua em detrimento aos estudos diacrônicos predominantes naquela época. A sincronia ocupa-se de descrever os aspectos que regem o funcionamento linguístico, ou seja, o modo como a língua funciona, ao passo que os estudos diacrônicos se interessam pela evolução da língua e suas causas. As gerações posteriores aceitaram o desafio de descrever as línguas estudadas mediante cortes sincrônicos, conferindo a esses estudos uma posição de primeiro plano, uma posição de vanguarda científica.

iv) Por pertinência, ou relevância, Saussure compreende como não linguístico uma série de informações outrora consideradas nos estudos gramaticais e históricos. O princípio considera um contexto linguístico mínimo em que uma diferença de forma corresponde a uma diferença de função.

v) O signo linguístico saussuriano apresenta dois componentes: o significante (imagem acústica) e o significado (conceito). Ele não tem existência em nenhum fator externo à língua, mas tão somente ao fato de que estão em oposição aos demais significados e significantes previstos pela língua.

vi) Por arbitrário, Saussure considera a inexistência de ligação constituinte entre o som e o sentido. Não haveria uma ligação entre os dois. Na convenção clássica com os filósofos da posição naturalista, que se tornou dominante no século XIX, o signo é imitação da natureza. Essa noção tradicional é transformada por sua retomada numa teoria semiológica da língua que associa social, arbitrário e valor. Normand (2009) acrescenta que, como consequência desse posicionamento, é afastado o ponto de vista do signo como representante de uma ideia. Destacar o caráter arbitrário do signo, comenta a pesquisadora, é afastar o sujeito falante em sua particularidade e em sua vontade de significar, pois o signo é imposto por regras inerentes à ordem interna de cada língua. As particularidades individuais dos sujeitos são estudadas no campo da fala, que Saussure exclui da linguística.

vii) Por fim, a noção de valor. Falar em valor é ressaltar a natureza opositiva do signo linguístico, relacionando-se à maneira como a língua coloca o signo em contraste com todos os outros signos. Esse processo configura uma visão que procura minimizar as relações que a

língua mantém com o mundo. Procura, então, dar prioridade lógica ao que se estabelece no interior do sistema.

Com esses posicionamentos sobre a língua, Saussure descobre uma construção em que sistema é mais fundamental que os objetos. Trata-se de uma concepção, como destaca Normand (2015), que leva a questão para o nível de funcionamento e de mecanismo, estabelecendo a necessidade de analisar a língua para descrever e explicar suas propriedades. Nessa perspectiva observacional, é possível compreender sua ordem constituinte, sua estrutura. Assim, Saussure estabelece que o objetivo da linguística é a regra do sistema e não a mensagem que serve de suporte.

O impacto do pensamento linguístico de Saussure foi extremo. O *Curso*, destacam Paveau e Sarfati (2006), ocupa o papel de texto fundador da linguística moderna e a partir dele se instaura um corte epistemológico, uma maneira diferente de considerar os fatos de linguagem, uma ruptura com a linguística comparatista que vigorava até então, propondo uma abordagem não histórica, descritiva e sistemática, em outras palavras: estrutural.

Os conceitos propostos foram explorados por diversas disciplinas no interior da corrente estruturalista. Por essa razão, Saussure foi consagrado como o pai do estruturalismo. O estruturalismo se apresentou como um método rigoroso e polo convergente de uma geração inteira que descobriu o mundo através da grade estrutural, declara Dosse (2018), para quem se configura como um movimento de pensamento, uma nova forma de relação com o mundo, constituindo um vasto programa de análise aplicável a todos os campos do saber. Mas não se trata de uma perspectiva unitária. Na verdade, sob a égide estruturalista se apresentam posições distintas e até contraditórias. Ainda, para o historiador, “essa grade de leitura privilegia o signo à custa do sentido; o espaço, á do tempo; o objeto, á do sujeito; a relação, á do conteúdo, e a cultura, à custa da natureza” (DOSSE, 2018, p. 16).

Piaget (1971, p. 5) declara que a estrutura não é uma simples coleção de elementos e de suas propriedades. Para ele, “a estrutura é um sistema de transformações que envolve leis: a estrutura é preservada ou enriquecida pelo próprio jogo de suas leis de transformações, que nunca levam a resultados externos ao sistema nem empregam elementos que sejam externos.”

Deleuze (2006) procura apresentar características do movimento estruturalista. Sua proposta compreende “recolher um sistema de ecos” entre autores independentes em domínios distintos, ou seja, constitui-se um reconhecimento da diversidade de propostas que se intitulam estruturalistas. Deleuze considera a extração de certos critérios formais que facilita o seu reconhecimento: o primeiro critério é o simbólico. Trata-se da recusa de se confundir o simbólico com o imaginário e com o real. Essa posição é de uma ordem mais profunda,

subterrânea, como se fosse uma fonte renovada de interpretação e de criação; o segundo critério é o local ou de posição. Não se trata de um local real ou mesmo imaginário, mas relativo às coisas e aos seres que venham ocupá-lo. Os lugares prevalecem sobre aquilo que os preenche (ex; pai, mãe, etc. são lugares na estrutura); O terceiro é o diferencial e o singular. É preciso descobrir os elementos, as relações e os pontos no domínio observado; O quarto é o diferenciador, a diferenciação. A estrutura é um sistema de elementos e de relações diferenciais, mas ela também diferencia as espécies e as partes, os seres e as funções nas quais ela se atualiza (ex: uma estrutura econômica não existe em estado puro, mas é recoberta pelas relações jurídicas, políticas, ideológica em que se encarna); O quinto critério é o serial. Os elementos simbólicos, tomados em suas relações diferenciais, organizam-se em série, que, por sua vez, se referem a outra série, constituída por outros elementos simbólicos e outras relações. O sexto e último critério é a casa vazia que, à semelhança do espaço vazio em jogo de xadrez, configura-se como condição necessária sem a qual uma análise estrutural não funciona. Trata-se de um objeto ou elemento eminentemente simbólico, de valor zero, circulando na estrutura, um ponto convergente.

Explicando a proposta de Deleuze (2006), Dufour (2000) vê o simbólico como sistema terceiro, irreduzível à ordem do real e à do imaginário; no que se refere ao segundo critério, o local ou de posição, ele compreende que o sentido procede de um lugar em um sistema; quanto ao diferencial e do singular, cada elemento da estrutura é determinado pela relação diferencial que mantém com os demais; o quarto, o diferenciador e da diferenciação, a estrutura é inconsciente, o sistema virtual se diferencia quando se atualizam certas relações diferenciais; no quinto, a série, os elementos se organizam em série e podem se deslocar de uma série para outra - metáfora - ou no interior da série – metonímia; a casa vazia, o sexto critério deleuziano que caracteriza o estruturalismo, ele esclarece que existe um elemento irreduzível ao sistema, presente em duas ou mais séries, circulando de uma para outra.

Retornando a Ilari (2012) e a Paveau e Sarfati (2006) e às correntes linguísticas que se desenvolveram na Europa sob a inspiração saussuriana, os autores reconhecem haver uma enorme quantidade de trabalhos publicados, por vezes tão diferentes entre si, que seria difícil estabelecer características comuns entre eles, sugerindo a existência de muitas linhas que podem ser consideradas estruturais. Eles destacam quatro abordagens reconhecidas como integrantes do ideário linguístico de Ferdinand de Saussure, quais sejam: a prioridade da análise do sistema; uma concepção da língua como forma, o descarte da substância e a preferência pela sincronia. As seguintes correntes se enquadram nessa perspectiva:

A Escola Linguística de Praga ou Círculo Linguístico de Praga se desenvolveu entre as duas guerras mundiais, e o seu reconhecimento se dá em torno, principalmente, dos linguistas russos Nikolai Trubetzkoy (1890-1938) e Roman Jakobson (1896-1982) que tiveram atuação destacada na elaboração das chamadas *Teses de Praga*, oriundas do primeiro Congresso Internacional de Linguística, em Haia, Países Baixos, em 1928. Mas os princípios fundadores da Escola remontam a Vilém Mathesius (1882-1945) que, em 1926, reuniu os pesquisadores Émile Benveniste (1902-1974), Karl Bühler (1879-1963), Sergei Karzewski (1884-1855), André Martinet (1908-1999), Lucien Tesnière (1896-1954), Joseph Vendryes (1875-1960) entre outros, para refletir a linguagem. A Escola provocou uma revolução nos estudos linguísticos ao promover os estudos sincrônicos e reafirmar a concepção de língua como sistema. Promoveu, também, o entendimento de que a estrutura das línguas é determinada por suas funções características, configurando um estruturalismo funcional.

Ainda no grupo das correntes inspiradas no Estruturalismo se encontra a Glossemática, que foi uma escola linguística que se desenvolveu na Universidade de Copenhague, Dinamarca, nos anos de 1930. Também é conhecida como o Círculo Linguístico de Copenhague. Procurou aplicar a tese saussuriana de que as línguas se constituem como sistema de oposições. Também se preocupou com a análise linguística e promoveu um enfoque estruturalista aos estudos da significação. A Escola procurou caracterizar as relações por meio das quais as línguas se estruturam, o que resultou em uma linguística que dá atenção às relações entre as unidades, com vários níveis de análise. São representantes marcantes da escola os dinamarqueses Louis Hjelmslev (1899-1965) e Viggo Brøndal (1887-1942).

O Funcionalismo, por sua vez, foi liderado pelo linguista francês André Martinet (1908-1999) que manteve fortes relações com o Círculo de Praga e com o de Copenhague. O movimento propôs uma linguística mais concreta e objetiva, com menos enfoque teórico, tendo sido considerado uma vanguarda dos estudos linguísticos. Sua proposta generalista apoia uma reflexão sobre a diversidade das línguas. Teve como exigência desenvolver uma descrição da realidade dos fenômenos da linguagem. Como o conceito de função adotado por Martinet, os enunciados são analisados em referência à maneira como ele contribui para o processo de comunicação. A partir do seu pensamento é organizada uma linguística geral funcional.

Roman Jakobson ocupa um lugar particular entre os pensadores e correntes linguísticas. Ele deixou uma vasta obra que reflete seus múltiplos interesses, sendo difícil propor uma síntese teórica que abarque o seu pensamento linguístico. Seus trabalhos abordam temas que se enquadram na fonologia, na aquisição de linguagem, nas patologias da linguagem, na antropologia, na teoria da informação, na estilística, na cultura e na poesia, constituindo um dos

percursos linguísticos mais importantes do século XX. Elaborou noções de grande alcance teórico. Fiel à origem praguense, assimilou os conceitos funcionais construindo o quadro de funções da linguagem. Concebeu a literatura e a linguística estritamente ligadas nos fundamentos da poética. Sobre a poética, seus estudos contemplaram uma abordagem linguística do texto literário a partir da noção de função poética, permitindo um olhar que privilegia a forma do enunciado literário e a fabricação dessa forma.

Nesse resumo, é possível vislumbrar a fertilidade de estudos linguísticos, de base saussuriana, que se desenvolveram na Europa no período contemporâneo à Émile Benveniste. Ele mesmo foi um grande divulgador do programa, e por isso é considerado um representante importante do Estruturalismo, mesmo que os seus interesses fossem diferenciados e ocupasse uma posição peculiar, tendo proposto uma revisão do paradigma na linguística. A produção intelectual benvenistiana ocorre simultaneamente com o desenvolvimento do paradigma estrutural, tendo vivenciado seu surgimento e apogeu entre os anos de 1950 e 1970.

Que Benveniste é saussuriano, é indiscutível. Mas Benveniste configura uma abordagem linguística diferenciada. Sua concepção de língua, por exemplo, é, ao mesmo tempo, sistêmica e singular. Compartilhava o pensamento linguístico moderno, a exemplo dos demais estudiosos da linguagem de sua época, que “a língua forma um sistema. Isso vale para qualquer língua, qualquer que seja a cultura onde se use, em qualquer estado histórico em que a tomemos” (BENVENISTE, 2005, p. 22). O seu estudo enunciativo, que vai configurar sua teoria, é um tratado compatível com o ideal sistêmico saussuriano: formal. Seu estatuto é estrutural.

A grande crítica de Benveniste é que o Estruturalismo teria negligenciado o papel essencial que o sujeito desempenha na língua. Seus textos, sobretudo os enunciativos, demonstram que algumas estruturas da língua deixam de fazer sentido se a língua for descrita sem referência à fala. A teoria da enunciação de Émile Benveniste se configura como uma proposta revisora da linguística ao considerar a dimensão da fala e, em consequência, o sujeito na linguagem.

2.2 Fundamentos teórico-metodológicos da enunciação

O campo da enunciação não é uma exclusividade benvenistiana e diversos autores, de várias bases epistemológicas anteriores, contemporâneos e posteriores a Émile Benveniste, contribuíram, e ainda contribuem, para o desenvolvimento de uma teoria da enunciação. Abordagens sobre a enunciação, por exemplo, estavam presentes entre pensadores da

linguagem há séculos. Fuchs e Rezende (2001) destacam que a retórica aristotélica é sustentada em princípios que se compreende hoje como situação de enunciação (elementos do discurso: aquele que fala, o assunto sobre o qual se fala, aquele a quem se fala). A gramática clássica, com os estudos sobre as dêixis de Apolônio Díscolo (Séc. II), reconhece a especificidade de alguns termos que só obtêm valor determinado através da atualização momentânea que lhes confere a produção do enunciado em que aparecem. A lógica tem um histórico de aproximação através dos estudos semânticos e da filosofia da linguagem.

Nos estudos linguísticos, especificamente, as teorias da enunciação são diversas e abordadas diferentemente, a partir do aparato teórico utilizado. Flores et al (2017) sistematizaram algumas das definições na elaboração do *Dicionário de Linguística da Enunciação*. Nele, a enunciação é compreendida como: i) um campo heterogêneo de conhecimento em que se articulam, fala e sujeito (Authier-Revuz); ii) instância linguística que permite a passagem da organização virtual do discurso a sua realização (Greimas); iii) materialização da interação verbal de sujeitos históricos (Bakhtin); iv) ato do falante de utilizar os meios de expressão comuns a todos os indivíduos de uma comunidade linguística para expressar suas ideias e sua subjetividade (Bally); v) colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização (Benveniste); vi) modo de construção dos enunciados pelo qual se dá a construção do sentido (Culioli); vii) acontecimento construído pelo aparecimento de um enunciado (Ducrot); viii) atividade pela qual se manifesta a presença codificada do falante naquilo que é falado (Jakobson); ix) acontecimento dotado de significação que ocorre em um local determinado e em certo momento (Récanati).

Embora esses pesquisadores adotem perspectivas particulares, existem traços comuns em suas abordagens que os unem, como lembram Flores et al (2017) e Fuchs e Rezende (2001): o questionamento da oposição língua/fala; a concepção da semântica (os mecanismos de produção do sentido) e o papel do sujeito.

Émile Benveniste é o grande representante desses estudos na contemporaneidade. É considerado o grande pensador da linguística da enunciação, o responsável por colocar a enunciação, de fato, nas reflexões linguísticas (cf. FLORES, 2013). Em resumo, podemos compreender que a temática enunciativa permeia os estudos da linguagem desde há muitos séculos, em diferentes abordagens, mas encontrou na linguística de Émile Benveniste uma projeção substancial.

A teoria da enunciação de Émile Benveniste constitui uma parte importante dos estudos sobre a linguagem desenvolvidos pelo linguista francês. Trata-se de uma teoria caracterizada

pelas reflexões sobre o homem, a linguagem e a cultura que, juntas, possibilitam a configuração de uma presença do homem na língua (FLORES, 2019b).

Os estudos enunciativos estão espalhados em vários trabalhos, no entanto, Benveniste promove um momento-síntese de sua teoria em seu artigo *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, incluído no segundo volume do PLG, de 1974. O texto representa seu último e mais importante trabalho sobre a enunciação.

Sua relevância se dá por três razões básicas: a) é o único texto que apresenta a palavra enunciação já no título; b) é possível encontrar referências a outras discussões feitas em textos anteriores (pessoa/não-pessoa; forma/sentido; semiótico/semântico, etc.); c) trata-se de um texto escrito para o público linguista com dedicação aos aspectos teórico-metodológicos da enunciação. Sendo um texto produzido para linguistas, foi possível a Benveniste tratar de temas próprios e específicos do campo, promover questionamentos sobre a linguística e, através dele, propor outras visões sobre os estudos da linguagem (FLORES, 2013, 2019b, TOLDO, 2018).

Didaticamente construído, o texto pode ser dividido, para efeito de apresentação, em cinco partes: i) apresentação da relevância do estudo enunciativo; ii) conceituação de enunciação; iii) aspectos teórico-metodológicos da enunciação; iv) apresentação do quadro formal da enunciação; v) e um convite para novos estudos enunciativos.

i) Apresentação da relevância do estudo enunciativo. No início do artigo, Benveniste (2006) se posiciona sobre a visão predominante dos estudos linguísticos de sua época, marcados pelo emprego das formas, com suas regras sintáticas, morfológicas e gramaticais, assumindo a necessidade de se olhar para a língua de outra perspectiva, relacionada ao seu emprego efetivo. Uma perspectiva capaz de vislumbrar um mecanismo da língua, que, de tão natural (ou "banal" para utilizar seus termos) e necessário, passa despercebido.

De fato, sob o paradigma estruturalista, no qual a linguística, como as demais ciências humanas, assentavam-se, nessa época, o emprego das formas ocupava um papel preponderante nos estudos da linguagem. Benveniste chama a atenção para isso: "São, em realidade, dois mundos diferentes" (BENVENISTE, 2006, p. 81). Ele reconhece que esse modelo não dá conta das possibilidades da língua. Cabendo, então, apreender a língua enquanto emprego. A enunciação representa essa possibilidade. O momento em que os indivíduos realizam a língua.

ii) Conceituação de enunciação. A enunciação, esse mecanismo natural do emprego da língua, é definida como "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" e "o ato mesmo de produzir um enunciado" (BENVENISTE, 2006, p. 82). Tal definição, enfatiza Flores (2019a, 2019b, 2013), estabelece que não se trata do que é dito ou de um conteúdo transmitido, mas do fato de que se diz algo, que ele acontece e aparece. O ato,

como concebido nessa perspectiva, coloca em destaque a mobilização que o locutor faz da língua. Em outras palavras, a enunciação se situa entre a língua, como sistema de signos, e o seu exercício, o enunciado. A enunciação constitui-se, assim, como esclarece Flores et al (2017), como um processo de inserção dos sujeitos na língua. Isto é: é nesse ato, a tomada da palavra, que o sujeito se insere, efetivamente, na língua. Essa definição inaugurou outra perspectiva nos estudos da linguagem.

Na enunciação, como ato individual, a língua é exercida em sua singularidade, por um locutor, por aquele que fala, pelo falante. O que merece a seguinte indagação de Flores (2005, p.3), “Que noção de língua está disposta na obra de Benveniste que permitiu a esse homem dialogar com tantos e sobre tantas coisas?”. Uma relação sistêmico-singular poderia ser a resposta. Flores (2005, p. 4) pondera que em Benveniste: a) a língua é uma estrutura que comporta singularidade; b) a estrutura não pode ser vista como uma sobredeterminação social, mas como uma estrutura que somente tem existência no singular; e c) a singularidade é relacional, a referência supõe (co)referência.

iii) Aspectos teórico-metodológicos para o estudo da enunciação. Nessa parte do artigo, Benveniste apresenta um roteiro metodológico que revela o fenômeno enunciativo e sugere perspectivas de estudos. O primeiro aspecto é o vocal ou fônico. O segundo está relacionado à conversão da língua em discurso, a semantização. O terceiro e último, que explicitamente justifica o artigo e sobre qual se detém detalhadamente, é o quadro formal da realização da enunciação. Sobre os dois primeiros aspectos, a vocalização e a semantização, Flores (2019b) compreende que são legados benvenistianos para seus discípulos continuarem seus estudos e que foram explicitamente excluídos das reflexões em *O aparelho*, e por isso tratados sucintamente e não desenvolvidos. Tais observações, destaca Flores, não minimizam a importância deles, mas não os priorizam.

iv) Apresentação do quadro formal da enunciação. O quadro formal faz referência aos “caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Tais caracteres são “necessários e permanentes”, em uma perspectiva de universalidade e pertencente ao sistema linguístico e outros que são “incidentais e ligados à particularidade” dos idiomas. O que significa que há marcas da enunciação que são sempre as mesmas presentes em qualquer língua. E há marcas da enunciação que dependem de cada idioma.

Para Flores (2019b), o dito aparelho formal da enunciação não é algo que está pronto aprioristicamente e que caberia ao locutor acessar, tomar posse, mas é algo construído a cada enunciação a partir dos recursos da língua em cada situação.

Em seguida, Benveniste sugere um roteiro para nortear os estudos enunciativos: “Na enunciação consideramos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 2006, p. 83). O que, para Flores (2019a), significa que para o desenvolvimento de um estudo enunciativo deve-se descrever o ato, examinar a situação em que se dá esse ato e descrever os recursos linguísticos que permitem realizar o ato.

O ato enunciativo

A língua é uma estrutura virtual e, como esclarece Benveniste (2006), antes da enunciação “não é senão possibilidade de língua” (p. 83). Mas quando o locutor se enuncia, a língua é efetuada em uma instância de discurso, pois emanada de um locutor ela atinge um ouvinte e suscita outra enunciação de retorno. O ato enunciativo benvenistiano “introduz em primeiro o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Ou seja, “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala.” Esse locutor parâmetro “se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor” (p. 84). Mas, imediatamente ao se assumir como locutor parâmetro, “ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau da presença que ele atribua a este outro” (p. 84). O caracteriza o ato enunciativo benvenistiano “é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja ele real ou imaginário, individual ou coletivo” (p. 87). O ato é formado, assim, por um quadro no qual há “duas 'figuras' igualmente necessárias, uma, a origem, a outra, fim da enunciação” (p. 87). O locutor e o alocutário são figuras que se alternam no protagonismo da enunciação, a cada momento que tomam, para si, a posição de locutor parâmetro. Para Flores (2019b), isso significa dizer que para descrever o ato enunciativo é necessário situar os interlocutores (o locutor e o alocutário).

Embora “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (p. 84), a condição de diálogo, necessária à enunciação, é atendida não pela presença física ou mesmo espiritual dos parceiros, mas por uma posição na estrutura da linguagem, uma possibilidade “facultada pelo aparelho linguístico da enunciação (p. 88). Ainda que o eu locutor seja o único a falar; o eu ouvinte permanece, entretanto, presente “sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor” (p. 87-88),

A situação enunciativa

Quanto à situação enunciativa, Benveniste (2006, p. 84) compreende que a “língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo.” Tal condição representa para o locutor “a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de correferir identicamente” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Configura-se como uma condição que rege “todo o mecanismo de referência no processo de enunciação” e “é parte integrante da enunciação.” Essa situação, esclarece, “vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com a enunciação” (p. 84). Essas formas específicas são: i) primeiramente a emergência dos índices de pessoa – a relação eu-tu; ii) os numerosos índices de ostensão – este, aqui etc.; iii) as formas temporais.

Flores (2019b) explica que não se trata de uma relação da língua com o mundo, mas de uma relação que está na dependência da enunciação e que, na teoria da enunciação, a referência não é o referente. A referência, enfatiza, é um sentido construído na interlocução. Ainda para Flores (2019b), o locutor e o alocutário constroem um sentido singular acerca do que falam, pois, a referência não é dada no mundo, mas é construída na enunciação. A referência depende de um mecanismo específico introduzido pelo ato enunciativo: a instância do discurso, significando o conjunto das circunstâncias que inclui a situação do discurso, isto é, as coordenadas de tempo, espaço e pessoa.

Os instrumentos ou recursos linguísticos da enunciação

Compreendendo a enunciação como um processo de apropriação da língua por um locutor, Benveniste (2006, p. 84) declara que essa apropriação se processa “por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” O que seriam os instrumentos linguísticos que o locutor agencia no exercício do dizer? Benveniste (2006) apresenta uma explicação para essa indagação: o primeiro dos índices é o índice de pessoa que, para ele, não se produz senão na e pela enunciação (relação *eu-tu*); o segundo, seriam os índices de ostensão - termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do discurso (este, aqui, etc.); e o terceiro, as formas temporais que coincidem com o momento da enunciação. Ou seja, os índices específicos são os mesmos caracteres necessários e permanentes da língua apresentados anteriormente.

Recorrendo a Aresi (2012; 2011) para ampliar o entendimento desses instrumentos, Flores (2019b) sugere que eles podem ser os pronomes pessoais, indicadores dêiticos

pronominais e adverbiais, tempos verbais, verbos modalizadores e performativos, os quais permitem que o locutor, ao se apropriar da língua, designe-se como sujeito. Assim, os índices específicos da enunciação correspondem às categorias de pessoa, tempo e espaço: o aqui-agora do locutor.

E os procedimentos acessórios? Benveniste (2006) apresenta uma resposta, ainda que incompleta. Ele considera a existência de diversos procedimentos utilizados na enunciação que fornecem as condições necessárias às grandes funções sintáticas, utilizadas pelo locutor para se marcar e influenciar o alocutário. Eles seriam: i) *a interrogação* – que é uma enunciação construída para suscitar uma resposta; ii) *a intimação* – ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo e o vocativo; iii) a asserção – que visa comunicar uma certeza; iv) *todos os tipos de modalidades formais que enunciam atitudes do enunciador pertencentes aos verbos ou à fraseologia* – tais como os verbos optativo e subjuntivo; os indicativos de incertezas, indecisão, recusa, etc. Embora Benveniste não seja explícito sobre isso, Flores (2019b) considera que os procedimentos acessórios estão ligados à singularidade que cada enunciação evoca, portanto, à língua toda. Em outras palavras, todos os mecanismos que o locutor utiliza para construir a referência de seus discursos fazem parte dos procedimentos acessórios da enunciação: recursos sintáticos, lexicais, prosódicos. Para encontrar os procedimentos acessórios da enunciação, recomenda Flores (2019b), deve-se responder a indagações do tipo: Como o locutor/alocutário fez para dizer o que disse? Que mecanismos foram utilizados para dizer o que disse?

Em resumo, o aparelho formal da enunciação configura um mapeamento dos recursos linguísticos agenciados por um locutor no exercício do ato do dizer. Para acessar esse mecanismo e identificar seus elementos, um linguista examina o ato (o momento específico em que o locutor coloca em funcionamento a língua em um exercício dialógico com seu interlocutor), descreve a situação desse ato (a rede de referências que torna o ato compreensível) e descreve os instrumentos linguísticos utilizados pelo locutor (os caracteres indiciais e os acessórios). Está montada, em Benveniste, a estrutura linguística da enunciação.

Um convite para novos estudos enunciativos. Por fim, no último parágrafo, Émile Benveniste revela a necessidade da promoção de novos estudos, sugerindo, inclusive, temas para sua continuidade como, por exemplo, a enunciação escrita. Ele apresenta um convite para os estudiosos da linguagem: “Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” e “Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (BENVENISTE, 2006, p. 90).

O artigo sintetiza a estrutura formal da enunciação (fig. 3) e representa 40 anos de dedicados a estudos linguísticos. Um projeto desenhado paulatinamente, que apresenta uma noção que articula a língua ao homem. Uma noção capaz de revelar a língua como propriedade humana. Ou seja, os recursos linguísticos utilizados pelo locutor para se enunciar.

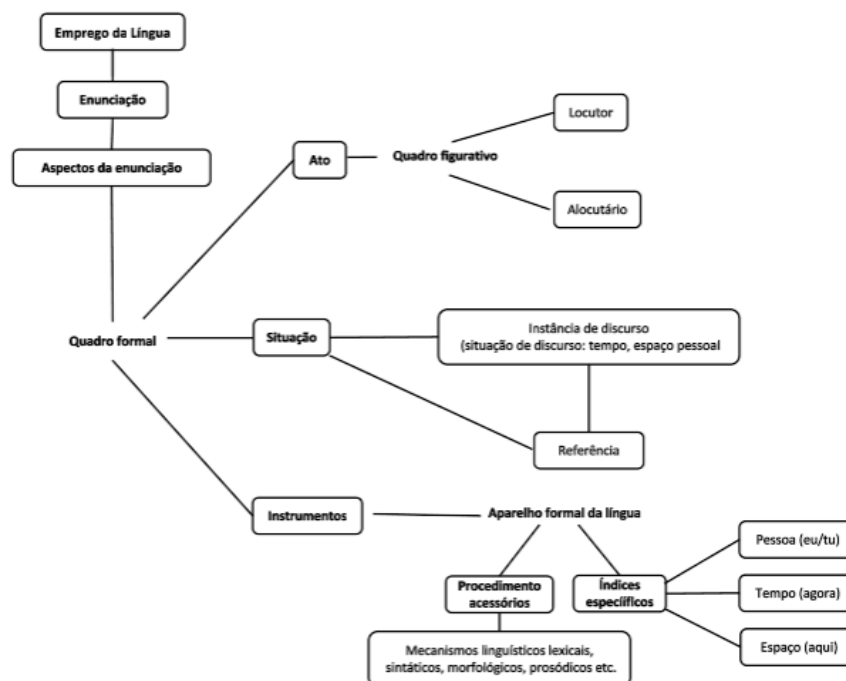


Figura 3 - A estrutura formal da enunciação (FLORES, 2019b, p. 160).

Sendo um consenso que não há em Benveniste uma teoria da enunciação e sim estudos da linguagem, como destaca Flores (2019b), é razoável conceber, sem transgredir seu pensamento, a possibilidade de uma aproximação com outros campos científicos que possam contribuir para elucidar esse pensamento inconcluso, ancorando essas incursões no último parágrafo de *O aparelho formal da enunciação*:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária da 'oralidade'. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que se escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (BENVENISTE, 2006, p.90).

Nesse parágrafo final, Benveniste revela o que sustentamos aqui: a possibilidade de novas abordagens para o estudo do fenômeno linguístico da enunciação, que transcende o exposto em seu último texto publicado sobre o tema, incluindo, até mesmo, uma possível abordagem enunciativa benvenistiana da literatura. Esse entendimento encontra respaldo em

outros estudiosos que corroboram da mesma perspectiva, na compreensão de que o convite apresentado por Benveniste em seu artigo final pode possibilitar importantes contribuições para desenvolvimento de sua teoria da enunciação. Para Flores (2013):

Esse final é, certamente, um convite a dar continuidade ao pensamento de Benveniste. [...] Esse terceiro momento da teoria enunciativa benvenistiana é muito rico, tanto em função da sistematização que opera sobre o que o autor já disse sobre o assunto, quanto pelas perspectivas de debate que abre (FLORES, 2013, p. 172).

Acrescenta-se o apontamento de Normand (2015), que parece ampliar as perspectivas de estudos, ao insinuar transcender os textos benvenistianos para a compreensão de sua teoria. Ao apresentar um estatuto do sujeito na linguística benvenistiana, a pesquisadora pondera que as pesquisas sobre a subjetividade não se restringem ao “território puramente linguístico”. Relembrando, a seguir, que há um momento em que Benveniste, em suas análises linguísticas, “encontra a filosofia sobre as questões do sujeito e da referência (NORMAND, 2015, p. 154)”. Althier-Revuz (1995, apud FLORES et al, 2017) corrobora com Normand, no que se refere à transcendência linguística no estudo enunciativo. A autora compreende que uma incompletude afeta o campo da enunciação, colocando a necessidade de convocar exteriores teóricos à linguística para apoiar a descrição de fatos de linguagem. Em seus próprios estudos enunciativos sobre a natureza do sujeito, a pesquisadora recorre à teoria da subjetividade da psicanálise.

Esses pontos apresentados parecem ser satisfatórios para afirmar que o pensamento enunciativo de Émile Benveniste é amplo o suficiente para considerar outras perspectivas. Os desdobramentos aos quais se referia o linguista incluiria o texto literário? Defende-se, aqui, a resposta afirmativa, embora não haja referência explícita, nem um trabalho específico publicado. Leitores e estudiosos de Benveniste, no entanto, desenvolvem essa aproximação, ou seja, valem-se da enunciação benvenistiana para pensar o texto literário: Cardoso Junior (2022) analisa trechos de Fernando Pessoa; Silva e Cavalheiros (2021) refletem contos selecionados de Jorge Luís Borges; Knack (2018) se debruça sobre Machado de Assis; Toldo e Silva (2017) utilizam Mia Couto; Souza (2016) analisa Machado de Assis, José Saramago e Guimarães Rosa; Valério e Friedrich (2016) refletem Gabriel García Márquez, entre outros.

Ao situarmos Benveniste no paradigma estrutural, apresentamos sua teoria da enunciação, conforme sistematizada no artigo de 1970, e apontamos questionamentos instaurados sobre ela, inclusive sua incompletude e a inexistência de um método de análise linguística. Qual a relevância dessa informação? Em primeiro lugar é possível identificar um esforço que Benveniste faz para descrever o fenômeno enunciativo enquanto estrutura linguística. O seu texto final, *O aparelho formal da enunciação*, demonstra em seu próprio

título o peso que a estrutura desempenha em sua teoria: “formal”; em segundo lugar, e talvez contribua também para explicar a relação com a literatura, o contexto descritivo enunciativo benvenistiano ocorre no âmbito da linguagem ordinária, da linguagem usual. A linguagem literária segue leis enunciativas ainda não compreendidas; em terceiro lugar, a incorporação da subjetividade na linguagem exige uma nova linguística. A estrutura, tão necessária para a cientificidade da linguística na época, não abarca a experiência única e individual do sujeito em seus diversos aspectos. A estruturação da enunciação é capaz de explicar sua constituição formal, mas os aspectos semânticos e da escrita, incluindo a literatura, configuram outra abordagem. E por isso o incentivo de Benveniste para a continuidade dos estudos na área: “Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 90). ^[08]Entendemos que mergulhar no seu momento subjetivo de Benveniste, em suas reflexões sobre o sujeito na linguagem, representa um espaço privilegiado para vislumbrar a enunciação, tendo em vista que essa teoria é alicerçada em um sujeito enunciador.

3 O SUJEITO E A ESCRITA

Émile Benveniste é considerado o responsável por trazer a subjetividade para a linguística através de seus estudos enunciativos. A questão da subjetividade, sem espaço na linguística saussuriana, como diz Normand (2015), se desenvolve na teoria da enunciação. Mesmo sendo um importante representante do Estruturalismo, Benveniste enfrenta o sistema, investigando os usos da língua em contexto de emprego efetivo. Como destaca Dosse (2018, p. 69): “Benveniste foi um iniciador em um período em que se pensava a linguagem abstraindo-se do sujeito”. Enquanto a linguística insiste em se debruçar sobre fonemas, sílabas, morfemas, palavras e frases, Benveniste, afirma Cox (2018), reivindica os elementos que não podem ser estudados fora de um contexto situacional: o sentido, o discurso, o texto e o enunciado. Por décadas, ele assumiu a tarefa de levantar regularidades no domínio heterogêneo da enunciação, caracterizado por um espaço fluido, inconstante, impreciso, fugaz, em decorrência de sua subordinação a um sujeito, cujo exercício linguístico se apresenta como livre. Embora tenha tematizado e constituído o sujeito como o elemento central de sua teoria, o seu estatuto não está configurado. Na verdade, Normand (2015) pontua não haver na linguística um conceito de sujeito.

Rezende (2010) realizou um levantamento da etimologia e dos sentidos das palavras de cunho subjetivo - pessoa, indivíduo e sujeito - em diversas disciplinas. Etimologicamente, o vocábulo ‘pessoa’ deriva do latim *persona* e tem o significado de ‘máscara de teatro’ que, por extensão, representa papel atribuído a essa máscara, caráter, personagem. Já o vocábulo ‘indivíduo’ vem do latim *individuus* e significa indivisível, uno, referindo-se a um ser biológico cuja existência depende de sua integridade. Aplica-se, portanto, não somente aos humanos, como a outros animais e até as plantas; a palavra ‘sujeito’, por sua vez, provém do latim clássico *subjectus*, que significa colocado debaixo, em posição inferior. Designava o escravo, o submisso, o vassalo, o subjugado. Em filosofia, a diferença conceitual reforça a distinção entre elas. Em São Tomás de Aquino (1225-1274), John Locke (1632-1704), Immanuel Kant (1724-1804) e Max Ferdinand Scheler (1874-1928), ‘pessoa’ significa o que é distinto, diferentemente de ‘indivíduo’, que é indistinto. Na antropologia, o termo ‘pessoa’ aplica-se a um ente definível positivamente; ‘indivíduo’ ou ‘sujeito’, ao contrário, refere-se a um ente definível negativamente. Na sociologia, ‘pessoa’ é o indivíduo provido de *status* social, ao passo que ‘indivíduo’ e ‘sujeito’ adquiriram sentidos despersonalizantes e pejorativos. No Direito, ‘pessoa’ designa todo ser capaz ou suscetível de direitos e obrigações, enquanto ‘indivíduo’ e

‘sujeito’ são menos usados, a não ser quando se referem a réus em processos criminais ou em sessões de júri (REZENDE, 2010). Altoé (2015) apresenta que, na psicanálise, o termo ‘sujeito’ é constituído a partir do encontro do corpo vivo com o mundo do significante; e na psicologia tem-se a concepção de um ‘sujeito’ constituído a partir de origens infra orgânicas e ambientais e suas interações recíprocas, múltiplas e complexas.

Normand (1996) reconhece não ser fácil conceituar a subjetividade na linguística benvenistiana. A pesquisadora identificou a existência de uma espécie de constelação de termos nos textos que aludem a essa subjetividade, classificando-as em três categorias: i) termos da tradição gramatical, psicológica ou sem referência estrita - o sujeito do verbo, sujeito sede dos sentimentos, de pensamentos, de saber, de intenção, sujeito enquanto ser, ego, e semelhantemente subjetividade e intersubjetivo; ii) termos não-teóricos, em relação ao discurso comum, mais ou menos descritivos ou metafórico - o indivíduo, o falante, o locutor, o escutador, o ouvinte, o testemunho, o participante, si próprio, o si profundo, e as alocações ato único, emergência da subjetividade, subjetividade irreduzível; iii) termos teóricos - pessoa, enunciador, diálogo, alocutário, instância do discurso, elementos da dêixis, indicadores auto-(sui)referenciais, indivíduos linguísticos, realidade do discurso, e expressões como linguagem assumida pelo indivíduo, processo de apropriação.

Normand (2011) engendrou esforços em refletir, linguisticamente, o conceito de subjetividade, cotejando os sentidos assumidos dos termos sujeito, indivíduo e pessoa no âmbito da língua ordinária. Termos esses comumente vistos como equivalentes e mutuamente substituíveis, como se não tivessem existências independentes. Esse levantamento de Normand pode ajudar a demonstrar o grande emaranhado conceitual que esses termos carregam e que, talvez, explique e justifique os desafios enfrentados por Benveniste na formatação de seu pensamento subjetivo e a não formulação de um *status* definitivo.

Sujeito, indivíduo e pessoa, ao lado de locutor, são alguns dos termos de natureza subjetiva mais usados na teoria benvenistiana da enunciação. Normand (2011) observa que os empregos desses termos, em contexto ordinário, ocupam sentidos diferentes, fortes e persistentes. Entre os muitos exemplos que utiliza para demonstrar seu argumento, destacamos a observação que, na linguagem comum, o termo sujeito não designa o ser humano:

Diante da porta, mesmo daquela de um psicanalista, eu encontro não um sujeito, mas uma pessoa, eventualmente um indivíduo. Mas entre pessoa e indivíduo intervém uma distinção bastante forte, como o mostram algumas substituições difíceis ou que introduzem uma mudança de sentido. [...] Se você diz: encontrei um indivíduo diante da porta, espera-se o seguinte: Ah sim? O que é que tinha de suspeito? (NORMAND, 2011, p. 687).

Nesse exemplo de Normand (2011) é evidente a conotação pejorativa (e até desprezível) que os termos ‘sujeito’ e ‘indivíduo’ adquirem na linguagem ordinária. Uma situação diferente se forem substituídos pelo termo ‘pessoa’. Não há estranheza em ter uma ‘pessoa’ na porta do consultório. Mas é muito estranho ter um ‘sujeito’ e mais estranho ainda ter um ‘indivíduo’, demonstrando, assim, que não são termos equivalentes ou substituíveis: sujeito, pessoa, indivíduo (e locutor) têm *status* linguísticos diferentes. Isso nos leva a reconhecer que seus usos não são intercambiáveis.

A pesquisadora chama a atenção para a ausência do termo *sujeito da enunciação* (ou *sujeito de enunciação*), comumente referenciado como presente na teoria benvenistiana, o que a faz considerar que “o termo sujeito da enunciação seria o elemento central de uma teoria acabada; sua ausência é então significativa” (NORMAND, 1988, p. 147)”.

Para o *Dicionário de Linguística da Enunciação*, um esforço de sistematização e referenciação de constructos teóricos no campo da enunciação, a subjetividade benvenistiana é definida como a passagem do ‘locutor’ a ‘sujeito’; ‘locutor’ é compreendido como indivíduo linguístico cuja existência se marca na língua toda vez que toma a palavra; ‘sujeito’ é a constituição do homem na linguagem e pela linguagem; ‘pessoa’ é uma categoria linguística que se constitui na e pela enunciação (FLORES, 2017). Não há uma definição no dicionário para o termo ‘indivíduo’. O dicionário também silencia para as definições de enunciação escrita, enunciação literária ou sujeito da enunciação, em Benveniste.

3.1 Um sujeito em Benveniste

Sem um estatuto definido para o sujeito na teoria da enunciação, estudar os textos que compõem o momento subjetivo de Benveniste, ou seja, as reflexões sobre o sujeito na linguagem, contribuem, senão para uma conceituação, pelo menos para a configuração de noções balizadoras que nos possam ser úteis para pensar a enunciação literária. Acompanhar esse percurso, que vai de 1946, com a publicação de *Estruturas das relações de pessoa no verbo*, até 1970, com *O aparelho formal da enunciação*, apresenta uma oportunidade de vislumbrar a configuração de noções peculiares que fundamentam essa teoria.

3.1.1 *Estrutura das relações de pessoa no verbo: a pessoa subjetiva*

Estrutura das relações de pessoa no verbo é o texto que apresenta o surgimento da subjetividade em Benveniste. O texto foi publicado originalmente no *XLIII Bulletin de la*

Société de linguistique, em 1946. Encontra-se no primeiro volume do PLG. Ele examina a morfologia verbal de diversas línguas para demonstrar que a categoria de pessoa se constitui como uma categoria linguística universal: “não parece que se conheça uma língua dotada de verbo no qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira nas formas verbais (BENVENISTE, 2005, p. 250). A referência à pessoa verbal apresenta uma classificação, herdada da gramática grega, que contempla a existência de três pessoas no singular, três no plural e, em algumas línguas, no modo dual. Essa classificação não deixa evidente a existência de uma disparidade constitutiva entre a primeira e segunda pessoa com a terceira pessoa. Não se trata, apesar da adoção generalizada, de uma relação homogênea:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”.

Estamos aqui no centro do problema. A forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma “pessoa” específica. O elemento variável e propriamente “pessoal” dessas denominações falta aqui. É bem o “ausente” dos gramáticos árabes. Só apresenta o invariante inerente a toda forma de uma conjugação. A consequência deve formular-se com nitidez: a “terceira pessoa” não é uma pessoa; é inclusive a forma verbal que tem por função a “não-pessoa”. A essa definição correspondem: a ausência de todo pronome da terceira pessoa, fato fundamental, que é suficiente lembrar, e a situação muito particular da terceira pessoa no verbo da maioria das línguas, de que daremos alguns exemplos (BENVENISTE, 2005, p. 250-251).

A reflexão que procede é reveladora: as duas primeiras pessoas (eu e tu) não estão no mesmo plano que a terceira pessoa (ele), que é sempre tratada diferentemente e não como uma verdadeira “pessoa”. Para o linguista, a classificação uniforme em três pessoas paralelas não convém. A pessoa, afirma, “só é própria às posições ‘eu’ e ‘tu’”. A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal.” De fato, continua, “serve sempre quando a pessoa não é designada E principalmente na expressão direta e impessoal (BENVENISTE, 2005, p. 251).

Para caracterizar essa distinção, ele apresenta observações explicativas: *a primeira* considera a existência de uma qualidade específica às duas primeiras pessoas: “o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum (BENVENISTE, 2005, p. 253)”; *a segunda* consiste que “eu” e “tu” são inversíveis: “o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’”. Algo que não pode acontecer com a terceira pessoa: “nenhuma relação paralela é

possível entre uma dessas pessoas e ‘ele’, uma vez que ‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém (p. 253).” Na relação comunicativa, a pessoa que diz *eu*, a primeira pessoa, aquela que enuncia, que se dirige para a segunda pessoa, que é o tu para ela, o seu interlocutor, é única e distinguível. Posteriormente, os papéis se invertem: a pessoa eu se transforma na pessoa tu, quando recebe a enunciação da pessoa tu, transformada em pessoa eu. A pessoa tu também é única e distinguível: é a pessoa a quem a enunciação de ‘eu’ se dirige. Um estado que não ocorre com a pessoa ele, pois ela está situada à margem da enunciação da pessoa eu, que a ela não se dirige, podendo ser constituída por qualquer objeto, inclusive outros seres, a qual a pessoa eu e a pessoa tu se referem.

Taxativamente, Benveniste (2005, p. 253) assume:

Não se deve, portanto, representar a “terceira pessoa” como uma pessoa apta a despersonalizar-se. Não há aférese da pessoa, mas exatamente a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o “eu” e o “tu”. Pelo fato de não implicar nenhuma pessoa, pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum, e esse sujeito, expresso ou não, nunca é proposto como “pessoa”.

Entretanto, mesmo que às pessoas *eu* e *tu* sejam conferidas o *status* de pessoa, elas apresentam traços linguísticos diferenciados, o que as coloca, também, em posições opostas: primeiro porque a pessoa *eu* está situada no interior do enunciado, enquanto a pessoa tu está situada fora; em segundo porque a pessoa *eu* é transcendente com relação à pessoa tu, pois, para se estabelecer uma relação viva com outro ser, a pessoa *eu* encontra uma pessoa tu, que é, fora da pessoa eu, a única pessoa imaginável. O *status* da pessoa tu não é o mesmo da pessoa eu: “Poder-se-á, então, definir o tu como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que eu representa (BENVENISTE, 2005, p. 255). Trata-se de uma quase-pessoa, uma pessoa não-subjetiva. Quanto às pessoas plurais, o *nós*, o *vós* e o *eles*, Benveniste compreende não haver pluralização da subjetividade: “se não pode haver vários ‘eu’ concebidos pelo próprio ‘eu’ que fala, é porque ‘nós’ não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’” (p. 256). Ou, como explica:

De maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa ampliada e difusa. O ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas. Na passagem do ‘tu’ ao ‘vós’, quer se trate do ‘vós’ coletivo ou do ‘vós’ de polidez, reconhece-se uma generalização de ‘tu’, seja metafórica, seja real [...]. Quanto à não-pessoa (terceira pessoa), a pluralização verbal, quando não é o predicado gramaticalmente regular de um sujeito plural, cumpre a mesma função que nas formas ‘pessoais’: exprime a generalidade indecisa [Dizem]. É a própria não-pessoa que, estendida e ilimitada pela expressão, exprime o conjunto indefinido dos seres não pessoais. Tanto no verbo como no pronome pessoal o plural é fator de ilimitação, não de multiplicação” (BENVENISTE, 2005, p. 258)

A partir dessa configuração, cogitamos afirmar que a pessoa ele não se constitui uma pessoa linguística. Ela será tratada, a partir de agora, como uma não-pessoa. A pessoa *tu* não é completamente pessoa, porque se comporta como uma quase-pessoa, não assumindo o papel de sujeito, mas de pessoa não subjetiva. Pelo que entendemos, apenas a primeira pessoa, a que ocupa a função enunciativa como *eu*, é uma pessoa subjetiva, um sujeito. As demais pessoas gramaticais, ocupam em Benveniste os papéis de quase-pessoa, não-pessoa e não-pessoas, o que nos parece significar, como noção balizadora, que a pessoa subjetiva, o sujeito na linguagem, está implicado na primeira pessoa, exclusivamente.

3.1.2 A natureza dos pronomes: quem é eu?

O artigo *A natureza dos pronomes* é o segundo texto subjetivo benvenistiano. Ele foi publicado em *For Roman Jakobson*, em 1956. Está no primeiro volume do PLG. O trabalho apresenta o pronome como uma categoria universal, ou seja, está presente em todas as línguas. Mas, mesmo com sua presença generalizada, “os pronomes não constituem”, afirma, “uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos” (BENVENISTE, 2005, p. 227). Ou seja, explica, “Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as ‘instâncias do discurso, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (p. 227).

A reflexão é peculiar. Os pronomes apresentam duas configurações: pertencem à estrutura das línguas e à enunciação. A observação que desenvolve em torno do pronome pessoal *eu* demonstra a validade de seu argumento: “entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical,” comenta, “há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras que se prendem ao próprio *processus* de enunciação linguística e que são de natureza mais geral e profunda”. Explicando seu raciocínio, esclarece: “Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se em um objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta.” Situação que não ocorre com o pronome pessoal eu: “no entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há ‘objeto’ definível como eu ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias”. Então sentencia: “cada *eu* tem uma referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal (BENVENISTE, 2005, p. 278).

É possível identificar o referente existente em diversas palavras, tais como *mesa*, *cadeira*, ou nos pronomes de tratamento como *Vossa Santidade* ou *Vossa Majestade*, entre

outros. *Cadeira* se refere a um assento com encosto. *Mesa* é um móvel composto por um tampo horizontal sustentado por um ou mais pés. *Vossa Santidade* é usado para os papas, como o Papa Francisco. E *Vossa Majestade* é utilizado para os reis, como o Rei Charles III, do Reino Unido.

Mas, quem é eu? “*Eu* só pode definir-se em termos de ‘locução’,” responde, “não em termos de objetos, como signo nominal. *Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância do discurso que contém *eu*.” Benveniste esclarece: “a forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere” ou “eu é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística eu’”. O que revela um processo de dupla instância conjugada: “instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido” (BENVENISTE, 2005, p. 279). O linguista considera que essa característica, que condiciona a referência à instância do discurso, constitui um traço que une eu/tu aos indicadores dêiticos.

A formatação das dêixis em Benveniste, revela Flores (2013), diferencia-se, no entanto, da concepção então vigente, que considera a propriedade que uma palavra tem de se referir a um objeto no mundo, apontando-o. Em uma nova aceção, ela remete à enunciação, não às posições objetivas no tempo e no espaço: “a linguagem criou um conjunto de signos ‘vazios’, não referenciais, com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis, e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso (BENVENISTE, 2005, p. 279).” São pronomes, advérbios, locuções adverbiais coextensivas e contemporâneas da instância de discurso que contém o indicador de pessoa eu: este, aqui, meu, hoje, amanhã, em três dias, etc.

A referência, incontestável, afirma, relaciona-se à realidade do “sujeito que fala” (BENVENISTE, 2005, p. 280). “Qual é, portanto, a ‘realidade’ a qual se refere eu ou tu?”, questiona. Sua resposta: “unicamente uma ‘realidade de discurso’, que é coisa muito singular”. Ele continua: “essas formas ‘pronominais, não remetem à ‘realidade’, ou posições ‘objetivas’ no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e refletem assim o seu próprio emprego” (p. 280). E o emprego “tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra” (p. 281). Como esclarece Flores (2013): “Não é a realidade referencial, do mundo físico, concreto, mas a realidade de discurso”. Concluindo seu pensamento, Benveniste declara: “é identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos interlocutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005, p. 280-281). Esse signo, pondera, está ligado “ao exercício da linguagem e declara o locutor como tal” (p. 281).

A leitura que apresenta, defende Flores (2013), ultrapassa os limites da problemática no título do texto: não é sobre pronome que trata o texto, é sobre a subjetividade. A noção chave para a compreensão de língua em exercício nas instâncias do discurso, concorda Cox (2018), é a de subjetividade.

Benveniste concebe que a situação referencial do discurso se faz em torno da pessoa eu, que se posiciona como o sujeito e assume a língua inteira, determinando todo o processo de significação necessária à comunicação. Cogitamos, assim, entender que o enunciador manifesta a subjetividade ao se assumir como eu no discurso.

3.1.3 Da subjetividade da linguagem: está na natureza do homem

O artigo *Da subjetividade na linguagem* foi publicado originalmente em uma revista não linguística, no *Journal de psychologie*, em 1958. Embora não seja o último texto desse momento, é um texto que coroa a discussão sobre a presença do humano na linguagem. Trata-se de um texto complexo, com um tom humanista de nítida perspectiva filosófica para Cox (2018) e de reflexão antropológica para Flores (2013, 2019a). Ele inaugura abordagem ao conceber que a subjetividade é uma questão de linguagem. Diz Benveniste (2005, p 286): “Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares.” Sendo uma questão de linguagem, a subjetividade é uma característica de todas as línguas, de uma ou de outra forma. Mais do que isso, o linguista reconfigura o significado de subjetividade e a instaura linguisticamente. Ou seja, embora a linguística não tenha configurado um conceito de subjetividade, não se pode furtar à compreensão de que a linguagem, em suas diversas línguas naturais, manifesta a subjetividade do humano. Uma presença humana se manifesta na linguagem. Ou seja: o homem está na linguagem. Isso se faz, em Benveniste, compreendemos, em pelo menos quatro perspectivas:

Primeira, quando se observa que o humano se constitui enquanto humano na linguagem. Como o humano pode pensar e agir como humano se não desenvolver um pensamento humano que se constitui na linguagem humana? Chegamos à velha questão: quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha? Quem surgiu primeiro o homem ou a linguagem? Ou seja, como Benveniste bem explica:

Inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzindo a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Trata-se, assim, não de uma dimensão humana, mas de uma constituição humana. O humano se constitui na linguagem. Sem a linguagem o humano não existe. Em Benveniste (2005, p. 285), a linguagem não tem precedência sobre o humano e o humano não aparece antes

da linguagem. Eles surgiram juntos, pois, “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”. Se a linguagem e o humano nasceram juntos, conforme sugere Benveniste, não é possível dissociá-los. Onde está a linguagem, está o humano. Onde está o humano, está a linguagem. É, compreendemos, no exercício da linguagem que o humano se reconhece como humano, dando significado à sua existência. Assim, a linguagem fundamenta a existência humana.

Em segundo lugar, não se trata de uma subjetividade como pensa a fenomenologia ou a psicologia, mas, “a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem: É ‘ego’ quem diz *ego*. Encontramos aí o fundamento linguístico da ‘subjetividade’ que se determina pelo *status* linguístico da ‘pessoa’” (BENVENISTE, 2005, p. 286). “A instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria de pessoa.” Os termos eu e tu “não se devem tomar como figuras, mas como formas linguísticas que indicam a ‘pessoa’” (p. 287). Compreendemos que emerge na linguagem uma propriedade subjetiva, manifesta por uma posição privilegiada ocupada pela categoria de pessoa, materializada pelos indicadores pessoais. Trata-se de uma propriedade fundamental presente em todas as línguas: “uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível” (p. 287). Mais adiante finaliza “[...] o sujeito é apresentado pela instância de enunciação do seu indicador (que é ‘eu’)” (p. 287). “A ‘subjetividade’”, pondera, “de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (p. 286).

Em terceiro lugar, a subjetividade é, na verdade, uma intersubjetividade: “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade - “que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Tal princípio revela a realidade dialógica da linguagem: “eu propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se meu eco - ao qual digo tu e me diz tu. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência pragmática” (p. 286). Sentenciando em seguida: “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (p. 287)”. De fato, pondera, a linguagem é profundamente marcada pela expressão da subjetividade.

Há uma quarta perspectiva, que manifesta, em nosso entendimento, a subjetividade enunciativa. Trata-se da noção de realidade no discurso: “não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo.” como se dá esse testemunho? (BENVENISTE, 2005, p. 288). Ele mesmo responde: “a linguagem está de

tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu (p. 288).” ao designar-se como eu, o locutor se constitui como um sujeito e se apropria da língua toda, criando um mundo inteiro ao seu redor. Que mundo? “A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso” (p. 288). Um mundo inteiro configura-se em torno do sujeito, como ponto de referência. Um mundo dependente do eu que aí se enuncia. O centro do mundo é o sujeito; o tempo, é o tempo do sujeito, interior ao discurso. A temporalidade humana, a própria noção de tempo é inerente ao exercício da linguagem pelo sujeito. O discurso provoca a emergência da subjetividade. A instância do discurso define o sujeito. Enfim, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego.’” (p. 285). A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu do discurso.

Ainda em *Da subjetividade*, o linguista declara: “é na instância do discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’” (p. 288). Ao assumir a língua e enunciar-se, um sujeito se instaura na linguagem. Como isso é possível? Como transformar o locutor em sujeito? Benveniste responde no mesmo texto:

É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. Se quisermos refletir bem sobre isso veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo. A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu (p. 288)

Ao se declarar como o *eu* do discurso, utilizando os indicadores de pessoa, por exemplo, o locutor passa a condição de sujeito e assume toda a referência discursiva do diálogo. Como ele mesmo declara nesse mesmo texto: “É ‘ego’ que *diz ego*” (p 286), o que nos parece significar: é *eu* que diz *eu* ou é sujeito que diz *eu*.

A subjetividade é pensada como uma propriedade latente da linguagem, pronta para se tornar patente no ato de enunciação, quando alguém se apropria da língua e se nomeia ‘eu’ (COX, 2018, p. 203). Em *Da subjetividade da linguagem* a categoria de pessoa é evocada como indicador de subjetividade (FLORES, 2013, p. 104).

3.1.4 As relações de tempo no verbo francês: dois planos de enunciação

O artigo *As relações de tempo no verbo francês* foi publicado no *LIV Bulletin de la Société de linguistique*, em 1959. Cox (2018) defende que nesse texto Benveniste recobra seu

olhar de linguista ao refletir sobre as duas formas de expressão do passado na língua francesa. Ele questiona a divisão tradicional do tempo em presente, passado e futuro: “essas divisões, incontestáveis no seu princípio, permanecem, entretanto, longe das realidades de emprego e não são suficientes para organizá-las” (BENVENISTE, 2005, p. 260).

A tradição gramatical leva a crer que as formas verbais do passado, em francês, pertencem à mesma conjugação em virtude da morfologia. Seriam variações da mesma forma, uma para a escrita e outra para o oral. O linguista propõe mostrar que a organização dos tempos depende de princípios menos evidentes e mais complexos. Eles não se comportam como membros de um mesmo sistema, cada um deles compreende uma parte dos tempos do verbo: “esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes que distinguimos como o da história e do discurso” (BENVENISTE, 2005, p. 262).

A enunciação histórica, reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados: “trata-se da apresentação de fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (BENVENISTE, 2005, p. 262). Ninguém fala nesse sistema: “os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos” (p.267); é o tempo do acontecimento fora do narrador, porque não há narrador. A narrativa histórica caracteriza-se pelo uso da não-pessoa ele e dos tempos verbais do passado: o aoristo (passado simples e passado definido), o imperfeito (incluindo o condicional), o mais-que-perfeito e o prospectivo. Esse tipo de enunciação exclui a autobiografia, pois a enunciação histórica é marcada pelas formas da 3ª pessoa. A autobiografia, como se sabe, é marcada pela expressão em 1ª pessoa. Excluem-se também dessa enunciação o presente, o perfeito, o futuro (simples e composto). O acontecimento, declara, “para ser apresentado como tal na expressão temporal, deve ter cessado de ser presente, deve não poder mais ser enunciado como presente” (p. 271).

A enunciação de discurso considera a existência do locutor e do ouvinte, com a intenção do primeiro de influenciar o segundo. Compreende a diversidade de discursos orais, de qualquer natureza, e os discursos escritos que reproduzem os discursos orais, tais como as cartas, as memórias, e todos os discursos que alguém se dirige para outrem e se enuncia como locutor. Admitem-se todos os tempos verbais, em todas as formas, excluindo o aoristo¹ (simples e composto).

É importante esclarecer, e o próprio Benveniste faz isso, que a enunciação histórica e a enunciação de discurso, não coincidem com a distinção entre a língua falada e a língua escrita.

¹ Tempo comum nas línguas indo-europeias como o grego e o sânscrito, mas não nas línguas modernas.

Na prática, afirma, “passa-se de um ao outro instantaneamente” (BENVENISTE, 2005, p. 267). O próprio da linguagem consiste em permitir essas transferências instantâneas.

A subjetividade no texto, para Cox (2018), estaria ambigualmente situada como traço linguístico distintivo na dicotomia história e discurso, e no tom humanista que ele confere ao texto. Flores (2013) reforça que a presença da subjetividade nele é materializada a partir da singularidade do sentido que a categoria de pessoa impõe ao se conjugar em forma verbal indicativa seja da história ou do discurso. Ainda para Flores, o diferencial do texto, é a temporalidade, compreendido como uma categoria comandada pela categoria de pessoa.

3.1.5 A linguagem e a experiência humana: a pessoa e os tempos

Publicado em 1965, na revista *Diogenes*, *A linguagem e a experiência humana* é um texto dedicado ao estudo das noções de pessoa e de tempo, compreendidos como “categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante” (BENVENISTE, 2006, p. 68). Ou seja, “são categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem. (p)” Categorias, nessa configuração, presentes em todas as línguas. Essa presença é percebida, por exemplo, quando se compreende que, instintivamente, todo humano se coloca em sua individualidade enquanto eu, que se refere a ele mesmo enquanto fala:

Assim, em toda língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse eu, este eu que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma língua é possível (BENVENISTE, 2006, p. 68-69).

“Eu” pode ser um pronome, mas no discurso introduz a presença da pessoa. Uma presença humana se instaura na linguagem: “quando alguém os pronuncia, este alguém os assume, e o pronome eu, de um elemento de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz, a cada vez uma nova pessoa” (BENVENISTE, 2006, p. 69). É a experiência humana na linguagem. Essencial. Não se concebe sua ausência em qualquer língua.

Ao mesmo tempo que se instaura a pessoa, como categoria, ela muda alternadamente de estado, em uma dialética singular, mola da subjetividade:

A língua prover aos falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um

objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso (BENVENISTE, 2006, p. 69).

O pronome pessoal não é a única forma dessa natureza. Outros indicadores partilham a mesma situação, como os dêiticos, que organizam o espaço em torno de um ponto que é Ego: o objeto está perto ou longe de mim, defronte ou detrás, no alto ou em baixo, visível ou invisível, conhecido ou desconhecido. O sistema de coordenadas espaciais se presta, conclui, “para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que organiza está ele próprio designado como centro e ponto de referência” (BENVENISTE, 2006, p. 70).

Tal como a categoria de pessoa, a categoria de tempo também é universal: “é compatível com todos os tipos de estruturas linguísticas” (BENVENISTE, 2006, p. 70) A questão do tempo é considerada um rico indicador da experiência subjetiva, mas também de difícil exploração. Principalmente quando se compreende que a língua conceitua o tempo de modos diferentes: “o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo ‘objetivo’, tão forte é a propensão de ver na língua o recalque da realidade” (p. 70). Essa tentativa de organização não oferece o mundo real ou, como diz, “as línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real” (p. 70).

Benveniste apresenta a existência de um quadro temporal múltiplo: O tempo físico é um tempo contínuo, uniforme, infinito, linear e segmentável. Ele é medido pelo grau de emoções e pelo ritmo da vida interior. É o tempo sentido. O tempo vivido em uma única direção; O tempo crônico é o tempo dos acontecimentos realizados que corre sem fim e sem retorno, do passado ao presente e do presente ao passado. Observamo-lo em uma direção ou em outra. Está dividido em uma série de blocos, os acontecimentos. Em todas as culturas constata-se esforços em objetivar o tempo crônico, uma condição necessária da vida social. É o tempo que tem um marco inicial, pode ser medido (horas, dias, semanas, anos, séculos, eras). O tempo calendário é um exemplo emblemático; O tempo linguístico, diferente do tempo físico e do crônico, tem de singular o fato de estar ligado ao exercício da fala, organizado em função do discurso. Ele também tem um ponto referencial, um centro gerador, que é o presente da instância da fala. Quando o locutor emprega o presente gramatical, ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. Este presente não é possível localizá-lo em uma divisão do tempo crônico, mas é em função do discurso. É reinventado cada vez que um humano fala, pois é um momento novo. Ele se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, pois “o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado da memória, e momento que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção”

(BENVENISTE, 2006, p. 75) ou seja, como explica, “na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso (p. 75)”. A língua ordena o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância do discurso. O único tempo inerente à língua é o presente e ele é implícito. O tempo linguístico determina também duas outras referências temporais, mas não se relacionam ao tempo em si, mas configuram visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente, a partir do presente linguístico: trata-se do passado e do futuro. Mas não do passado e futuro físico ou cronológico, mas de suas representações.

Uma questão relevante, que demonstra a complexidade das formas temporais na linguagem, é a observação que como o tempo linguístico emerge no seio da instância do discurso e o ato de fala é algo individual, a temporalidade linguística deveria se realizar no universo intrapessoal do locutor, como uma experiência subjetiva, de impossível transmissão. Mas não é isso que acontece. Ela é aceita sem dificuldade pelo interlocutor. Daí, afirma: “o tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em suma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade (BENVENISTE, 2006, p. 78). O que significa que “as coisas designadas e organizadas pelo discurso (o locutor, sua posição, seu tempo) não podem ser identificadas senão pelos parceiros da comunicação linguística” (p. 78). A condição de intersubjetividade é que permite a comunicação linguística. É a experiência humana que se instala na linguagem. Em *A linguagem e a experiência humana*, compreende Flores (2013), o presente é apresentado, juntamente com a categoria de pessoa, como um eixo organizador de uma dialética singular.

3.1.6 Estrutura da língua e estrutura da sociedade: uma relação pragmática

Estrutura da língua e estrutura da sociedade foi apresentado em 1968, na *Convegno Internazionale Olivetti*, em Milão, Itália, e incluído no segundo volume do PLG. Trata-se de um texto, como explica Flores (2013), que apresenta uma reflexão mais elaborada da distinção pessoa/não-pessoa com uma aplicabilidade que transcende o domínio linguístico.

Benveniste explica que a linguagem é o único meio de um humano atingir outro humano, de transmitir e receber mensagens. Dessa forma, a linguagem exige e pressupõe o outro. Nesse contexto, a sociedade é dada com a linguagem. Por outro lado, a sociedade só se sustenta pelo uso comum da linguagem e, dessa forma, a linguagem é dada com a sociedade. Tanto a sociedade quanto a linguagem exigem uma à outra. Ele refuta, assim, o entendimento corrente que considerava a não existência de relação entre elas, sob o pretexto de que línguas com

estruturas comparáveis servem a sociedades diferentes, ou línguas estruturalmente diferentes servem a sociedades socialmente semelhantes. Um entendimento que considerava que a língua e a sociedade evoluíram separadamente, um entendimento entre linguistas e antropólogos de que a sociedade e a cultura são independentes da língua. Como também refuta outro entendimento corrente que declarava que a língua é o espelho da sociedade e reflete sua estrutura social em suas particularidades e variações.

Em seus esforços de promover uma maior compreensão dessas duas entidades, ele promove comparações entre elas, tais como que a língua e a sociedade são realidades inconscientes para os humanos, são sempre herdadas, não é possível vislumbrar um começo para ambas, não podem ser mudadas pela vontade dos humanos, mesmo que possam ser influenciadas, tais ocorrências se faz na forma e não nos princípios.

Por outro lado, destaca, existe um poder coercitivo que possibilita construir uma comunidade a partir de um agregado de indivíduos: “Esse poder é a língua e apenas a língua. É porque a língua representa uma permanência em uma sociedade que muda, uma constância que interliga as atividades sempre diversificadas” (BENVENISTE, 2006, p.97). Concluindo em seguida “Ela é uma identidade em meio às diversidades individuais.” O que faz da língua “ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade” (p. 97). O que significa, conforme explica Flores (2013), que Benveniste quer mostrar que a relação da língua com a sociedade não é estrutural, nem tipológica, nem histórica. Trata-se de uma relação de cunho analítico: a língua é um meio de análise da sociedade.

Como podemos observar, apesar da existência de uma aproximação entre a sociedade e a língua, exemplificada pela compreensão que a língua nasce e se desenvolve no meio da sociedade, Benveniste assume a prevalência da língua, por duas características peculiares “a língua é o interpretante da sociedade; a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p.).

Isso se faz porque a língua interpretante, é dada pela sociedade, isso ocorre pela capacidade da língua de poder ser isolada, estudada e descrita por ela mesma, sem se referir ao seu emprego na sociedade ou às normas sociais. Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade e sua cultura, fora de suas expressões linguísticas. Nesse sentido, revela, “a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta” (BENVENISTE, 2006, p. 98). Também, em decorrência de seu caráter interpretante, “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (p. 98). Ele considera “que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua”. Outra razão para sua capacidade interpretante se faz pela compreensão que a língua faz existir o interpretado, transformando-o em noção inteligível. Também como

instrumento de comunicação, ela é comum a todos os membros da sociedade, pois ela “está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura” (p. 99).

Quanto à afirmação de que a língua engloba a sociedade, ela consiste na compreensão que a língua contém a sociedade em seu aparelho conceitual, mas também que ela configura a sociedade através do que Benveniste chamou de “semantismo social”, que consiste em designações, em fatos de vocabulário, que conservam “testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessivas e simultaneamente empregados, etc.” (BENVENISTE, 2006, p. 100).” Ou seja, o estado da sociedade em uma determinada época é manifesta nos diversos termos do vocabulário de uma língua, mesmo que a realidade referencial tenha mudado, ele testemunha suas condições de emprego. A polissemia, por exemplo, resulta da capacidade da língua de carregar em um termo uma grande diversidade de significações referenciais.

Benveniste, a partir dessas considerações, defende Flores (2013), apresenta outra abordagem para sua distinção pessoa/não pessoa, o quadro conceitual que configura o momento subjetivo de seu pensamento, ao propor que a língua apresenta uma posição paradoxal com respeito à sociedade: ela é “ao mesmo tempo uma realidade supraindividual e coextensiva a toda a coletividade” (BENVENISTE, 2006, p. 101), porque ela fornece ao falante a estrutura formal que permite o exercício da fala. Fornece o instrumento linguístico que assegura o funcionamento subjetivo e referencial do discurso. Aqui aparece uma nova configuração, defende: “é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (p. 101). Como isso ocorre, ele mesmo responde, “o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja classe de autoridade ou classe de produção” (p. 100-101). Ainda mais claro: “a língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum” (p. 102). Ou seja, os grupos ou classes se apropriam de significações que são comuns a todos:

Cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivações novas. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais.

Com essa observação, Benveniste apresenta os diferentes tipos de relações que unem a língua à sociedade, estabelecendo-se como interpretante das funções e estruturas sociais, e o próprio funcionamento da língua e os princípios fundamentais da atividade social. A língua pode ser encarada em Benveniste como um sistema que produz o sentido. Desse modo, na prática social, as relações entre língua e sociedade se estabelecem.

3.1.7 *O aparelho formal da enunciação: os indicadores formais de subjetividade*

O texto *O aparelho formal da enunciação* já foi apresentado pormenorizadamente no capítulo 2 deste trabalho. Mas lá, a ênfase foi a estrutura formal da enunciação, tendo em vista o caráter de síntese teórica que o artigo apresenta. Agora, retornamos ao *O aparelho* para contemplar sua realidade subjetiva em um esforço para levantar subsídios para nossa incursão na literatura.

Começamos primeiro pela definição clássica de enunciação, considerada no texto como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82). Ato este realizado por um indivíduo que coloca a língua em funcionamento e se introduz como locutor parâmetro das condições de enunciação, ou seja, o indivíduo, alçado à condição de locutor, ao se enunciar, assume o contexto referencial do discurso. Aprendemos, assim, que a linguagem está organizada de tal maneira que apresenta a evidência de uma presença humana nela. Ela expressa uma subjetividade. Porém, Benveniste declara que, imediatamente, ao se assumir locutor, ou seja, ao se enunciar, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença atribuída a esse outro.

A subjetividade expressa no exercício da enunciação, se processa, como se pode ver, em dois aspectos: o ato individual introduz aquele que fala em sua fala. O ato constitutivo da enunciação é a presença do locutor em sua fala. Isso ocorre em primeiro lugar pelo indicador de pessoa eu, que se produz na e pela enunciação. Os pronomes pessoais são os mais apontados. Eles não possuem referências materiais, pois se definem a cada vez que são enunciados. Quem é eu? É aquele que diz eu. Quem é tu? É o interlocutor de eu. Quem é ele? É aquele sobre quem eu enuncia para tu. A referência *eu* designa o locutor: “É na instância do discurso no qual eu designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005, p. 288). Ainda que o termo *eu* não seja efetivamente o sujeito, ele o designa enquanto é pronunciado pelo locutor. A língua toda, ou melhor, um mundo todo se instaura em torno do locutor. Além dos pronomes pessoais, outras classes de palavras são alçadas à categoria de indicadores de subjetividade, como os indicadores das dêixis, que organizam em torno do sujeito as relações

espaço-temporais: pronomes demonstrativos (este, aquele, etc.), pronomes possessivos (meu, teu, etc.), advérbios (aqui, ali, perto, junto, acima, lá, embaixo, etc.). Tem-se também como indicadores as expressões de temporalidade. Outros indicadores também são utilizados para revelar a presença do sujeito: as interrogações, que são enunciações construídas para suscitar respostas; as intimações, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador; a asserção, que visa comunicar uma certeza; e todos os tipos de modalidades formais, seja pertencente aos verbos ou à fraseologia que enunciam atitudes do enunciador tais como expectativa, desejo apreensão, indicadores de incertezas, possibilidades e indecisões. Como se vê, a subjetividade é representada por uma série de indicadores que o locutor utiliza em sua enunciação quando assume a língua enquanto sujeito do discurso. Os estudos enunciativos, tradicionalmente, têm centralizado seus enfoques para a identificação das marcas dessa presença, por “meio da análise do enunciado, sua materialização (FLORES, 2017, p.102)”. Para além dos indicadores de subjetividade, o outro aspecto é referente a acentuada relação discursiva com o parceiro do diálogo, seja esse outro imaginário, um indivíduo, uma coletividade ou até mesmo processos interiores, como o monólogo que, segundo o linguista, “procede claramente da enunciação. Ele deve ser classificado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo (BENVENISTE, 2006, p. 87)”.

O que compreendemos com esse percurso pelo momento subjetivo benvenistiano sobre a questão do sujeito na linguagem e qual a importância para nosso estudo? Que noções balizadoras podemos tirar de suas observações? O que aprendemos com esse mergulho linguístico, literário e filosófico em busca de uma enunciação literária? Mesmo não sendo fácil configurar, definitivamente, o sujeito na linguagem, é inegável sua existência. Ou seja, a linguagem está organizada para a expressão de uma subjetividade. Essa manifestação se faz presente no seu exercício. Está lá. Por certo, a subjetividade remete a um sujeito que, no final das contas, é um sujeito real, um ser humano de carne e ossos que agencia a língua em suas necessidades. O que Benveniste fez foi revelar que a subjetividade se manifesta na estrutura linguística. Como se dá essa manifestação? Através dos indicadores de subjetividade e do diálogo. Seja de forma direta, ou indireta, faz-se, na linguagem, referência a um sujeito humano ou compreendido como humano.

Poderia existir uma língua não humana, ou seja, que não apresentasse traços do humano em sua estrutura? Sem referências a um mundo real ou compreendido como real? Seriam sons desconexos, fonação, rabiscos, sem qualquer sentido. Subjetivados, logo, são compreendidos como enunciações.

Linguisticamente falando, como ampliar a compreensão do sujeito na teoria da enunciação de Émile Benveniste? Dos textos benvenistianos tiramos os seguintes balizadores: o sujeito é evidenciado pelo exercício da primeira pessoa verbal no presente do singular, bem como através do pronome pessoal eu e de outros indicadores pessoais, situacionais e temporais que se refere a quem ocupa a função de instância do discurso. Essa instância, no momento em que se enuncia em uma relação intersubjetiva, ocupa uma posição reservada para a existência humana na estrutura da linguagem. Ela congrega, simultaneamente, a constituição de uma humanidade, a expressão de uma humanidade e a posição de uma humanidade. Na linguagem ordinária, a posição formal do sujeito foi apresentada por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação*, através dos índices específicos e dos procedimentos acessórios. Na linguagem literária, isso também se faz evidente. A língua reserva espaço para o humano em todas as suas formas de expressão.

3.2 Uns sujeitos

Ao longo dos anos, muitos pesquisadores, em distintas abordagens, enfrentaram o dilema que enfrentamos agora, o de refletir sobre o sujeito na linguagem. Sem a pretensão de apresentar uma formatação, reconhecemos que refletir sobre o sujeito na enunciação se configura como uma etapa importante para nosso estudo. Mas, independentemente de sua configuração, o fato é que Benveniste demonstrou que elementos da subjetividade humana estão presentes na linguagem. Diz respeito a uma relação do homem com a linguagem. Faremos um percurso que começa com Hamburger, passando por Greimas, Paul Henry até Calame.

3.2.1 Hamburger: o sujeito-de-enunciação (1957)

Käte Hamburger (1896-1992), filósofa alemã contemporânea de Benveniste, expressou em *A lógica da criação literária*, de 1957, uma crítica feroz sobre a inércia da linguística em não configurar um estatuto para a subjetividade propondo, ela mesma desenvolvê-lo. A filósofa assume uma posição contundente ao afirmar a existência de uma lacuna na teoria da linguagem, no que se refere à compreensão do sistema enunciador. A lacuna, para ela, estaria relacionada à noção de sujeito relegada à lógica, à psicologia, à gramática, à comunicação e à teoria do conhecimento, mas que pertence, como defende, à teoria da linguagem (HAMBURGER, 2013). Ela justifica seu argumento ao considerar que o termo enunciado, e compreendemos que ela se refere, também, ao termo enunciação, não apresenta dúvidas terminológicas na teoria literária.

O que não ocorre na lógica, na gramática ou na teoria da linguagem, que reclamam a necessidade de esclarecimentos para evitar mal-entendidos. Essa observação nos faz lembrar da necessidade que Benveniste teve, treze anos depois, de distinguir o termo enunciado de enunciação no artigo *O aparelho formal da enunciação*, fortalecendo a validade dessa crítica.

Hamburger (2013) reivindica que cabe à uma teoria da enunciação a prerrogativa de revelar a estrutura oculta da linguagem, mas que até então (em 1957) a linguística estava mais preocupada com a linguagem enquanto formação gramático-linguística e com a linguagem enquanto comunicação. Ela assume que a problemática da ausência de uma reflexão linguística da subjetividade pode receber contribuições da teoria literária, sugerindo que o estudo da estrutura literária, como a que ela propõe, ajuda a conhecer a estrutura linguística.

Hamburger (2013, p. 20) conceitua enunciado como “a enunciação de um sujeito sobre o objeto”. Sob essa simples e óbvia observação, ela concebe uma estrutura subjetiva linguístico-literária: “Somente esta fórmula, que é uma fórmula estrutural, dá a perceber que através dela se descreve não somente cada enunciado, mas a totalidade de vida que se manifesta na linguagem” (p. 20). Parece-nos significar que a enunciação de um sujeito implica a revelação de uma estrutura linguística - a pessoa ‘eu’ enuncia para a quase pessoa ‘tu’, algo sobre a não-pessoa ‘ele’ - ao mesmo tempo que carrega significações, ancorando na língua uma realidade existencial. Ela, no entanto, não destaca a importância das significações do objeto, mas da realidade linguística do sujeito: “a definição do enunciado como a enunciação de um sujeito-de-enunciação sobre um objeto-de-enunciação pode ser realizada somente através de uma análise exata do sujeito-de-enunciação; nisso se revela por que é o sujeito somente e não o objeto que importa” (p. 21). Para se explicar, ela utiliza um esclarecedor exemplo: na frase “o aluno escreve”, o objeto ou o conteúdo da enunciação do enunciado expresso por esta proposição é que o aluno escreve. Mas o conteúdo da enunciação muda o seu caráter real ou ontológico conforme o tipo de sujeito-de-enunciação e até conforme o sentido que este sujeito profere a sentença. Se essa frase corresponde a uma situação falada, na qual o professor diz “o aluno escreve”, o professor é o sujeito-de-enunciação. O conteúdo do objeto-de-enunciação pode ser uma situação real: o aluno está presente e agora escreve. O sujeito da enunciação se destaca. Agora, quando o professor diz: “Silêncio! O aluno escreve” (verbalmente ou escrito) mas com o sentido de um exemplo a ser dado na turma ou uma sentença para ser traduzida em outro idioma, a situação de enunciação não é concreta, mas uma circunstância gramatical. Nesse caso, o professor não se destaca como sujeito-de-enunciação e o exemplo é percebido pelo ouvinte, ou leitor, com menos subjetividade. E, se a mesma sentença estivesse apresentada em

um livro didático, a situação aparenta como se não existisse um sujeito-de-enunciação, ou a sua natureza é irrelevante.

Com esse exemplo, Hamburger (2013) chega a uma peculiar constatação:

Com o exemplo desta simples proposição declarativa queríamos mencionar apenas a título demonstrativo os problemas que a noção do sujeito-de-enunciação, ou da enunciação em si contém. Quando se explicam em geral os diversos significados que o conteúdo da sentença ‘o aluno escreve’ pode receber, dependendo da semântica do contexto em que consta ou é expresso, a nossa atenção é dirigida no sentido do elemento estrutural que produz, por assim dizer, as relações contextuais. Os conteúdos da enunciação, e com isso os contextos, são infinitos quanto ao número, porque tudo que é representado e pensado pode vir a ser o objeto-de-enunciação. A estrutura da linguagem não pode ser, portanto, encontrada através do objeto-de-enunciação. O seu elemento estrutural é o sujeito-de-enunciação (HAMBURGER, 2013, p. 23)

O exemplo e o comentário de Hamburger parecem-nos revelar a questão, também apontada em Benveniste no seguinte axioma: o sujeito está na língua. A análise do sujeito-da-enunciação oferece a contribuição da lógica e da teoria literária para enfrentar a questão do sujeito na linguística.

A filósofa propõe que a estrutura da enunciação resulta na configuração de três categorias ou tipos de sujeito-de-enunciação: i) o sujeito histórico; iii) o sujeito teórico e iii) o sujeito pragmático.

Sujeito-de-enunciação histórico é compreendido como um sujeito cuja individualidade é de importância essencial como, por exemplo, o sujeito do gênero epistolar. O escritor da carta é um sujeito-de-enunciação, cuja pessoa sempre importa, por ser a carta uma comunicação expressamente pessoal, mesmo quando seu conteúdo é predominantemente objetivo. O autor da carta sempre é um sujeito definido, individual: “o sujeito-de-enunciação ‘histórico’, cuja pessoa nos interessa indiferentemente por motivos particulares ou gerais. A carta sempre é um documento histórico, que testemunha sobre uma pessoa individual. Hamburger inclui nessa categoria os sujeitos-de-enunciação de cartas, diários, memórias e todos os sujeitos dos documentos autobiográficos. A individualidade, determinante da essência do sujeito histórico, impõe-se pelo fato de o sujeito aparecer como ‘eu’. Isso não quer dizer que seu enunciado deva ser pronunciadamente ‘subjetivo’ (HAMBURGER, 2013, p.24).

O sujeito-de-enunciação teórico distingue-se do histórico pela qualidade que o caracteriza. Não se trata nele da pessoa individual que faz a enunciação. Os autores, esclarece Hamburger, “são pessoas individuais, que os assinam com o seu nome e cuja individualidade é decisiva para o caráter do relato [...]” (HAMBURGER, 2013, p .24). Apesar disso, não importa a sua pessoa, “o leitor toma conhecimento do conteúdo apenas e não o refere, como no caso de uma carta, ao respectivo autor” (p. 24). São exemplos dessa categoria, os sujeitos dos textos

científico, filosófico e histórico, que mesmo tendo um autor nomeado, sua obra é o que o caracteriza. Esclarecendo seu pensamento, ela destaca que os sujeitos em obras filosóficas “a individualidade peculiar do filósofo relaciona-se mais estritamente com a sua obra. A determinação individual do filósofo é idêntica à sua teoria; a sua pessoa não é destacada desta e o seu nome serve por isso à designação de sua filosofia” (p. 25). Ou no caso de uma sentença matemático-científica ou lógica, como a proposição “paralelos encontram-se no infinito”, que parece não existir um sujeito enunciador: “porque na sentença matemática não importa nem o sujeito-de-enunciação que a pronuncia ou a escreve, nem o matemático que a estabeleceu pela primeira vez. Contudo, o sujeito existe, mas não como um individual, e sim como um geral interindividual” (p. 25). Isto é, refere-se “a todos os sujeitos pensáveis entre os quais nenhum é distinguido dos outros” (p. 25).

O sujeito histórico e o sujeito teórico têm em comum o fato de que seus objetos são estados de coisas que aparecem no modo do relatório ou da constatação. Estas duas formas ou tipos de enunciados afirmativos dominam a literatura do sistema enunciador e a comunicação verbal.

As modalidades de proposições interrogativas, optativas, imperativas enquadram-se na categoria de *sujeito-de-enunciação pragmático*. O sujeito pragmático quer algo referente ao objeto de enunciação. Ele quer que os fatos entendidos virtualmente na pergunta, na ordem, no pedido, sejam respondidos, executados, deferidos. Tem-se aqui uma perspectiva utilitária da enunciação.

Hamburger (2013) apresenta alguns exemplos elucidativos para lidar com os seus três tipos de sujeitos. Vejamos os enunciados:

QUADRO 1
TIPOS DE SUJEITOS-DE-ENUNCIAÇÃO

Enunciados	Tipos de Sujeitos-de-enunciação
1 Eu sou professor. 2 Com é difícil a vida.	Sujeito-de-enunciação Histórico
3 Napoleão venceu em Viena em 1806. 4 Paralelos encontram-se no infinito. 5 “Temos hoje uma resposta à pergunta do que entendemos propriamente como a palavra <i>seiend?</i> De modo algum.” (Heidegger) 6 O dever, sublime e grande palavra... qual a sua origem digna de ti e onde se encontra a raiz da tua nobre linhagem?” (Kant)	Sujeito-de-enunciação Teórico
7 Pode vir a minha casa amanhã? 8 Deixe-me em paz! 9 Não se debruce sobre a janela!	Sujeito-de-enunciação pragmático

Fonte: Adaptado de Hamburger (2013, p. 26-27)

O sujeito de Hamburger não se detém ao texto, exclusivamente. Sua configuração considera a interlocução com a quase-pessoa *tu*. A compreensão de quem é o enunciador determina o tipo de sujeito. Os enunciados 5 e 6 parecem mais subjetivos que o enunciado 2. A flexão do verbo entender na primeira pessoa do plural no enunciado 5 e a pergunta retórica do enunciado 6, dirigindo-se para um aparente *tu*, são percebidos como um tom mais pessoal que o enunciado 2, que não usou sequer o pronome pessoal eu. O 2 é identificado como sujeito histórico, um sujeito cuja identificação é possível e importante para o interlocutor, o que não ocorre com os sujeitos 5 e 6 que, embora identificáveis por seus nomes, são classificados como sujeitos teóricos, em vista da importância conferida pelo interlocutor mais no conteúdo do que, propriamente, nos autores nomeados.

3.2.2 Greimas: o sujeito na linguagem (1973)

Algirdas Julius Greimas (1917-1992) procurou configurar a subjetividade enunciativa. No texto *A enunciação (uma postura epistemológica)*, apresentado no curso *Teoria Semiolinguística do Discurso*, em 1973, em Ribeirão Preto (SP), apenas três anos após a publicação de *O aparelho*, apresenta observações balizadoras para a configuração de uma subjetividade na linguagem. Em seu entendimento, a realidade da enunciação pressupõe a existência de um sujeito da enunciação, porque só se pode falar de enunciação enquanto ela for enunciada. “É evidente”, afirma, “que para que o enunciado seja enunciado é necessário que o enunciemos” (GREIMAS, 1974, p. 2). Mas a constituição desse sujeito linguístico, defende, é lógica e não ontológica: não se trata de um sujeito de carne e ossos, material ou fisiológico. Tal postulação, ou seja, um sujeito real, afirma Greimas (1974), é antissauriana, pois, “significa postular a existência de um referente exterior à linguagem” (p. 2). Para ele, “só se pode falar de coisas a partir do texto, do que se descobre no texto” (p. 10). A instituição de um sujeito ontológico traz graves consequências, defende, porque significa uma renúncia da linguística, pois consiste em esvaziar o texto, que é um objeto linguístico que estudamos, por algo que não é linguístico, isto é, retirar-se, renunciar a suas responsabilidades e dizer que são os psicólogos e os filósofos que devem ocupar-se disso. Portanto, essa atitude consiste em abolir o objeto linguístico (GREIMAS, 1974). Greimas (1974) não nega a existência de outras realidades ou a possibilidade de se pensar um sujeito real, mas defende que a atitude do linguista com o texto manifestado “é a única realidade da qual a linguística se ocupa” (p. 2), porque ela se ocupa com aquilo que pode fazer, deixando para as outras ciências outras abordagens: “temos nossa

abordagem e nela permaneceremos” (p. 3). Concluindo enfaticamente seu pensamento, afirma: “fora do texto não há salvação. Todo o texto, nada senão o texto e nada fora do texto” (p. 12).

O sujeito enunciativo greimasiano seria “uma espécie de espírito humano” (GREIMAS, 1974, p. 11), um sujeito transcendental e coletivo, como se a língua falasse em nós, e não nós que falamos a língua. Ainda na defesa desse sujeito da enunciação, que se situa acima dos indivíduos, Greimas (1974) explica: “não é apenas um simples sujeito que fabrica mensagens, enunciados, mas é também um sujeito que transmite o saber” (p. 5). Pois “quando se trata de fazer dizer, certamente há um fazer, mas também há um fazer saber, isto é, há uma transferência do saber” (p. 5).

Quanto aos indicadores de subjetividade presentes nas enunciações, a exemplo dos pronomes pessoais, Greimas observa que os *eu* presentes nas enunciações, não se configuram como sujeitos das enunciações, mas como uma simulação, porque o sujeito da enunciação não é apreensível. Os diferentes *eu* que se encontram nos discursos são *eu* já falados e não *eu* que falam. Porque o *eu* da enunciação está sempre oculto, está sempre subentendido. O eu enunciado é uma forma linguística de um eu real que não se faz apreensível. A linguística tem por objeto enunciativo o eu simulado. O único que a Linguista pode dar conta.

Esse posicionamento apresenta o sujeito na estrutura da língua, portanto, inerente ao sistema. Há uma recusa nesse pensamento de qualquer relação com o falante. Sua interpretação do sujeito da enunciação se atém, como se observa, aos ditames saussurianos. Ou seja, restrita às teorias da linguagem saussurianas, sem possibilidade de vislumbrar exteriores linguísticos.

3.2.3 Paul Henry: o sujeito da linguagem (1977)

Para Paul Henry, em *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*, de 1977, a questão da subjetividade é tão importante quanto a própria questão da linguagem. Ele relembra que a linguística alcançou sua relevância ao romper com a gramática, com a sociologia, com a psicologia e com a filosofia, mas não rompeu com a subjetividade, ou pelo menos procedeu um rompimento parcial, o que tem levado a dificuldades teóricas e práticas. O rompimento é a construção de um domínio próprio de estudo e a dificuldade se situa no domínio da semântica. Mesmo com a exclusão do sujeito, em um dado momento, a linguística não logrou êxito, pela impossibilidade de construir uma sintaxe eliminando a referência ao sentido. E o sentido faz ressurgir a questão do sujeito, o grande dilema, que não dá para esvaziá-lo (HENRY, 2013).

Mesmo com sua aparência idealista, antropológica, social, jurídica, política e psicanalítica, que absorve ao utilizar o termo sujeito, inclusive carregando elementos do

assujeitamento marxista ou do inconsciente freudiano, um conceito, uma posição na linguagem, no entanto, ainda não foram desenvolvidos. Em sua tentativa de configurar um entendimento para esse sujeito, Henry observa a existência de múltiplos sujeitos que se debatem: o sujeito do conhecimento, o sujeito da ciência, o sujeito da linguagem, o sujeito da língua, o sujeito da enunciação, o sujeito do inconsciente, o sujeito das ideologias e o sujeito coletivo, denunciando aquilo que do externo da língua opera nas teorias linguísticas, conservando nas suas margens aderências com outros campos, dificultando o desenvolvimento de um conceito. A existência de múltiplos sujeitos demonstra que cada perspectiva não pode se desenvolver indiferente da outra. O sujeito não é objeto exclusivo de uma disciplina. Henry também aponta outro entrave que pesa sobre a linguística e sobre o conceito de sujeito, que merece destaque aqui, é a incapacidade que a disciplina tem de contornar a contradição entre a realidade e conhecimento. A questão da linguagem, afirma, foi levada a sério, por isso se desenvolveu em uma disciplina (HENRY, 2013)

Estaria, pergunto, inspirado nas reflexões de Henry, a linguística levando a sério a questão do sujeito na linguagem? Em Benveniste essa seriedade é evidente. Mas, até o momento, um estatuto definitivo não foi organizado.

3.2.4 *Calame: o sujeito da enunciação (1986)*

Em *Sujeito da enunciação: breve introdução*, em 1986, o narratologista, semiótico e filólogo Claude Calame (1943-), resgata a emergência do sujeito da enunciação. Inicialmente ele relembra que, sobre a égide estruturalista, o sujeito não foi apenas diluído na infraestrutura econômica, no inconsciente partilhado ou nas formas lógicas da linguagem, mas completamente excluído, a partir de um entendimento da significação como um processo interno à língua: “o sujeito não era mais do que um tecido onde se entrelaçavam a cadeia das estruturas sociais e a trama das estruturas do espírito humano” (CALAME, 1986, p. 9). A partir dos anos 1970, relembra, um movimento linguístico emergente reconhece o lugar do sujeito em toda a produção do sentido, em particular no quadro enunciativo. Foi Benveniste, destaca, o responsável por revelar que, ao lado dos elementos linguísticos que enquadram e sustentam o texto, há outros que remetem à enunciação: “resultado de um processo de produção prático, a fala traz muitas vezes no seu próprio enunciado os traços dos atos de enunciação” (p. 10).

Calame chama a atenção para a solução estruturalista encontrada para o enfrentamento da questão do sujeito, apresentando uma observação questionadora. A solução estaria relacionada ao conceito jakobsoniano de *shifter*, definindo o procedimento pelo qual se instala

nos enunciados os elementos indiciais da enunciação. Esse posicionamento seria, em sua opinião, insuficiente terminológica e conceitualmente, principalmente quando se reconhece que, em Benveniste, a noção de enunciação implica a ideia de uma ação. Esta perspectiva revelaria o engano estrutural ao fechar o texto do enunciado, pois a instalação da enunciação no enunciado, não representa o reflexo fiel da relação de comunicação, do ato discursivo. Não haveria, portanto, uma encarnação linguística do enunciador.

Reportando-se à conhecida afirmação de Benveniste que considera que o “fundamento da subjetividade está no exercício da linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 288), Calame lembra que esse sujeito age sobre o mundo que o rodeia e do qual depende a sua própria existência. Uma ação virada para o exterior, em primeiro lugar, na medida em que, para se constituir sujeito, ele coloca de imediato diante de si um *tu* e um *vós*; e, em segundo lugar, pela sua presença física, corporificada no texto, inserindo-o no mundo, ao dizer-se. O sujeito não seria, puramente, uma construção linguística, mas graças a situação de enunciação, da realidade do discurso, ele pode situar-se e determinar-se. A relação eu/tu remete a uma exterioridade linguística, pois, o emaranhado intersubjetivo, mesmo submetido às regras da língua, carrega condicionamentos culturais, sociológicos e psicológicos, ao sofrer constrangimento do mundo intersubjetivo e natural no qual está inserida. O sujeito configura um ponto de articulação da significação do mundo com o discurso, revelando uma problemática de um impacto sobre o mundo e sobre aqueles que o apreendem. Assim, a enunciação seria perceptível nas marcas linguísticas e nos efeitos que provoca.

Usando a metáfora de um iceberg que, como se sabe, apresenta apenas uma pequena parte visível acima do nível da água, deixando sua maior parte submersa, a enunciação revela, em um nível mais profundo, os valores da subjetividade comunitária a que está submetida. Então se pergunta: por que limitar-se à ponta do iceberg, concentrando esforço nas marcas do sujeito presentes no enunciado? Por que não experimentar apreender a instância transcendental presente na operação de discursivização?

Em Calame, como percebido, sua tentativa de configurar um sujeito enunciativo extrapola os limites do texto e da própria linguística, permitindo-se vislumbrar interseções com perspectivas exteriores ao campo.

3.3 A enunciação e a escrita

A menção à enunciação escrita em *O aparelho formal da enunciação* é superficial, ocupando poucas linhas no texto. Na produção teórica benvenistiana ela não é tematizada.

Encontramos, no entanto, referências à escrita na obra póstuma *Última aula no Collège de France*. Não se trata de enunciação escrita, mas da escrita, como bem lembra Flores (2013). Mas, como estamos falando de um mesmo momento histórico, ou seja, são textos produzidos no final da década de 1960, contemporâneos, podemos conceber, sem estranhamentos, que tais reflexões podem ser colocadas em relação e o pensamento sobre a escrita das aulas pode ajudar a esclarecer pontos da enunciação escrita e sobre sua relação com a literatura.

A aula número oito, ministrada em três de fevereiro de 1969, parece oferecer subsídios para pensar a enunciação. A aula começa com Benveniste ponderando sobre a relação “cada vez mais íntima, extremamente íntima” (BENVENISTE, 2014, p. 127) entre a escrita, a fala, a língua e o pensamento na atualidade, o que o faz convidar seus interlocutores para um esforço imaginativo. Ele critica Saussure por confundir escrita com o alfabeto e a língua com a língua moderna e considerar a escrita como um sistema subordinado à língua. Ele chama a atenção para a distinção entre a escrita e a língua escrita, entendendo ele a língua escrita com o sentido de “língua sob a forma escrita” (p. 128). Essa distinção permite “refletir a respeito da escrita como sistema semiótico, o que Saussure não faz.” (p. 128). Também destaca que as obras de sua época “tratam das escritas, mas não da escrita em si” (p. 129). O locutor, declara, “deve se desprender da representação que tem instintivamente do falar enquanto atividade, enquanto exteriorização de seus pensamentos, enquanto comunicação viva. Deve tomar consciência da língua como realidade distinta do uso que dela faz[...]” (p. 129). Ou seja, como ele mesmo explica:

A língua é convertida, de repente, em uma imagem de língua. A atividade completa na qual o locutor está engajado, esse comportamento tanto gestual como fonoacústico, essa participação do outro, de todos os outros, da totalidade dos parceiros possíveis nessa manifestação individual e coletiva, tudo isso é substituído por signos traçados a mão (BENVENISTE, 2014, p. 129-130).

Trata-se de uma lembrança de que a língua, como uma atividade na qual se está em uma situação de diálogo quando se fala, é colocada em ação direcionada para um outro que, mesmo com voz diferente, com entonação diferente, em circunstâncias diferentes, possui e maneja a mesma língua. Porém, na escrita inexistente um diálogo presencial entre o locutor e seu alocutário. Desprende-se do contexto, das circunstâncias, da realidade viva. Trata-se de uma língua da qual não se sabe quem fala nem quem a ouve (BENVENISTE, 2014).

Ele continua:

Pois o ato de escrever não procede da fala pronunciada, da linguagem em ação, mas da linguagem interior, memorizada. A escrita é uma transposição da linguagem interior, e é preciso, primeiramente aceder a essa consciência da linguagem interior ou da “língua”

para assimilar o mecanismo da conversão em escrito (BENVENISTE, 2014, p. 132, Grifo do autor)

Embora não apareçam referências ao seu pensamento enunciativo, tais considerações parecem complementares aos seus estudos. Consideramos que tais observações contribuem para pensar a realidade escrita da enunciação e, por derivação, a enunciação literária. A estrutura formal da enunciação se faz presente na escrita, pois a língua reserva espaço para ser enunciada. Enunciação, diz Benveniste “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). E, “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que se realiza, os instrumentos de sua realização” (p. 83). O ato de escrever, bem poderia ser o ato enunciativo, o contexto situacional bem poderia ser a linguagem interior, memorizada, e os recursos linguísticos poderiam ser os mesmos recursos existentes na “língua” oral, que o escritor converte em texto. A realidade do diálogo também permanece: “a língua, de fato, é uma atividade, um comportamento no qual se está sempre em situação de diálogo.” (BENVENISTE, 2014, p. 130) Já disse Benveniste, outrora, que “toda enunciação é uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Disse também que ao se assumir a língua, o outro é implantado “qualquer que seja o grau de presença que [se] atribua a este outro” (p. 84). Mesmo que não se saiba quem escreve e quem ouve, como explicou em sua aula, na língua escrita uma situação de diálogo se apresenta entre um escritor e um leitor.

Ainda mais, o linguista declara, o que parece confirmar outra referência possível à enunciação escrita em *Últimas aulas*: “a linguagem interior é rápida, incoerente, pois sempre se compreende a si mesmo. É sempre uma língua situada, em um contexto presente, que faz parte da condição de linguagem, portanto, inteligível para o falante e apenas para ele” (BENVENISTE, 2014, p. 132). Em *O aparelho*, o linguista explica: “Da enunciação procede a categoria de presente, e da categoria de presente nasce a categoria de tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível [...]” (BENVENISTE, 2006, p. 85).

Um gênero marcado pela expressão da subjetividade, que atende à proposta benvenistiana de sujeito com centro da ação discursiva é a autobiografia, compreendida como um relato da vida do seu autor, caracterizado pela presença marcante do pronome pessoal e pela identificação do autor, que assume um papel de sujeito de sua enunciação.

4 A AUTOBIOGRAFIA E O MONÓLOGO

Se é verdade que o recurso à experiência pessoal sempre esteve, de alguma forma, presente como registro do acontecido é, não obstante, a partir do final do século XVIII, que se instaura na modernidade uma ênfase maior na singularidade efêmera da existência humana através dos registros de vivências pessoais: a narração da própria vida como expressão da interioridade e afirmação de si. Foi a consolidação do capitalismo e da ordem burguesa que propiciou esse olhar interior e criou as condições para afirmação da subjetividade e o estabelecimento de um cânone da escrita autógrafa, tais como as autobiografias, as biografias, as confissões, os diários íntimos, as memórias, a poesia, o monólogo e o romance autobiográfico. Uma escrita que articula uma relação entre a leitura, a escrita e o conhecimento de si (DOSSE, 2015; ARFUCH, 2010).

É em Rousseau, nas suas Confissões, que se desenha a silhueta da escrita do eu, dos gêneros biográficos, que possuem, além de um valor literário, um ponto de autorreflexão, decisivo na configuração do individualismo (ARFUCH, 2010). É verdade também que, antes dele, outros ensaiaram promover narrativas pessoais, como Santo Agostinho (354-430), Pedro Abelardo (1079-1142), Francisco Petrarca (1304-1374), Jean Heroard (1551-1628) ou Samuel Pepys (1660-1690). No entanto, embora por certo com valores biográficos, tais narrativas contemplavam menos a singularidade da vida do que a vida comunitária (Santo Agostinho), meandro confessionais (Abelardo), biografias morais (Petrarca), a vida de Luís XIII para explicar os acontecimentos históricos europeus (Heroard) ou o diário íntimo e profano com registro do cotidiano, gostos, usos, costumes, intimidade conjugal e infidelidade do autor, com um nítido viés etnológico (Pepys) (ARFUCH, 2010; BAKHTIN, 2011; LEUJENE, 2010).

Rousseau, através do relato de sua própria vida, inaugura, no entanto, outra perspectiva: uma voz autorreferencial, a promessa de fidelidade absoluta e uma percepção clara do outro como destinatário de sua enunciação. Essa atitude, pioneira, configura uma contestação a pressupostos filosóficos, introduzindo a concepção de que a verdade provém da revelação íntima, alargando o alcance da voz interior, introduzindo a convicção e a intuição do eu como critério de validade. Em outras palavras, essa escrita introspectiva, surgida como solidão do homem moderno, testemunha a infância do sujeito na escrita (ARFUCH, 2010).

4.1 Hamburger: a narração em primeira pessoa no romance memorialístico (1957)

A filósofa alemã, em seu livro *A lógica da criação literária*, de 1957, dedica um de seus últimos capítulos para abordar a narração em primeira pessoa, considerando vários gêneros como o romance epistolar e o romance memorialístico. Na configuração de Lejeune e Arfuch, eles são enquadrados na categoria obras biográficas, dado seu caráter de narração em primeira pessoa e das experiências pessoais do narrador-eu. Quanto ao romance memorialístico, a filósofa também os compreende como uma forma autobiográfica: transmite a experiência do real, pois “faz parte da natureza de toda narração em primeira pessoa o fato de se impor como não-ficção, isto é, como documento histórico” (HAMBURGER, 2013, p. 224). Para ela, nessas memórias, o *eu* da enunciação em primeira pessoa é um sujeito da enunciação autêntico, ele pretende ser um sujeito histórico. Embora narre a vivência pessoal, não a faz com a intenção de reproduzir como verdade subjetiva, mas a verdade objetiva do narrado. Hamburger compreende a autobiografia como enunciado da realidade autêntico. O contrário da enunciação autêntica, é o enunciado da realidade fingido. E fingido, em sua definição, é algo pretense, imitado e inautêntico, figurado. Já o termo fictício significa o modo de ser daquilo que não é real. O dilema da realidade é determinado pelo grau de fingimento. Ou seja, quanto menor grau de fingimento, maior seu caráter autobiográfico.

A contribuição da teoria literária de Hamburger para a configuração da subjetividade na teoria da linguagem, se mostra oportuna pelo olhar singular que direciona ao levantar questões relacionadas à realidade como, por exemplo, o narrador em primeira pessoa é o eu das memórias. O eu fixo que relembra e reproduz a sua vida passada. Na verdade, o autor do romance memorialístico evoca a totalidade da vida passada. Como na autobiografia, ele objetiva as suas fases anteriores. Mas o autor das memórias revive as fases de seu eu anterior como diferente do seu estado presente, lançando um olhar retrospectivo sobre o passado de si. Ele vê o eu do seu estado anterior como um eu diferente do eu atual, que narra, que por sua vez é diferente de um eu posterior. Quando o narrador em primeira pessoa objetiva seus estados anteriores, o caráter do romance em eu perde-se um pouco. O eu de suas fases anteriores não é experienciado sempre de modo idêntico ao narrador em eu mas, de um certo modo, como uma pessoa independente que, desligada do narrador eu, é agora uma das pessoas da narração, um personagem. Na narração em primeira pessoa, os demais personagens descritos são compreendidos como objetos e nunca como sujeitos. Olhando para a totalidade de sua vida, o narrador olha para um contexto cósmico, um mundo histórico, geográfico, definido no tempo em que se desenrolou a sua vida, em que seus *eus* anteriores encontraram com outros seres

humanos, causando relações, destinos, histórias, mais ou menos desligadas do eu retrospectivo. Mortos, como tudo passado, não pertence à corrente existencial presente da vida.

Os diálogos no romance memorialístico ocupam uma função especial de criação literária, porque eles ficcionalizam os outros personagens que dialogam com seu eu anterior, como também ficcionaliza o próprio eu anterior. O que faz com que a vida passada, o mundo passado com suas coisas, seres e eventos, sobrepuje o sujeito-da-enunciação, embora esteja presente em todos os momentos passados na forma de seus *eus* anteriores. Nem sempre o enunciador se reconhece como centro referencial.

4.2 Philippe Lejeune: o pacto autobiográfico (1975)

Ao refletir sobre a autobiografia, em *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*, de 1975, e as implicações que o gênero compreende, ou seja, a relação entre autobiografia e biografia e a relação entre autobiografia e romance, o ensaísta Philippe Lejeune (1938-) propõe conferir uma ordem para uma gama de textos, cuja temática é a narração da vida de alguém, estabelecendo uma conceituação: autobiografia é uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2011, p. 14). Em uma perspectiva mais ampla, “pode designar qualquer texto em que o autor parece expressar sua vida e seus sentimentos, quaisquer que sejam as formas do texto e o contrato proposto por ele” (p. 53). Inclui-se nessa denominação as autobiografias, cartas, confissões, diários de viagens, diários íntimos, memórias, relatos de vida, romance autobiográfico (autoficções).

Considera uma relação de identificação entre o autor, o narrador e o personagem. Uma identidade marcada, geralmente, pelo emprego da primeira pessoa, que congrega, simultaneamente, a pessoa gramatical com a identidade dos indivíduos. Essa noção de Lejeune apresenta quatro categorias definidoras: forma da linguagem (é uma narrativa em prosa); assunto tratado (a vida individual e história de uma personalidade); situação do autor (a identidade do autor e do narrador que remetem a uma pessoa real); posição do narrador (retrospectiva narrativa da identidade do narrador como o personagem principal). O ensaísta reconhece que essas categorias não são absolutamente rigorosas nem preenchidas integralmente: o texto deve ser, principalmente, narrativo; retrospectivo, mas não quer dizer que não possam ser incluídos autorretratos e o presente contemporâneo da narrativa; a vida individual é sua prioridade, mas a crônica e a história social e política podem ocupar espaço. Trata-se de uma questão de proporção.

A questão da identificação aparece como uma categoria essencial, cuja compreensão está diretamente relacionada ao entendimento do que vem ser uma obra autobiográfica. Identidade, no contexto biográfico, refere-se às características que distinguem pessoas ou coisas, individualizando-a, sendo definida por Lejeune (2011) como um fato imediatamente perceptível no plano da enunciação. A identidade se define a partir de três termos: autor, narrador e personagem. Ela passa pela problemática da subjetividade apontada por Benveniste, particularmente sobre a pessoa gramatical, definida pela articulação de dois níveis: referência e enunciado. Os pronomes pessoais (eu/tu) possuem referência dentro do discurso, no próprio ato de enunciação. Em Benveniste (2005, p. 250), a primeira pessoa “*eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim”. Quanto ao enunciado, o pronome pessoal *eu*, marca a identidade do sujeito da enunciação e do sujeito do enunciado. Lejeune (2011), reconhece a importância do pensamento benvenistiano, mas, destaca, que ele parte de um discurso oral, cuja situação identitária não representa um desafio, pois, na oralidade, *eu* se refere àquele que fala *eu*. Lejeune, no entanto, aponta que, mesmo assim, duas situações comprometem essa identificação: a citação e o discurso oral à distância.

Na citação, como discurso dentro do discurso, “a primeira pessoa do segundo discurso (citado) remete a uma situação de enunciação, ela própria enunciada no primeiro discurso (LEJEUNE, 2011, p. 20)”. No discurso oral, ela pode ser demarcada pelo uso da entonação. Na escrita, o recurso ao travessão, às aspas, ao itálico ou a outro sinalizador distingue o discurso encaixado. Mas, se essas marcas forem apagadas, como na re-citação ou de uma encenação? Nesse caso, a incerteza se instala na identidade da pessoa. Nesse contexto, “não é a pessoa que define o ‘eu’, mas que, talvez, seja o ‘eu’ que define a pessoa (p. 20)”.

Quanto ao discurso oral a distância, como no uso do telefone ou através de uma porta, não há outro meio de identificar a pessoa, a não ser, pela voz. O reconhecimento da voz identifica o eu do discurso. Nesse caso, a questão do apagamento também aparece, por exemplo, quando se trata de uma gravação ou da mudança do timbre vocal pelo envelhecimento, ou adoecimento. Essas exceções identitárias na oralidade apontam um problema, elas promovem uma indeterminação da pessoa. O *eu* nem sempre é o termo referencial definitivo, a identidade é, também, outro elemento relevante. O que torna evidente, reflete Lejeune (2011), que na autobiografia, a primeira pessoa é um papel. Na escrita, por sua vez, quem enuncia deve permitir sua identificação, de algum modo. O eu da enunciação exerce uma função, que consiste em remeter a um nome, ou a uma entidade suscetível de ser designada por um nome.

Que *eu* remete à enunciação é um entendimento pacífico. Que o *eu* remete ao enunciador também é pacífico. Lejeune (2011) destaca, também, que o enunciador pode ser designado por um nome. O nome próprio é o elo entre a pessoa e o discurso. No texto autobiográfico, a identificação acaba convertendo a primeira pessoa em um nome próprio. Essa assinatura designa o enunciador. A enunciação fica, assim, a cargo de uma pessoa que costuma colocar o nome na capa de um livro. É nesse nome que se resume toda a existência do que chamamos autor: uma marca no texto de uma realidade extratextual, que remete a uma pessoa real, que solicita que lhe seja atribuída a responsabilidade de toda a enunciação.

Mas esse lugar é fundamental: “ele está ligado, por uma convenção social, ao compromisso de responsabilidade de uma *pessoa real*, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo registro em cartório e verificável” (LEJEUNE, 2011, p. 23 Grifo do autor). Um pacto autobiográfico se estabelece. Trata-se da afirmação, no texto, de uma identificação que remete ao nome do autor. O leitor não questiona a identidade do enunciador. Autor em Lejeune não é uma pessoa, mas uma pessoa que escreve e publica, inscrita tanto no texto como no extratexto. É tanto o produtor do discurso quanto uma pessoa real, simultaneamente responsável. A autobiografia não comporta graus de verdade: é tudo ou nada. A autobiografia também não é um jogo de adivinhação. O que define a autobiografia é, antes de tudo, um contrato de identidade selado por um nome. O autor, demarcado por seu nome, é o referente ao qual remete o sujeito da enunciação. As formas desse pacto são diversas, mas todas manifestam a intenção de honrar a assinatura. O leitor pode levantar questões quanto a semelhança, mas nunca a identidade, pois, enquanto identidade é um fato perceptível, a semelhança é uma relação sujeita a discussões e nuances, estabelecidas a partir do enunciado. A identidade não é semelhança. O gênero autobiográfico é um gênero contratual, um contrato implícito ou explícito, proposto pelo autor ao leitor, contrato que determina o modo de leitura do texto e engendra os efeitos atribuídos ao texto, a crença que produz. É tanto um modo de leitura quanto um tipo de escrita (LEJEUNE, 2011).

A autobiografia e a biografia são textos referenciais. Eles se propõem a fornecer informações a respeito da realidade externa ao texto, submetendo a prova de verificação, assim como os discursos científicos e históricos. Seus objetivos não são a verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro, não o efeito de real, mas a imagem do real. A autobiografia, ao colocar a problemática do autor, elucida fenômenos que a literatura deixa numa zona de indecisão: é uma biografia escrita pelo próprio interessado. A identidade do autor pode ser estabelecida implicitamente, no uso do título da obra que confirma que o *eu* da enunciação é o autor (História de minha vida, autobiografia, etc.) e/ou na seção inicial do texto, onde o narrador

assume o compromisso, comportando-se como o autor, remetendo ao nome escrito na capa. Ou de forma patente, quando o nome assumido pelo narrador/personagem coincide com o nome do autor na capa (LEJEUNE, 2011).

No que se refere ao romance autobiográfico, ao contrário da autobiografia, o leitor pode ter razões para suspeitar que haja identidade entre o autor e personagem que o autor resolveu negar ou não afirmar. Engloba tanto narrativas pessoais quanto impessoais. Não há, internamente, diferença entre o romance autobiográfico e a autobiografia. O que os distingue, essencialmente, é o pacto autobiográfico, mas também é possível identificar como elementos de distinção o conteúdo dos textos (uma narrativa biográfica), as técnicas narrativas e o estilo. Ele é compreendido pelo leitor como obra ficcional. Semelhantemente existe o pacto romanescos, no qual o autor e o personagem apresentam nomes distintos. O pacto evidencia-se pelo atestado de ficcionalidade, ou seja, o leitor pode até suspeitar que o narrador é o autor, mas compreende que não se trata de uma identidade, mas, no máximo, de uma semelhança. O leitor é convidado a ler o romance não apenas como ficção, mas como fantasmas reveladores de um indivíduo. O texto pretende ser ao mesmo tempo um discurso verídico e uma obra de arte. Com o passar dos anos o romance autobiográfico aproximou-se da autobiografia de tal modo que a fronteira entre os dois tornou-se mais indecisa. Em geral, as autoficções são lidas como autobiografia, mas ele apresenta a questão da legitimidade que a diferencia (LEJEUNE, 2011).

4.3 Leonor Arfuch: o espaço biográfico (2002)

A socióloga argentina Leonor Arfuch (1932-2021) em *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*, publicado em 2002, inspirada em Philippe Lejeune e em Émile Benveniste, compreende a existência de um espaço biográfico como uma confluência de múltiplas formas, gêneros e horizontes de expectativa em que circulam narrativas de vidas. Na cultura atual, outras formas de ênfase da singularidade se desenvolveram, disputando a primazia desse espaço. O cenário contemporâneo comporta, em um mesmo espaço, biografias, autobiografias, memórias, testemunhos, histórias de vida, diários íntimos, correspondência, cadernos de notas, de viagens, rascunhos, lembranças da infância, autoficções, romances, filmes, vídeos, teatro autobiográfico, registros biográficos de entrevistas, conversas, retratos, perfis, anedotários, indiscrições, *talk show*, *reality show*, relatos de vidas nas ciências sociais, entrevistas qualitativas, videopolítica, etc. Esse transbordamento para diversas dimensões amplia a noção convencional do que é o biográfico. Um gênero discursivo conhecido pelo foco no registro pessoal desloca sua fronteira para um horizonte ampliado de inteligibilidade, no qual

é possível vislumbrar múltiplas abordagens para a narrativa do eu. O biográfico ocupa, desde então, um espaço que transcende sua dimensão histórica. Seja na literatura, na indústria cultural ou na ciência, o interesse na narrativa vivencial se instaurou na modernidade. Para lidar com essa diversidade de modos de expressão que configura o seu espaço biográfico, a autora formulou o conceito de valor biográfico que, como um vetor, é capaz de articular diversos gêneros e modelos. Um macro gênero de formas mais ou menos reguladas e estabelecidas que apresenta a singularidade do eu. De diferentes modos, as histórias ou experiências de vidas são contadas (ARFUCH, 2010).

Esse contexto múltiplo expressa uma tendência à expansão da subjetividade e o retorno do sujeito, tematizado através do interesse insistente na realidade, na autenticidade das histórias, na veracidade dos testemunhos, expressos nas diversas narrativas do eu. A ideia de espaço biográfico, como centro de um sistema de gêneros afins, dá lugar às diversas formas que, com o correr dos séculos, compuseram as narrações das vidas. Revela-se, assim, um leque de posições do sujeito da sociedade, encarnado em sujeitos reais.

O pensamento de Arfuch (2010) difere de Lejeune (2011), ao considerar que, apesar da garantia de uma existência real, o espaço biográfico é um espaço de uma impossibilidade: por mais idealizado como verdade, não é possível representar totalmente, ou identicamente, o sujeito. Ela reconhece que a vivência tem sua importância e lugar. Mas o relato de si é sempre recommençado e inconcluso. Trata-se da emergência de um modelo figurativo da vida.

Sobre a autobiografia, Arfuch (2010) reflete se o gênero, realmente, pode ser enquadrado como literário. Um gênero que oscila entre *mimesis* e memória, entre uma lógica representativa de fatos e o fluxo das lembranças, ao mesmo tempo arbitrário e distorcido. Um gênero que admite uma divergência entre a vida e a escrita, entre o eu e o outro eu, que brinca com os limites ficcionais onde se dilui as referências.

4.4 François Dosse: o desafio biográfico (2005)

Para François Dosse (1950-) em *O desafio biográfico: escrever uma vida*, de 2005, o gênero biográfico, incluído nessa denominação o autobiográfico, ocupa um papel singular no sistema. Sua característica híbrida, marcada pela tensão entre o real e o imaginário, reclama questionamentos em sua classificação. O recurso à ficção, por exemplo, é visto como inevitável, na medida em que existe dificuldade em restituir a riqueza e a complexidade da realidade. A realidade dos personagens biografados, não os impede de serem sujeitos da arte, simultaneamente. Uma relação complexa entre os fatos da vida e a ficção da obra se estabelece.

De sorte que o gênero é considerado, por muitos, como impuro. Uma mescla de história e literatura, de fatos e de ficção, o que o torna também um gênero difícil. Exige-se das biografias, incluindo aí autobiografia, os escrúpulos da ciência, os encantos da arte, a verdade sensível do romance e as mentiras eruditas da história, configurando-o em uma mescla de erudição, criatividade literária e intuição psicológica (DOSSE, 2015).

A exemplo de Lejeune (2011), Dosse (2015) vislumbra um pacto de veracidade entre o biógrafo e o leitor: “dá entender que se está mais próximo da restituição autêntica do passado” (p. 68). O leitor espera encontrar nele, fatos autênticos. Está ancorado no verídico, nas fontes, nos testemunhos. Espera, nada mais do que a autenticidade do narrado, aproximando os gêneros biográficos da história. Pretende informações sobre uma realidade exterior ao texto. Sua finalidade não é a verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro.

Recorrendo a Marcel Schwob (1867-1905), Dosse (2015) destaca que, paradoxalmente, ao biógrafo (também o autobiógrafo), não importa muito a verdade. O que importa é criar traços humanos, muito humanos, porque a biografia é sempre um romance. Nela o que impera é um efeito do real, uma ilusão do vivido.

Outra fonte de inspiração para essa escrita é a psicologia. A ilusão retrospectiva guia os passos do autor, que precisa construir uma visão coerente da psicologia do personagem, mas o faz dentro de uma barreira intransponível entre a personalidade psicológica do narrador e seu universo literário, em vista do segredo que se estabelece entre o autor e o narrado, opaco ao leitor. Além dos casos da vida, são os traços psicológicos que definem a escrita biográfica, fazendo-se, assim, o autor de um romance verdadeiro (DOSSE, 2015).

Aprendemos, com esse percurso, que a autobiografia é um dos gêneros biográficos caracterizados pela relação de identidade entre autor, narrador e protagonista. Ele é marcado, contratualmente, por um pacto de veracidade entre o autor e o leitor no que tange a realidade das experiências apresentadas, mesmo que essa realidade seja de impossível representação, em vista da distância que separa o narrado do vivenciado. Trata-se de um gênero fronteiro em que se mistura a história com a ficção.

Arfuch, Benveniste, Calame, Dosse, Greimas, Hamburger, Lejeune e Henry parecem ter em comum a crença na existência de um pacto de verdade entre o locutor e o seu interlocutor, ou o autor e o leitor. O pacto produz a crença que o narrado, de fato, apresenta a realidade, que as experiências foram efetivamente vivenciadas ou parecem vivenciadas. Um pacto selado pela posição do sujeito. Não há dúvida nessa identidade: sujeito é aquele que se assume como sujeito.

4.5 Benveniste: do monólogo à autobiografia

Benveniste não discorre sobre a autobiografia, mas escreve sobre o monólogo, e o monólogo, como explica Werneck (2006), é um gênero situado na fronteira da linguagem, nos limites da verossimilhança realista, no que diz respeito à autenticidade dos eventos narrados e à história pessoal, a semelhança da memória, da autobiografia, do testemunho e da confissão, entre outros. É o discurso marcado pela ausência de intercâmbio verbal. Para Brasileiro (2010), trata-se de um discurso de uma só pessoa, mas tem a potencialidade de se constituir em vários discursos, através dos vários personagens vividos pelo monologante.

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste considera que o monólogo procede claramente da enunciação. O linguista classifica o monólogo, não obstante sua aparência, como uma variedade do diálogo:

é um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significativa a enunciação do eu locutor. Às vezes, também, o eu ouvinte intervém com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto. A forma linguística que esta intervenção assume difere segundo os idiomas, mas é sempre uma forma ‘pessoal’ (BENVENISTE 2006, p. 87-88).

É importante destacar que os termos monólogo, linguagem interior e pessoal estão aspeados no texto original, o que revela que estão deslocados de seus sentidos originais, assumindo outras significações. Monólogo compreendido como linguagem interior pode muito bem ser traduzido como uma expressão autobiográfica, na qual um *eu* enuncia para si. Monólogo também pode ser compreendido como diálogo, mesmo que seja um processo voltado para si na forma de um diálogo interiorizado. Mesmo no monólogo, os traços linguísticos da enunciação estão presentes, formulados em uma linguagem interiorizada, no qual o eu interior fala para um tu interior. Essa fala se faz em torno da pessoa *eu*, que dirige a referência situacional interior. Como se vê, o monólogo carrega em si a estrutura enunciativa. Por isso, Benveniste destacou os termos para explicar que se trata de um processo linguístico-enunciativo, independente da forma que é expresso. Como diz Flores (2013, p. 169): “diálogo e enunciação estão sempre juntos”. Ou seja: o quadro figurativo coloca duas figuras igualmente necessárias, origem, a outra fim, da enunciação. É a estrutura do diálogo.

A condição de diálogo, necessária à enunciação, é atendida não pela presença física ou mesmo espiritual dos parceiros, mas por uma posição na estrutura da linguagem, uma possibilidade “facultada pelo aparelho linguístico da enunciação (BENVENISTE, 2006, p. 88). Ainda que o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente “sua

presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor” (p. 87-88).

5 INFÂNCIA, DO VELHO GRAÇA

5.1 O Velho Graça



Figura 4 - Graciliano Ramos em 1934. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/14560-graciliano-ramos>.

Graciliano Ramos de Oliveira (Fig. 4) nasceu em 27 de outubro de 1892, na pequena cidade de Victoria (atualmente Quebrangulo), distante 115 km de Maceió, capital do estado de Alagoas. Era filho primogênito de Sebastião Ramos de Oliveira (1860-1934) com sua mulher Maria Amélia Ferro e Ramos (1878-1943) (RAMOS, 2015, RECORD, 2023).

Aos três anos, em 1895, emigrou com sua família para o município de Buíque, distante 95 km de Quebrangulo, situado no agreste pernambucano, para que seu pai desenvolvesse uma nova atividade econômica para o sustento da família, sob a influência de seu sogro, um próspero fazendeiro da região. Ao chegar em Buíque, morou inicialmente na fazenda Pintadinha, zona rural do município.

Posteriormente foi para Vila do Buíque, sede do município, onde viveu até 1902, quando a família Ramos retornou para Alagoas (RAMOS, 2020, RECORD, 2023).

A experiência na fazenda se mostrou malsucedida para a família Ramos e causou-lhe profundas marcas emocionais: “ouço pancadas, tiros, pragas, tilintar de esporas, batecum de sapatões no tijolo gasto. Retalhos e sons dispensavam-se. Medo. Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor” (RAMOS, 2015, p.14). Aos 7 anos, em 1902, retornou para o estado de Alagoas, morando inicialmente em Viçosa (1899-1905) e posteriormente em Maceió (1905-1914). É no Internato Alagoano, em Viçosa, que ele, aos 11 anos, tem sua primeira obra publicada: o conto *Pequeno Pedinte*, no jornalzinho *O Dilúculo*, sob a assinatura de G. Ramos. Em Maceió estudou no Colégio Quinze de Março e, nesse mesmo período, dedicou-se ao estudo do inglês, do francês, e do italiano. Aos 17 anos, sob o pseudônimo Almeida Cunha publica o

soneto *Céptico*. Durante sua estadia em Maceió foi colaborador dos periódicos Correio de Maceió e Jornal de Alagoas (RAMOS, 2020).

Entre 1914 e 1915, aos 22 anos, esteve no Rio de Janeiro, quando trabalhou como revisor nos jornais Correio da Manhã, A Tarde e O Século, sob as iniciais R.O. (Ramos de Oliveira). Em 1915, retornou para Alagoas, para Palmeira dos Índios (AL), em decorrência do falecimento de familiares em um surto de peste bubônica. É lá que, em 21 de outubro de 1915, aos 23 anos, casou-se com Maria Augusta de Barros, costureira, que faleceu em 1920, deixando seus quatro filhos. Em 1921, após 5 anos sem publicações, retoma seu interesse pela escrita, tornando-se colaborador do jornal palmeirense *O Índio* (RAMOS, 2020, RECORD, 2023).

Em 7 de janeiro de 1928, aos 35 anos, Graciliano assume a prefeitura de Palmeira dos Índios, experiência que lhe oferece material para o primeiro romance, *Caetés*, publicado em 1933. Casou-se com Heloísa Leite de Medeiros (1910-1999) em 16 de fevereiro de 1928. Em 1930, renuncia ao cargo de prefeito, sendo, em seguida, nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado, de onde, também, demite-se em dezembro de 1931. Em 1933, é nomeado diretor de Instrução Pública de Alagoas (Equivalente hoje a Secretário Estadual de Educação), permanecendo até 1936. Em 1934 publica seu 2º livro, *São Bernardo* (RAMOS, 2020, RECORD, 2023).

Em 1936, aos 44 anos, foi detido e preso pelo governo Getúlio Vargas sem processo regular e transferido para o Rio de Janeiro. Seu drama e dos companheiros de cadeia foram relatados em *Memórias do Cárcere*, publicado postumamente em 1953. Ainda em 1936 publica seu terceiro livro, *Angústia*, considerado o romance tecnicamente mais complexo de Graciliano Ramos, no qual o autor retrata a cidade de Maceió daquela época. Mas é em 1938 que o autor escreve o livro que se tornaria sua obra-prima: *Vidas Secas*, seu quarto e último romance, voltado para o drama social e geográfico nordestino - melhor expressão de seu estilo, com ênfase regionalista (RECORD, 2023). *Infância*, publicado em 1945, foi seu último livro em vida. O texto dá seguimento à tendência iniciada em *Angústia*, quando aborda diretamente sua experiência pessoal. *Memória do Cárcere* também apresenta essa característica, ele foi publicado após sua morte (CANDIDO, 2006). Graciliano de Oliveira Ramos morreu na Cidade do Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1953, aos 61 anos.

Graciliano Ramos publicou seis livros (*Caetés*, *S. Bernardo*, *Angústia*, *Vidas Secas*, *Infância* e *Insônia*); dois livros infanto-juvenis (*A Terra dos Meninos Pelados* e *Histórias de Alexandre*); duas coletâneas de contos (*Dois Dedos* e *Histórias Incompletas*); duas traduções (*Memórias de um Negro*, de Booker T. Washington e *A Peste*, de Albert Camus) e um romance

produzido coletivamente com Aníbal Machado, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz (*Brandão entre o Mar e o Amor*). Após sua morte, outros textos foram publicados pelos seus herdeiros (*Memórias do Cárcere, Viagem, Linhas Tortas, Viventes das Alagoas, Garranchos, Cangaços, Conversas, Alexandre e Outros Heróis, O Estribo de Prata, Minsk, Cartas e Cartas de Amor a Heloísa*) totalizando uma expressiva produção composta por vinte e cinco trabalhos.

5.2 O lugar de Graça

Os anos de 1930 e 1940 podem ser classificados na literatura brasileira como épocas do romance social, de cunho neonaturalista, preocupado em representar aspectos da sociedade brasileira na forma de narrativas que se aproximam da reportagem, do estudo sociológico e da política. Essa vertente contribuiu para se ampliarem as temáticas e o surgimento de um novo protagonista para o romance brasileiro: os pobres. De elemento folclórico, distante do narrador até pela linguagem, o pobre transforma-se em protagonista privilegiado nos romances desse período. Não há solução fácil para a incorporação dessa figura no campo da ficção. O impasse acontece porque, a despeito de parecer idealizado em certos aspectos, ele é visto como um ser humano de segunda categoria, simples demais, incapaz de ter pensamentos complexos. A solução de Graciliano foi não negar a incompatibilidade entre o intelectual e o pobre, mas, a partir dessa situação, distanciar-se para aproximar-se. Assumir o outro como outro para entendê-lo. A língua popular, por exemplo, é usada com liberdade e reinventada no contato com a intelectualidade. Os romances dessa geração contribuíram para a construção do pensamento literário brasileiro, e seus efeitos permanecem na atualidade (BUENO, 2015).

A filiação de Graciliano também é destacada por Bosi (2015b), para quem, sem filiação cultural, apresenta traços expressionistas com sua narração em clima de pesadelo, como projeções de uma alma ferida não pela guerra como os europeus, mas, pela experiência hostil com pessoas e coisas. O realismo nasce de uma percepção obsessiva, quase sempre ameaçadora, próprias dos sonhos de um vivente tomado de pulsões de morte. Para Candido (2006) trata-se de uma literatura pessimista. Sua obra é classificada como romance realista e sua escrita é definida como seca e concisa. Candido (2002) observa um contínuo em sua obra a partir do binômio ficção e confissão e Bueno (2015) compreende essas características como pertencente a toda a geração de escritores da década de 30.

No texto de Graciliano, destaca Bueno (2015), o narrador se constitui como um eu que, mesmo se mantendo íntegro, é misturado ao outro, que também se mantém isolado e inteiro. É

como se, para ver de fato o outro, “fosse preciso ser-se tão integralmente um eu que, em contrapartida, se figurasse um outro de maneira a ele também ser-se integralmente, de tal forma que, ao final da operação, um outro íntegro, não reduzido ao eu, finalmente surgisse para ser visto” (BUENO, 2015, p. 661). Há um eu, afirma, que não precisa ser identificado com o autor, que olha para um outro, e o faz com seus próprios olhos e com seu próprio discurso.

Graciliano foi um dos escritores mais importantes da literatura brasileira e, ainda hoje, é um dos mais estudados. Uma simples consulta na plataforma de Teses e Dissertações da Capes com o indicador “Graciliano Ramos” aponta a existência de 602 estudos entre teses e dissertações em diferentes abordagens, demonstrando a vitalidade de sua literatura.

5.3 *Infância* (1945)

Infância foi o penúltimo livro publicado em vida por Graciliano (Fig. 5). Ele apresenta uma narrativa que compreende o período entre os anos de 1892 e 1906, e contempla a infância e o início da juventude do escritor, um período de sucessivas mudanças e transformações interiores. Como lembra Roig (2015), a infância é compreendida como o período que vai do nascimento até o décimo-segundo ano de vida de uma pessoa, quando o indivíduo se desenvolve física e psicologicamente, adquirindo personalidade e identidade próprias. É um período repleto de passagens e transformações.

O texto contempla, como bem sinaliza Bosi (2015b), um retrato do contexto sócio-histórico da passagem do século XIX ao XX no leste da região nordeste. A narrativa revela a peregrinação da família Ramos como pano de fundo por onde se desenrolam as reminiscências do escritor. De Quebrangulo, Alagoas (1892-1895), passando por Buíque, Pernambuco (1895-1899) e retornando para Alagoas, em Viçosa (1899-1903)

Ao publicar *Infância*, em 1945, Graciliano Ramos tinha 53 anos. Já era considerado um grande escritor da literatura brasileira, consagrado entre os romancistas de 30 e conquistado a opinião literária do país. Seu livro é considerado pelos críticos no mesmo nível artístico e



Figura 5 – Capa original da primeira edição de *Infância*. Disponível em <https://graciliano.com.br/>

humano que seus livros consagrados, como *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), *Vidas Secas* (1938) e *Memórias do Cárcere* (1953) (CANDIDO, 2006; BOSI, 2015b) Seguindo a tendência iniciada em *Angústia*, publicado em 1936, Graciliano aborda diretamente sua experiência pessoal. A primeira edição foi publicada em uma coleção intitulada *Memórias, Diários, Confissões*. Além de Graciliano, outros escritores foram contemplados nessa coletânea, a exemplo de Ernest Renan, Gandhi, Goethe, Leon Tolstói, Mark Twain e George Sand (SILVA, 2004).

Trata-se de um texto de 268 páginas, dividido em 39 capítulos (ver Quadro 2, abaixo), dos quais 24 narram suas lembranças em Buíque, dos 2 aos 7 anos, e os 15 capítulos finais, dos 7 aos 11 anos, fazem referência à sua estadia em Viçosa, Alagoas. Embora formem um todo, coeso, os capítulos podem ser lidos isoladamente. Era comum, naquela época, os autores publicarem trechos de seus romances em jornais e revistas antes da publicação integral em livro, como uma peça promocional. Parte do livro foi então publicado antecipadamente, preparando o terreno para seu lançamento. O livro já foi traduzido para alemão, espanhol, francês, holandês e inglês e está em sua 50ª edição no Brasil (RAMOS, 2020; BUENO, 2015; CANDIDO, 2015b).

QUADRO 2
CAPÍTULOS SUMARIZADOS DE *INFÂNCIA*

TÍTULO DO CAPÍTULO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Nuvens	Descreve a jornada da família Ramos de Alagoas para Pernambuco.
Manhã	A fazenda e familiares de Graciliano são apresentados. O período de estiagem tem início no agreste pernambucano em meados da década de 1890.
Verão	Os efeitos da seca castigam a fazenda da família Ramos em Buíque. A seca modifica o comportamento dos familiares.
Um cinturão	Graciliano é acusado por seu pai de ter extraviado seu cinturão enquanto dormia na rede. O menino enfrenta a fúria do pai.
Uma bebedeira	O menino experimenta um licor alcoólico e fica bêbado enquanto seus pais visitam um agricultor da região.
Chegada à vila	A família é obrigada pela estiagem a abandonar suas terras e migrar para a Vila do Buíque, sede do município.
A vila	A Vila do Buíque e alguns de seus moradores são apresentados.
Vida Nova	Sebastião Ramos, o pai de Graciliano, começa um novo empreendimento comercial para sustentar a família.
Padre João Inácio	Vigário João Inácio é apresentado como uma pessoa severa.
O fim do mundo	No final do século XIX, profecias sobre o fim do mundo impregnam o imaginário popular.
O inferno	Graciliano questiona sua mãe sobre a existência do inferno, como ouvira nas conversas familiares.
O moleque José	O garoto José, criado por seu pai, é apresentado e metaforiza o tratamento dado aos negros.
Um incêndio	Um incêndio devora uma pequena casa, ceifando a vida de um de seus moradores. A

	cena impressiona Graciliano.
José da Luz	O diferente policial José da Luz impressiona a criança Graciliano.
Leitura	O malogrado início do processo de alfabetização do garoto no seio de sua família.
Escola	Graciliano começa a frequentar a pequena escola na Vila do Buíque.
D. Maria	A primeira professora e início do processo de escolarização de Graciliano.
O barão de Macaúbas	A inverosímil história do barão de Macaúba e a difícil leitura de Camões.
Meu avô	A estadia de Graciliano e sua mãe na casa de seu avô materno, no final da gravidez e início do puerpério de Maria Ramos.
Cegueira	Uma doença nos olhos impõe restrições à ida de Graciliano à escola e o deixa momentaneamente sem enxergar.
Chico Brabo	Graciliano apresenta o zeloso e empático farmacêutico: seu vizinho Chico Brabo.
José Leonardo	Uma peculiar amizade surge entre o admirável José Leonardo com o garoto Graciliano.
Minha irmã natural	Mocinha, irmã paterna de Graciliano, foge com Miguel.
Antônio Vale	O fazendeiro com má reputação Antônio Vale contrai uma dívida na loja dos Ramos. Ele paga o débito no último momento antes da viagem.
Mudança	Os Ramos fazem a jornada de volta para Alagoas se estabelecendo na cidade Viçosa.
Adelaide	A fingida professora Maria do Ó impõe maus tratos à prima Adelaide.
Um enterro	Graciliano participa do enterro de uma criança, entra no cemitério pela primeira vez e fica impressionado durante a noite.
Um novo professor	O garoto passa a frequentar uma nova escola em decorrência de uma mudança de residências dentro da cidade.
Um intervalo	Graciliano serve como ajudante na missa do padre Loureiro, mas não se sai bem e abandona o serviço. Ele estuda a bíblia.
Os astrônomos	Graciliano frequenta as aulas de D. Agnelina. Começa a leitura por indicação do pai.
Samuel Smiles	As aulas e as lições apresentam novas oportunidades de aprendizagem.
O menino da mata e o seu cão Piloto	A leitura de um novo e empolgante livro e o primeiro contato com a intolerância religiosa.
Fernando	O tenebroso e não tão mau Fernando.
Jerônimo Barreto	O tabelião Jerônimo Barreta apresenta sua biblioteca pessoal a Graciliano.
Venta-Romba	Sebastião Ramos vira Juiz Substituto. O pedinte Venta-Romba é preso
Mário Venâncio	A chegada de um poeta desperta curiosidade na escola. Um pequeno jornal é organizado e Graciliano começa a publicar pequenas histórias.
Seu Ramiro	Seu Ramiro apresenta a Maçonaria à Sebastião Oliveira.
A criança infeliz	Uma criança na escola é maltratada pelos alunos e professores devido a um pecado que cometeu.
Laura	O despertar da puberdade. O primeiro amor.

Fonte: Adaptado de Ramos (2015)

Pesa sobre *Infância* um questionamento: como classificar seu texto? Alguns autores indicam *Infância* como romance de memórias, outros como romance de formação, outros como autobiografia (BOSI, 2015b; CANDIDO, 2006; ROIG, 2015). Graciliano parece esclarecer essa situação. Em *Memórias do Cárcere*, livro póstumo publicado em 1953, entendemos uma pista para a compreensão de sua escrita íntima: nem história, nem romance, apenas memória. Um testemunho que pretende ser verdadeiro. *Memórias do Cárcere* é o terceiro livro de natureza íntima, antecedido por *Angústia* e por *Infância*. Ao considerá-lo um livro de memórias, um tom foi dado para o entendimento de suas outras obras. Ao refletir o episódio, em *Vidas Secas*, do

menino que pergunta a mãe o significado da palavra inferno, Bosi (2015b, p. 96) vê proximidade com o capítulo *Inferno*, em *Infância*, reconhecendo sua semelhança memorialística: “ficamos sabendo o quanto havia de autobiográfico naquelas páginas pungentes em que se mostrava a socialização sertaneja castigando sem piedade a pergunta e a dúvida da criança”.

Infância, em Candido (2006), é compreendido como história e como ficção: “nele as pessoas parecem personagens e o escritor se aproxima delas por meio de interpretações literárias, situando-as como criações” (p. 70). É claro, continua, que toda biografia contém maior ou menor dose de romance, pois frequentemente o escritor não consegue pôr-se em contato com a vida sem recriá-la. Mesmo assim, sentimos sempre certos esqueletos de realidade ancorando os arranjos da fantasia. Se nas confissões de Rousseau, relembra, a ossatura não deixa o leitor confundi-la com um romance. No caso de *Infância*, isso não ocorre, “o esqueleto quase se desfaz, dissolvido na maneira de narrar, simpática, e não objetiva.” (CANDIDO, 2006, p. 70).

Em Candido (2006), *Infância* comporta um revestimento poético da realidade. O desejo de sinceridade do escritor, o faz retratar-se no mundo real, em primeira pessoa. Mas, reconhece o crítico que ele extravasou o limite do gênero. Seus romances, defende, são experiências com a vida, manipulando dados da realidade com extraordinário senso de problemas. É um escritor que se realiza na confissão, vê o mundo sem disfarce, através de si mesmo. Sua obra não nos toca somente como arte, enfatiza, mas também como seu testemunho pessoal. O escritor vê o mundo através de seus problemas pessoais e com necessidade de lhe dar contorno, então “projeta nos seus personagens a sua substância, deformada pela arte” (CANDIDO, 2006, p. 90). Candido (2006) enxerga uma proposta histórica de *Infância*, assumindo como verdade, como realidade, a história descrita por Ramos. É evidente que o crítico reconhece as características do gênero, mas, ainda assim, para ele, as confissões de Graciliano tendem a ser mais um relato autêntico, que imaginação artística.

Na obra de Graciliano Ramos, é evidente, como destaca Andrade (2018, p. 243), o quanto a ficção e a memória “alternam-se em seus contos, crônicas, memórias e romances e a habilidade do escritor alagoano em mesclar estas duas matérias de uma forma orgânica e individual”.

Bosi (2015b) compreende que Graciliano tem consciência, e deixa isso evidente, que suas memórias estão pontuadas de dúvidas, em decorrência do intervalo temporal existente entre as imagens vividas, a realidade e o ato de escrituração: “a reminiscência, quando penetrada pela imaginação, traz a sua própria verdade (BOSI, 2015b, p. 87).” Sendo essa característica o

grande mote de suas memórias, uma vida construída no espaço entre a lembrança e a verdade, assim apresentada:

Talvez nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. De qualquer modo, a aparição deve ser real (RAMOS, 2020, p. 9).

Para lidar com a dúvida, esclarece Bosi (2015b, p. 87-88), Graciliano recorre à memória social, em vista da escassez de provas fidedignas: “a memória do indivíduo será também a das pessoas que conviveram com ele e dele ouviram o seu relato”. A rede social seria a responsável pela construção das imagens evocadas. A materialidade da lembrança adquire consistência biográfica, graças à reprodução dos relatos pelo grupo familiar. Mas tal constatação, o leitor, advertido dos limites quanto a veracidade dos fatos narrados desde as primeiras linhas, não estranha. Pelo contrário, ele é empático ao escritor. O que Bosi (2015b) não aborda, e que Lejeune (2011) já considerava sobre os textos biográficos, é que a sua natureza verídica não é objeto de questionamento por parte do leitor, em virtude do pacto que se estabelece entre ele e o escritor.

Bosi (2015b) reconhece em *Infância* a mesma prosa enxuta e castigada presente em nas outras obras de Graciliano, ou seja, a busca pela exatidão dos termos utilizados, o que requer uma máxima precisão e uma concisão exata; cada coisa é nomeada com justiça; sua escrita é avessa à repetição; o texto segue a língua vernácula engessada na sintaxe clássica, com recorrência, esporádica, a expressões regionais, como reza o realismo; seu vocabulário acolhe vozes nordestinas, mas mantém a tradição lusa. Descrever em *Infância*, afirma, é narrar. Mas a descrição das coisas e paisagens é escassa, porém mais precisa quando capta a aparência das pessoas, potencializando a impressão de força e precisão da linguagem. O narrador, no entanto, só conhece superficialmente os pedaços das pessoas, detendo-se na análise de seus comportamentos, entrevendo-os como tipos sociais: São *flashes* dos corpos, rostos, gestos, atitudes traduzidas em frases concisas. São descrições metonímicas, traços rápidos e poucos que valem como retratos do todo. Descrições distribuídas segundo o grau de intimidade das figuras que emergem de sua memória de adulto. Resulta em aparências que revelam suas almas. Em Bosi (2015b), *Infância* é uma prosa memorialística.

Preferimos definir *Infância* como uma autobiografia, influenciados pelos pensamentos de Hamburger (2013), Lejeune (2011) e Arfuch (2010), para quem o romance memorialístico é uma autobiografia, dado o seu caráter de narração em primeira pessoa, do relato dos

sentimentos e das experiências pessoais do narrador-eu quando atribui importância a sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade, dos verbos em sua maioria no passado e da tríade autor-narrador-protagonista perfeitamente identificável. Prosa memorialística, romance íntimo, autobiografia, confissão ou memória. Seja qual for a classificação, *Infância* está incluído na categoria dos gêneros autobiográficos, que congregam, com outros tipos como as cartas e testemunhos, um espaço biográfico, independentemente de sua apresentação (Cf. LEJEUNE, 2011).

Por sua vez, como a autobiografia, *Infância* encontra-se entre os gêneros fronteirizos, nos limites da autenticidade dos eventos narrados, a exemplo do testemunho, da confissão e do monólogo (WENECK, 2004). Ou seja, circulam entre a não-ficção e a ficção. Para Bosi (2015a, p. 22), existe mesmo um momento de fronteira, testada pela consciência do escritor, enquanto testemunha: “ele sabe que o objeto da sua escrita é a sua experiência, e é uma experiência que ele pode atestar, empiricamente verificável: o real que aconteceu”. Quando o escritor assume situar-se no plano da memória, ele sabe quando está escrevendo algo que não pode atestar. E, por mais que inclua fatos que se pode atestar, eles são trabalhados por uma corrente subjetiva, filtrados, transformados. Os eventos são afetados, encantado com sentimentos. A realidade fica subordinada ao possível. Por outro lado, continua, mesmo quando o autor abdica da distinção entre vivido e o imaginado, quando assume a ficcionalidade de um texto, há momentos em que o narrado é pura transcrição de fatos (BOSI, 2015a).

A separação entre a realidade e ficção, explica Bosi (2015a), enfrenta críticas em parte pela compreensão que a própria atividade simbólica é uma distorção. Seria hora, defendem os críticos, de se acabar com a tradição de compartimentar a literatura como literatura e os outros usos da linguagem, como na comunicação, como comunicação, defendendo eles a relevância de se considerar a identidade profunda de ambas as atividades. Ao fazer discurso memorialístico, por exemplo, a consciência testemunhal fica desperta o tempo todo. Ao fazer um discurso ficcional, a consciência autoral sabe que há momentos de transcrição do acontecido e momentos de pura imaginação. Os textos memorialísticos, no final, rompem com os limites canônicos e são de difícil classificação: nem constituem história, nem autobiografia, nem fantasia, porque todos esses elementos estão misturados. Embora haja distinção entre ficção e não-ficção, pondera Bosi (2015a), “distinção não é oposição” (p. 231). Então conclui:

Mas todo real foi, a certa altura, possível. O real nunca é o impossível na medida em que o real foi possível, é a partir do real que vamos imaginar o desenho do possível futuro. Acho que esta concepção é mais aderente à dialética do real porque vê no real as sementes do possível, do imaginável” (BOSI, 2015a, p. 231).

Quanto à questão da realidade, Bosi (2015a) pontua ao longo de seu texto a luta que trava Graciliano em testemunhar a veracidade de suas memórias, isentas das coordenadas espaço temporais, imagens sem onde nem quando. Como, por exemplo, no episódio do vaso de pitomba:

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho. Talvez nem recorde bem do vaso. (RAMOS, 2020, p. 9).

Ou o episódio da escola que serviu de ponto de parada da caravana de emigrantes de Alagoas para Pernambuco:

De repente me senti longe, num fundo da casa, mas ignoro de que jeito me levaram para lá, quem me levou (RAMOS, p. 11).

Ou no capítulo Verão:

Desse antigo verão, que me alterou a vida, restam ligeiros traços apenas. E nem deles posso afirmar que efetivamente me recorde. O hábito me leva a criar uma imagem, imaginar fatos que atribuo realidade. [...] Certas coisas existem por derivação e associação: repetem-se, impõem-se — e, em letra de forma, toma consistência, ganham raízes (RAMOS, p. 27).

Bosi (2015b) reforça a complexidade narrativa que expõe o discurso testemunhal da criança, e o discurso do narrador enquanto intérprete de si mesmo, trabalhando situações verídicas. Sua tendência é um testemunho por meio da ficção. Para Andrade (2018), não é possível deixar de observar a qualidade literária de *Infância*, sobretudo, quando pensamos em quem os escreve: um autor de textos ficcionais.

A autobiografia é alvo de restrições, reduzida à etiqueta documental, compreendida como história e não como literatura. Porém, a própria literatura fornece o respaldo necessário para o questionamento dessa taxonomia, ou seja, para se repensar as categorias de literário e não literário. A autobiografia contém em sua estrutura, um discurso similar ao historiográfico e, ao mesmo tempo, elementos que conferem marcas de ficção ao relato (BOSI, 2015b; CANDIDO, 2006; ROIG, 2015; SOUZA, 2001). O real e o imaginário convivem, simultaneamente, no mesmo espaço. A esse respeito, destaca Souza (2001, p. 78): “se, por um lado,” o autor “busca a verdade, por outro, essa verdade é vista pela ótica pessoal e subjetiva do sujeito de quem parte o ato autobiográfico”. Trata-se sim de um texto escrito em duas vozes:

o eu adulto, do presente da escrita, e o eu menino, do passado da memória. O autor e o narrador projetam suas identidades na personagem: a memória de criança mescla-se com a crítica social do adulto (ROIG, 2015).

6 ENUNCIACÕES EM INFÂNCIA

Após percorrermos o universo enunciativo de Émile Benveniste, situarmos sua filiação epistemológica e mergulharmos no seu momento subjetivo para vislumbrar a realidade de uma enunciação literária e, também, de colhermos contribuições de linguistas, filósofos e críticos literários, identificamos subsídios para a proposição de uma análise. Embora não tenhamos uma metodologia propriamente dita, como apresentado na introdução, temos sim um espírito científico, ou seja, elementos metodológicos que podem propiciar um olhar enunciativo sobre a literatura.

Observamos aspectos da enunciação literária tendo como aporte prioritário os textos selecionados de Benveniste incluídos no primeiro momento de suas reflexões enunciativas, caracterizado pelos estudos da subjetividade na linguagem, além do seu último texto publicado sobre essa temática, *O aparelho formal da enunciação*. Consideramos deslocamentos conceituais, dialogando com a crítica literária e com a filosofia, especialmente as reflexões sobre a subjetividade desenvolvidas por Arfuch (2010), Calame (1984), Dosse (2015), Greimas (1974), Henry (2013), Hamburger (2013) e Lejeune (2011).

Posteriormente resgatamos a sugestão do próprio Benveniste (2006) ao apresentar encaminhamentos metodológicos no seu texto *O aparelho formal da enunciação*. Nesse clássico texto, o linguista conceitua enunciação como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82). Ele também apresenta que a enunciação pode ser estudada em diversos aspectos, inclusive o escrito. Por fim, ele sugere um encaminhamento para o estudo da enunciação: “Na enunciação consideramos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que se realiza, os instrumentos de sua realização” (p. 83).

O ato enunciativo pode ser compreendido como um processo de utilização da língua que introduz o locutor parâmetro das condições de enunciação. Enquanto realização individual, o locutor se apropria da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de determinados recursos linguísticos, demarcando sua presença na enunciação. A situação enunciativa expressa as circunstâncias referenciais do locutor e sua relação com o mundo, o que possibilita que o outro, o parceiro do diálogo, possa correferir-se. Como isso se faz? Através dos instrumentos ou recursos linguísticos enunciativos disponíveis na língua: os índices de pessoa, os índices de ostensão e as formas temporais. Benveniste (2006) acrescenta que outros recursos linguísticos de que o locutor dispõe para influenciar, de algum modo, o comportamento do alocutário, fazem parte do aparelho formal da enunciação, tais como a interrogação, a asserção, a intimação, a

entonação, etc., ou seja, ele demonstrou que a enunciação está na estrutura da linguagem, manifesta em suas línguas naturais.

Embora não tenha discorrido sobre a enunciação escrita (nem da enunciação literária), mas apenas sinalizado sua existência, Benveniste (2006, p. 90) revela que ela “se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”. A pergunta que se faz é se a estrutura da enunciação formatada pelo linguista francês em contexto de linguagem oral e ordinária, aplica-se à enunciação escrita e literária. Outra pergunta é se os parceiros do diálogo, o locutor e o alocutário, permanecem na enunciação literária, tendo em vista a distância que os separa.

Se o ato enunciativo é manifesto na linguagem ordinária emanado por um locutor dirigido para um ouvinte, se a enunciação postula um alocutário, se a enunciação apresenta relação discursiva com um parceiro, real ou imaginário, individual, ou coletivo, se a enunciação promove uma relação com mundo via referência do locutor, se a língua dispõe e promove recursos enunciativos, se a enunciação está na estrutura linguística, presumimos que a mesma lógica se manifesta na linguagem literária, ou seja, a estrutura enunciativa parece ser a mesma nos diversos contextos da linguagem.

Transpondo o aparelho formal da enunciação para a realidade literária: o locutor poderia ser, nessa conjuntura, o escritor; o alocutário, seu interlocutor, que pode ser real (um leitor) ou imaginário (o próprio escritor em suas reflexões criativas); o ato, a escrita; a situação referencial, a narrada; os recursos linguísticos, os existentes na língua.

Assim, dirigimos nosso olhar para *Infância*, observando sua estrutura enunciativa. Como explicamos anteriormente, não pretendemos aqui, com este estudo, uma proposta metodológica nem análises definitivas, mas sugerimos aproximações, autorizadas pelo próprio Benveniste (2006), quando afirma que “muitos desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (p. 90). Ao classificar *Infância* como autobiografia, e a autobiografia como pertencente à mesma categoria do monólogo, aproximamos o gênero dos estudos enunciativos. Monólogo é um gênero explicitado por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* como procedente da enunciação. *Infância*, como autobiografia de Graciliano Ramos, à semelhança do monólogo, ou seja, considerados na literatura como gêneros similares, pode ser compreendido como procedente, também, da enunciação.

6.1 Enunciação do começo ao fim

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta (RAMOS, 2015, p. 9).

A figura que me perseguia à noite serenou e fugiu. E a outra, nuvem colorida, evaporou-se
(RAMOS, 2015, p. 268).

Assim começa e assim termina a autobiografia de Graciliano Ramos. Um texto marcado pela narração em primeira pessoa. A primeira pessoa é, em Benveniste (2005, 2006), um indicador de subjetividade e designa aquele que fala. Ela ocupa a função enunciativa como pessoa subjetiva, como o *eu* do discurso. O locutor exerce a língua em *Infância* assumindo-se como instância do discurso e conduzindo o mundo referencial do leitor utilizando os recursos linguísticos disponíveis. Ao ler o texto, o leitor se constitui como alocutário (aquele a quem a enunciação foi dirigida), compreende o mundo referencial do locutor utilizando os recursos enunciativos disponíveis na língua.

Ao ponderarmos sobre esses trechos, surgem alguns questionamentos com respostas admissíveis seguidas a cada um: quem está enunciando a enunciação? O locutor. Quem é o locutor? É aquele que exerce a língua e se assume como locutor. Quem exerce a língua em *Infância*? Em um primeiro nível, o escritor é o locutor. Em um segundo nível, para o leitor, o narrador exerce a função de locutor. Parece existir, ainda, um terceiro nível: o nível dos personagens. Nesse caso, os personagens são os locutores, quando assumem a língua e se enunciam.

Rememorando sua experiência com o livro *O barão de Macaúbas*, um grosso volume em papel cartão e letras pequenas, conforme apresentado no capítulo dezoito de *Infância*, Graciliano pondera:

CAPÍTULO 18 - O barão de Macaúbas

Principiei a leitura de má vontade. E logo emperrei na história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retarda a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sisudas e bons conselhos.

— Passarinhos, que queres tu brincar comigo?

Forma de perguntar esquisita, pensei. E o animalejo, atarefado na construção de um ninho, exprimia-se de maneira ainda mais confusa. Ave sabida e imodesta, que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo no caminho do dever (RAMOS, 2015, p. 129).

O escritor é o locutor, a instância discursiva que conduz a situação referencial. Foi ele quem principiou a leitura de má vontade. O narrador também se configura como um locutor, quando é lido por seu alocutário, o leitor. Foi o narrador, para o leitor, quem enunciou tal enunciação. É ele que se dirige para o leitor, seu alocutário, compartilhando as lembranças do tedioso livro. Em outro nível, o menino vadio que se retardava a conversar com os passarinhos

é quem enuncia a enunciação: “Passarinhos, que queres tu brincar comigo?” E o alocutário desse nível é o passarinho.

No texto acima, observamos que o locutor está enunciando para si: “forma de perguntar esquisita, pensei.” Sua enunciação, no entanto, se faz na forma de um diálogo. Um diálogo que se faz interiormente, mas expresso, a exemplo de um diálogo exterior, no mesmo formato, como se existisse um interlocutor presente. Como vimos anteriormente, a presença física do alocutário não é condição essencial para a enunciação, a posição linguística é suficiente. Tanto que o monólogo procede da enunciação, mesmo que o locutor se dirija para um alocutário imaginário. Trata-se de uma faculdade da linguagem.

Não é o único exemplo de diálogo interior, monologal, no texto. No incidente apresentado no capítulo quarto, quando Graciliano é acusado por seu pai de ter pegado seu cinturão, ele também aparece.

CAPÍTULO 04 - O cinturão

Não consigo reproduzir toda a cena. Juntando vagas lembranças dela a fatos que se deram depois, imagino os berros de meu pai, a zanga terrível, a minha tremura infeliz. Provavelmente sacudido. O assombro gelava-me o sangue, escancarava-me os olhos.

Onde está o cinturão? Impossível responder. Ainda que tivesse escondido o infame objeto, emudeceria, tão apavorado me achava. Situações deste gênero constituíram as maiores torturas da minha infância, e as consequências delas me acompanharam.

O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente. Os seus gritos me entravam na cabeça, nunca ninguém se esgoelou de semelhante maneira.

Onde está o cinturão? Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de quem me furam os tímpanos com pontas de ferro.

Onde está o cinturão? A pergunta repisada ficou-me na lembrança: parece que foi pregada a martelo (RAMOS, 2015, p. 35)

Ou quando o moleque José, no capítulo doze, presumiu enxergar o bisavô de Graciliano ao longe, cavalcando em sua direção. José gritou “seu Ferreira de gibão, no cavalo de seu Afro”. Mas não era. O moleque se enganou. A frase marcante era então declamada em alto som por Graciliano, que recebe uma reprimenda por seu comportamento:

CAPÍTULO 12 - O moleque José

Minha mãe se aborreceu, atirou-me qualificativos ordinários. Estúpido, idiota. Mordi os beiços, fui esconder-me no armazém, olhar o beco. Mas, trepado na janela, as pernas caídas para fora, não esqueci eu o disparate e monologava, batendo com os calcanhares no tijolo:

Seu Ferreira de gibão.

No cavalo de seu Afro (RAMOS, 2015, p. 88).

Na realidade, em uma perspectiva mais ampla, todo o texto de *Infância* pode ser compreendido como um diálogo, condição necessária da enunciação. No processo de escrita, o *eu* escritor enuncia para o *eu* ouvinte. No instante em que é lido, o leitor recebe a enunciação do narrador. Isso é possível pela estrutura da língua, enquanto linguagem, que permite, independente da presença ou não do parceiro do diálogo, seu alocutário, que o locutor se aproprie da língua e se expresse. Do mesmo modo, independente da presença do locutor, o alocutário recebe a enunciação através da estrutura da língua que está organizada para permitir o diálogo.

Ao mesmo tempo, a apropriação da linguagem pressupõe uma subjetividade. Ela apresenta traços de uma humanidade em seu exercício. Em uma fábula, por exemplo, podemos observar essa presença humana: os animais falam, as pedras falam, as nuvens falam. Não importa que na realidade os animais, as pedras e as nuvens não possam falar. O que importa é que na estrutura da linguagem, um espaço é reservado para um exercício subjetivo. No caso de *Infância*, que não é uma fábula, mas uma autobiografia, essa presença se manifesta pelo narrador e pelos personagens humanos, ainda que estejam mortos e, efetivamente, não podem falar, não obstante, na leitura, eles se enunciam.

Graciliano relata no capítulo dezessete sua experiência com D. Maria, sua professora primária:

CAPÍTULO 17 - D. Maria
<p>A mulher gorda chamou-me, deu-me uma cadeira, examinou-me a roupa, o couro cabeludo, as unhas e os dentes. Em seguida abriu a caixa branca, retirou o folheto:</p> <p style="padding-left: 2em;">— Leia.</p> <p style="padding-left: 2em;">— Não senhora, respondi confuso.</p> <p>Ainda não havia estudado as letras finas, menores que as da carta do A B C. Necessário que me esclarecessem as dificuldades.</p> <p>Dona Maria resolveu esclarecê-las, mas parou logo, deixou-me andar só no caminho desconhecido. Parei também, ela me incitou a continuar. Percebi que os sinais miúdos se assemelhavam aos borrões da carta, aventurei-me a designá-los, agrupá-los, numa cantiga lenta que a professora corrigia. O exercício prolongou-se e arrisquei-me a perguntar até onde era a lição.</p> <p style="padding-left: 2em;">— Está cansado? sussurrou a mulher.</p> <p style="padding-left: 2em;">— Não senhora.</p> <p style="padding-left: 2em;">— Então vamos para diante (RAMOS, 2015, p. 121-122).</p>

Estamos no ano de 2023, lendo um texto publicado em 1945, que relata um acontecimento de 1898. Tanto o Graciliano Ramos quanto D. Maria estão mortos. Mas eles falam agora, hoje. Como se vivos estivessem.

O ato enunciativo em *Infância* se configura como uma relação discursiva em distintos níveis. Em um, o escritor Graciliano é o locutor que exerce a língua. Em outro o narrador

Graciliano é que exerce a língua. Por fim, é o personagem Graciliano que enuncia para D. Maria, que é no diálogo sua alocutária: “não senhora, respondi confuso”. Quase dá para ouvir suas vozes entoadas em uma pequena escola de uma pequena cidade do interior de Pernambuco. O escritor Graciliano, o narrador Graciliano, o personagem Graciliano e D. Maria são compreendidos como locutores no processo enunciativo, mesmo que eles não estejam presentes e suas falas não se manifestem como estímulos sonoros, mas como estruturas linguísticas,

A autobiografia permite, em vista de suas características constitutivas, a personificação do locutor. O primeiro parágrafo da autobiografia de Graciliano Ramos exemplifica essa questão. Vejamos:

CAPÍTULO 1 - Nuvens

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrado, cheio de pitombas, escondido atrás da porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho. Talvez nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu ter comunicado a pessoa que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. De qualquer modo, a aparição deve ter sido real. Inculcaram-me nesse tempo a noção de pitombas - e as pitombas me serviram para designar todos os objetos esféricos. Depois me explicaram que a generalização era um erro, e isto me perturbou (RAMOS, 2020, p. 9)

Nesse exemplo, Graciliano enuncia sua mais antiga memória, cuja precisão está comprometida pela distância temporal do acontecido. O *eu* escritor agencia e exerce a língua ao transcrever suas memórias direcionadas para um leitor. Como se trata de uma obra autobiográfica, nos termos propostos por Arfuch (2010), Dosse (2015), Hamburger (2013) e Lejeune (2011) temos, aqui, a possibilidade de identificação e coincidência, no espaço locucional, entre o escritor, o narrador e o personagem. Em nenhum momento das 268 páginas o narrador se declara. O personagem também não é nomeado. O nome do escritor aparece na capa do livro. Quem é, pois, que guardou na memória um vaso de louça vidrado, cheio de pitombas? O narrador não identificado no texto é reconhecido pelo leitor: Graciliano Ramos. Ele coincide com o escritor da obra, cujo nome está registrado na capa do livro: Graciliano Ramos. Que também coincide com o personagem principal da obra: Graciliano Ramos. Essa coincidência aparece como uma identidade: quem enuncia, para o leitor, é Graciliano Ramos.

Por se tratar de uma autobiografia, em vista do pacto de veracidade estabelecido pelo gênero, de fato, um vaso de pitombas que figurou na memória do escritor/narrador/personagem, foi um acontecimento real, conforme apresentado na narração. Aqui se revela a situação referencial da enunciação. Não se duvida que os eventos narrados tenham ocorrido. Mas, como se trata de um gênero de fronteira, no limite da realidade, o escritor/narrador/personagem

reconhece a fragilidade de sua memória, “talvez nem me recorde bem”, é “possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu ter comunicado a pessoas que a confirmaram”. A memória está “corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma.” Finalizando: “De qualquer modo a aparição deve ter sido real.” Talvez nem tenha ocorrido, mas, para o leitor, não tem importância se o narrado é uma fantasia do escritor/narrador/personagem. Para o leitor o narrado é a verdade alicerçada na identidade aceita na capa do livro.

O ato enunciativo revela uma característica da enunciação: a presença de um sujeito. Embora sua condição não esteja clara na teoria benvenistiana, sua presença é demarcada. Em *Da subjetividade na linguagem*, conforme visto anteriormente, o linguista francês, configura termos de sua existência. Diz Benveniste (2005): “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (p. 286). O autor sugere que no exercício da linguagem o ser humano se constitui sujeito. Outra passagem no mesmo texto apresenta: “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (p. 286). Configurando que o locutor - aquele que fala - se torna, no exercício da linguagem, um sujeito: “se quisermos refletir bem sobre isso veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo” (p. 288).

Poderíamos refletir que o testemunho da subjetividade em *Infância* é encontrado quando a língua é posta em ação pelo escritor/narrador/personagem, que se declara como sujeito. O escritor/narrador/personagem identificado pelo nome de Graciliano Ramos, é o locutor, e ele dá testemunho de sua condição de sujeito de sua enunciação ao se colocar como locutor parâmetro do ato enunciativo e criar um mundo referencial a sua volta. O uso dos pronomes *minha*, *me*, *nós* e *eu* centralizam a ação discursiva em torno do sujeito no texto seguinte. Vejamos:

CAPÍTULO 11 - O inferno

<p>Às vezes minha mãe perdia as arestas e a dureza animava-se, quase se embelezava. Catorze ou quinze anos mais moço que ela, habituei-me nessas tréguas curtas e valiosas, a julgá-la criança, uma companheira de gênio variável, que era necessário tratar cautelosamente. Sucedia desprecatar-me e enfadá-la. Os catorze ou quinze anos surgiram entre nós, alargavam-se de chofre - e causavam-me desgosto.</p> <p>Um dia, em maré de conversa, na prensa da farinha do copiar, minha mãe tentava compor frases do vocabulário obscuro dos folhetos. Eu me deixava embalar pela música. E de quando em quando aventurava perguntas que ficavam sem respostas e perturbavam a narradora (RAMOS, 2015, p. 79)</p>

A mãe que perdia as arestas é a mãe do locutor, não outra mãe. Quem se habituou com o gênio variável de sua mãe foi o locutor. Quem se deixou embalar pela música, foi “eu”, o

locutor. Em um determinado dia, que não sabemos sua localização no calendário, mas que era um dia específico para locutor, sua mãe tentava compor frases de um folheto.

Outros pesquisadores ousaram refletir sobre a presença do sujeito na linguagem, por isso usaremos suas interpretações para levantarmos pontos que possam contribuir para tornar mais clara a enunciação benvenistiana na questão do sujeito. Vejamos:

Hamburger (2013) apresenta a existência de três tipos de sujeitos-de-enunciação. Eles estão centrados não no enunciado, mas na enunciação e na relação discursiva com seu interlocutor que, no final das contas, é quem configura a subjetividade: o sujeito histórico, o sujeito teórico e o sujeito pragmático, sendo o sujeito histórico um sujeito cuja individualidade é de importância essencial para o leitor, como uma carta. No sujeito teórico, sua individualidade não é tão relevante, logo a obra é mais importante. O sujeito pragmático quer algo referente ao objeto de enunciação. Temos, aqui, uma perspectiva utilitária da enunciação, como uma pergunta ou uma ordem, que esperamos que seja respondida ou executada.

Vejamos, no texto abaixo, como o sujeito-de-enunciação se apresenta em *Infância*.

CAPÍTULO 2 - Manhã

Mergulhei numa cumprida manhã de inverno. O açude apoiado, a roça verde, amarela e vermelha, os caminhos estreitos mudados em riachos, ficaram-me na alma. Depois veio a seca. Árvores pelaram-se, bichos morreram, o sol cresceu, bebeu as águas e ventos mornos espalharam na terra queimada uma poeira cinzenta. Olhando-me por dentro, percebo com desgosto a segunda paisagem. Devastação, calcinação. Nesta vida lenta sinto-me coagido entre duas situações contraditórias - uma longa noite, um dia imenso e enervante, favorável à modorra. Frio e calor, trevas densas e claridade ofuscante (RAMOS, 2020, p. 21).
--

No exemplo acima, retirado do segundo capítulo de *Infância*, observamos um enunciado em primeira pessoa, característico do seu gênero discursivo, a autobiografia. Considerando o pacto autobiográfico de Lejeune (2010), diríamos que a primeira pessoa se refere ao escritor, cujo nome está na capa do livro. No entanto, na perspectiva de Hamburger (2013), não se trata de um sujeito histórico, ou seja, de um sujeito individualizado, cuja importância é relevante para o leitor. Trata-se de um sujeito teórico, ainda que se saiba que é Graciliano Ramos que o escreve. Mas Graciliano, o escritor, não é conhecido pessoalmente pelo leitor, assim não tem uma relação íntima estabelecida. Trata-se de uma relação na qual a obra é mais relevante que a pessoa que a escreve. Nesse ponto, a autobiografia é menos subjetiva que uma carta que, por exemplo, fosse escrita por Graciliano Ramos dirigida à Rachel de Queiroz. Nesse caso, para Rachel, o sujeito enunciativo seria histórico, pois seria um sujeito cuja importância é essencial. Um sujeito individualizado.

Para a filósofa e crítica literária, o texto literário é coisa diferente do texto ordinário, no entanto, o mundo real e a linguagem ordinária são os materiais do texto literário, ou seja, “é apenas aparente esta contradição, já que a ficção só é de espécie diversa da realidade porque esta é o material daquela” (HAMBURGER, 2013, p. 2). Comparemos as imagens a seguir:



Figura 6 - Marco Zero, Recife Antigo.
Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marco_Zero_-_Recife_Antigo_-_Recife,_Pernambuco,_Brasil.jpg

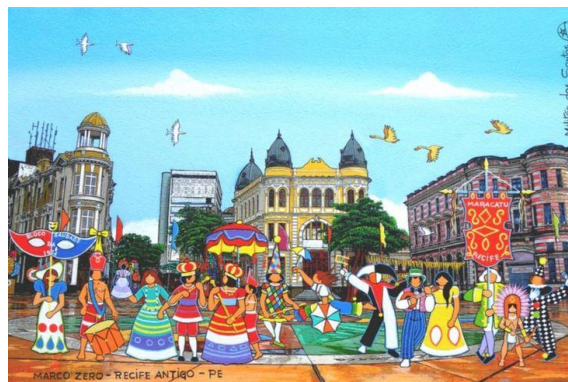


Figura 7 - Marco Zero, Recife Antigo. Disponível em: <https://militaodossantos.com/jubportfolio/g080-marco-zero-recife-antigo/>

Temos uma fotografia do Marco Zero (Fig. 6), no Recife Antigo, do fotógrafo Abdias Júnior. Ao seu lado, um desenho do artista plástico Militão dos Santos (Fig. 7), retratando o mesmo local. Imaginemos que a fotografia seja o local real e o desenho sua apresentação artística (como de fato é). É nítida a diferença entre as duas imagens. Não se pode dizer que o desenho apresenta uma descrição fidedigna do Marco Zero. O desenho não é compreendido pelo observador como uma realidade existencial.

Agora, no que se refere a uma obra escrita, as coisas não são tão simples. Observemos os dois textos abaixo, retirados do livro de Hamburger (2013):

TEXTO 1 - No meio do repique de dez pequenos sinos ia-se por uma longa aleia de tílias - o trenó desviou-se e lá estava o pátio do castelo, cercado pelas suas pequenas alas laterais. Lá, no entanto, onde penosamente subíamos as escadarias da neve do pátio ao terraço, terraço que, cercado de uma balaustrada enfeitada de vasos, parecia preparar-nos ao castelo, onde não havia nada a não ser uns arbustos afundados na neve e céu, céu cinza, trêmulo, de cujo crepúsculo se soltavam flocos em queda.

TEXTO 2 - O sol meridional estava acima do cume do Julier Pass, envolvido por rochas escaldadas, na região de Bünden. As paredes de pedras ardiam e reluziam sob os raios perpendiculares e pontiagudos. Uma vez ou outra, quando uma nuvem borrascosa nascia e passava as paredes das montanhas pareciam aproximar-se, brusca e ameaçadoramente, estreitando a paisagem... - No meio do estendido cume do desfiladeiro estavam, à direita e à esquerda do atalho lateral, duas colunas em ruínas, que pareciam desafiar o tempo há mais de um século.

Os dois textos apresentam a mesma estrutura linguístico-lógica. São proposições declarativas nas quais não ocorre nenhum pronome pessoal. A semelhança é de tal natureza que não é possível distinguir que se trata de trechos de uma carta escrita em 04/12/1904 por Rainer

Maria Rilke (1875-1926) para Lou Andreas-Salomé (1861-1937) - (TEXTO 1), e do romance *Juerg Jenatsch*, do escritor suíço Conrad Ferdinand Meyer (1825-1898) - (TEXTO 2). Ou seja, “o que distingue a paisagem pintada de uma real não é difícil de ser indicado. Não é tão tangível, porém, o limite entre a descrição de uma paisagem num poema e uma descrição não-poética” (HAMBURGER, 2013, p. 7). Como diferenciar o ordinário do literário? Se soubermos antecipadamente que se trata de uma carta, a leitura é compreendida de uma forma. Se, pelo contrário, soubermos que se trata de um romance, a leitura adquire outro sentido. O motivo dessa diferença de leitura não está no narrado, mas no narrador. O sujeito da enunciação determina a leitura das obras, a sua percepção como realidade, a situação referencial. Benveniste parece ter ciência do dilema ordinário/literário. Seus estudos se desenvolvem em torno, como faz questão de ressaltar, da linguagem ordinária e não da linguagem literária. Ao assumir a referência nos limites do enunciado, ele determina seu espaço linguístico. Por outro lado, ele ensaia, mexe e remexe a linguagem literária, mas não transpõe o paradigma linguístico. A linguagem literária, assume o linguista em 1968, é outra coisa, demanda outra configuração ou como ele pondera: “nosso domínio será a linguagem ordinária, a linguagem comum, com exclusão expressa da linguagem poética, que tem suas próprias leis e funções próprias” (BENVENISTE, 2006, p. 221).

Talvez a outra coisa seja o limite dado ao sujeito, que parece não se conformar ao enunciado na linguagem literária. A língua em sua estrutura e no seu uso referencial ordinário, como foi demonstrado, reserva espaço para o sujeito. A língua, enquanto literatura, também reserva espaço para o sujeito, porque é linguagem.

Se voltarmos ao texto de Rilke (Texto 1) podemos alegar que as coisas e fenômenos naturais descritos não são fantasias, mas como algo realmente experienciado e assim visto. E o enunciado podemos considerá-lo como um enunciado da realidade, uma situação referencial real, não pelo que está escrito, mas por quem o escreveu, o sujeito da enunciação. Por se tratar de um sujeito histórico, isto é, nos termos da filósofa alemã, um sujeito individual cujos enunciados são datáveis e campo de experiências subjetivas, para o leitor trata-se de um acontecimento real. Há uma coincidência entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado.

No que se refere ao texto de Meyer (Texto 2), por se tratar de uma obra fictícia de conhecimento prévio do leitor, os fenômenos não adquirem uma perspectiva de veracidade. Ele não comunica uma experiência da realidade, ou seja, o leitor compreende que se trata de uma ficção. Não há referência da paisagem descrita ao autor do texto, mas como um cenário de outras pessoas, dos personagens. A ênfase não se dá na individualidade do escritor, que é irrelevante, ante o narrado. Trata-se de um sujeito teórico.

O enunciado da realidade se relaciona com documentos autênticos, empiricamente verídico, mas tal veracidade não está fundamentada no objeto da enunciação, mas no sujeito da enunciação, o que faz com que Hamburger (2013, p. 30) compreenda que “a enunciação sempre é real, porque o sujeito-de-enunciação é real, porque, com outras palavras, uma enunciação somente pode ser constituída por um sujeito-de-enunciação real, autêntico”. Daí a noção de realidade não apresentar outras interpretações. Ela só tem um sentido, está fundamentada no próprio sujeito. A estrutura do enunciado da realidade é o critério que prova a realidade do sujeito. O fator realidade está contido, assim, na categoria de sujeito, servindo-lhe de base. Para Hamburger, a natureza do enunciado da realidade pode ser compreendida como “o campo de experiência ou de vivência do sujeito-de-enunciação" (p. 34)”. Tal observação coloca a linguagem numa outra relação com a realidade. Não está em jogo a realidade concreta ou a realidade espiritual, mas a realidade determinada pelo tipo de sujeito da enunciação. Em Benveniste (2005), o uso da primeira pessoa caracteriza o sujeito que, por sua vez, se apropria da língua e conduz o processo discursivo. O mundo gira em torno do sujeito: foi o sujeito que mergulhou na manhã cumprida e olhou para si próprio. A narração é desenvolvida em torno dele.

Já para Greimas (1974), a realidade humana do Graciliano Ramos não é negada, mas não cabe à linguística debruçar-se sobre ela. Outras disciplinas podem fazê-la. Vejamos ao texto a seguir:

CAPÍTULO 4 - Um cinturão

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural (RAMOS, 2020, p. 33)
--

O texto acima foi retirado do quarto capítulo de *Infância*. Nele, Graciliano Ramos rememora um incidente que o marcou profundamente. Trata-se da violência que sofreu por causa de um cinturão perdido: “Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera lição doida agita coisas adormecidas cá dentro” (RAMOS, 2020, p. 35). Mesmo sabendo que foi Graciliano Ramos, efetivamente, quem escreveu e vivenciou esses afrontamentos, pois o texto é autobiográfico e o nome do escritor encontra-se na capa do livro, para Greimas (1974), a subjetividade linguística não extrapola os limites do texto. O Graciliano Ramos real de carne e ossos é inapreensível linguisticamente. O que existe é uma reprodução do sujeito humano no

sujeito linguístico. Trata-se de um sujeito na linguagem. O *eu* Graciliano não fala, mas uma evocação de sua fala se faz presente no texto. Em Benveniste, por sua vez, o fato de serem usados os pronomes pessoais *eu* e *me* e o pronome possessivo *minha* na narração de *Infância*, configura a existência de um sujeito, que não é Graciliano Ramos, mas um recurso que a linguagem propicia para representar um humano na sua estrutura. O locutor/narrador/personagem é o *eu* da enunciação.

Outra abordagem sobre o sujeito podemos observar em Henry (2013), para quem, em virtude da não configuração da subjetividade na linguística, propicia a existência de múltiplos sujeitos da linguagem. Vejamos como isso se processa:

CAPÍTULO 12 - O moleque José

A preta Quitéria engendrou vários filhos. Os machos fugiram, foram presos, tornaram a fugir - e antes da abolição já estavam meio livres. Sumiram-se. As fêmeas, Luísa e Maria, agregavam-se à gente de meu avô. Maria, a mais nova, nascida forra, nunca deixou de ser escrava. E Joaquina, produto dela, substitui-a na cozinha até que, mortos os velhos, a família não teve recursos para sustentá-la. Aí Joaquina se libertou. E casou, diferenciando-se das ascendentes. Luísa era intratável e vagabunda. Em tempo de seca e fome chegava-se aos antigos senhores, instalava-se na fazenda, resmungona, malcriada, a discutir alto, a fomentar a desordem. Ao cabo de semanas arrumava os picuás e entrava na pândega, ia gerar negrinhos que desapareciam comidos pela verminose ou oferecidos, como crias de gato. Parece que só escaparam os dois recolhidos por meu pai (RAMOS, 2015, p. 85)

Múltiplos sujeitos se expressam no texto acima, retirado do capítulo doze de *Infância*. Além do próprio Graciliano como sujeito escritor, temos também um sujeito social, considerado pela relação naturalizada a partir da leitura subalterna dos negros, das mulheres e dos pobres. Temos o sujeito do conhecimento expresso pela tentativa de Graciliano de explicar o mundo que vivenciou, o sujeito do inconsciente, tornando presente eventos há muito vivenciados, etc. Em Benveniste, por sua vez, o pronome possessivo *meu* revela a existência de um sujeito que fala em todo o parágrafo.

Em Calame (1986), temos um sujeito da enunciação que é um sujeito de ação. Ele age sobre o mundo. Ele não é apenas uma construção linguística. É um sujeito que extrapola os limites do texto e da própria linguística. Vejamos se processa em *Infância*:

CAPÍTULO 9 - PADRE JOÃO INÁCIO

Contudo uma sombra às vezes nos toldava a alegria: a recordação do vigário. Na cozinha e na sala de jantar pintavam-no terrível, uma espécie de lobisomem criado para forçar-nos à obediência. Citavam-se os despropósitos dele na igreja. Isto não nos interessava. Tínhamos, porém, razão para temer aquele homem tenebroso por fora e por dentro. Não ria. Olho postigo, imóvel num círculo negro, dava-lhe aspecto sinistro (RAMOS, 2020, p. 67)

Nesse texto, retirado do capítulo nono, Graciliano descreve o padre da paróquia de Buíque, Pernambuco, no final do século XIX, o Vigário João Inácio, apresentando-o como um homem tenebroso que não ria e tinha aspecto sinistro. É possível não conceber sua batina preta em nossa imaginação? É possível não vislumbrar sua aparência rígida? A batina não está no texto, mas, a partir de experiências exteriores ao texto, construímos o nosso próprio vigário.



Figura 8 - Vigário João Inácio no início do século XX. Disponível em: <https://4.bp.blogspot.com/-SiH2tf1Xv98/VWWV6mv8cxI/AAAAAAAJIo/FySOI2wxrK0/s1600/Jo%25C3%25A3o%25BIn%25C3%25A1cio.jpg>

A imagem acima está exposta no Museu e Casa da Cultura de Buíque (Fig. 8). É a única fotografia conhecida do Vigário João Inácio. Influenciados pelo sujeito da enunciação podemos até perceber sua aparência tenebrosa e carrancuda. O sujeito da enunciação de Calame (1986) transcende o texto de Graciliano Ramos. Ele influencia o leitor, trazendo elementos exteriores. Em Benveniste (2005, 2006) o sujeito no texto se evidencia, não apenas pela presença do pronome *nos*, não apenas pela situação referencial que o sujeito conduz na narração, mas também por um diálogo que se estabelece entre o locutor/escritor/narrador/personagem com o alocutário/leitor.

Quanto à situação enunciativa, sabemos que “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com mundo” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Não se trata, no entanto, de uma relação da língua com o mundo real, mas com o mundo criado pela enunciação, referenciado pela instância do discurso, o sujeito da enunciação, no processo de diálogo com seu alocutário. Ou seja, encontra-se na dependência da enunciação. Como tais referências se processam em *Infância*?

CAPÍTULO 17 - D. Maria

A observação da mestra pareceu-me descabida, mas afligi-me, esquivei-me a exames desagradáveis, e à noite dormi pouco. Na manhã seguinte levantei-me cedo, abri a janela da sala de jantar, cheguei-me ao lavatório de ferro, enchi a bacia, vagarosamente, para não acordar as pessoas e o papagaio. Ainda havia um pretume no quintal e silêncio nos quartos. Fiquei talvez uma hora a friccionar-me, a ensaboar-me, até que o sol nasceu e as dobradiças das portas rangeram. Fui olhar-me no espelho da sala: as orelhas se arroxavam, como se tivessem recebido puxavantes. Estariam limpas? As mãos se engelhavam, insensíveis, mas isto não tinha importância. O que me preocupava eram as orelhas. Continuei a asseá-las rigoroso, e ao cabo de uma semana surgiram nelas esfoladuras e gretas que dificultaram as esfregações (RAMOS, 2015, p. 125).

O texto acima foi retirado do capítulo dezessete. Nele, observamos o uso do pronome pessoal em primeira pessoa, que designa o locutor parâmetro. O contexto referencial gira em

torno dele. A observação da mestra pareceu descabida ao locutor parâmetro. Foi ele também que se afligiu e esquivou-se e dormiu pouco. Na manhã seguinte, que não sabemos que dia era, só sabemos que é o dia seguinte à noite mal dormida, o locutor ficou por cerca de uma hora a friccionar e ensaboar suas orelhas. Compreendemos o que ocorreu, não com base em uma marca temporal real, com dia e hora demarcados no calendário, mas com base na marca temporal situada pelo locutor.

Quanto aos instrumentos ou recursos linguísticos: como se expressam na enunciação literária? Tal como o ato enunciativo e a situação enunciativa do sujeito se evidenciam por meio de índices específicos e procedimentos acessórios na língua ordinária, presume-se que os mesmos instrumentos linguísticos se manifestam na literatura. Disse Benveniste sobre o alcance de seus estudos:

Nosso domínio será a linguagem ordinária, a linguagem comum, com exclusão expressa da linguagem poética, que tem suas próprias leis e funções próprias. A tarefa, concordarão, é ainda assim bastante ampla. Mas tudo o que se pode esclarecer no estudo da linguagem ordinária será de proveito, diretamente ou não, para a compreensão da linguagem poética também (BENVENISTE, 2006, p. 221-222).

Os recursos já existentes na língua, ou seja, os instrumentos enunciativos da língua ordinária, serão de proveito para a linguagem literária: os índices de pessoa, os índices de ostensão, as formas temporais, a interrogação, a intimação, a asserção e todos os recursos linguísticos que enunciam atitudes do enunciador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nosso trabalho com muita expectativa sobre a possibilidade de uma abordagem literária da teoria de enunciação de Émile Benveniste. A realidade investigativa, no entanto, mostrou-se desafiadora. A peculiaridade do texto benvenistiano, o caráter inconcluso de sua teoria da enunciação e o seu diálogo incipiente com a literatura mostrou a complexidade da empreitada. Iniciamos com inquietações e terminamos com mais inquietações. Essa situação, não obstante, não nos deixou frustrado. Pelo contrário, deixou-nos empolgado com a fecundidade do pensamento do linguista francês. Com objetivo de promover um diálogo entre a teoria da enunciação de Émile Benveniste e a literatura, encaramos os desafios e nos juntamos aos incontáveis pesquisadores que compreendem a possibilidade de perceber essa teoria em diferentes leituras.

Sáímos desse percurso consciente da necessidade da promoção de mais aprofundamento nesse campo e vislumbrando novos diálogos. Como dissemos no início, o convite de Benveniste ao final de *O aparelho formal da enunciação* aponta para muitos caminhos, muitos desdobramentos no contexto da enunciação e nós apresentamos um.

Iniciamos esse percurso problematizando a relação entre enunciação e a literatura. Compreendemos que essa relação existe e é promissora. Na verdade, a produção teórica de Émile Benveniste é repleta de referências à literatura, com a presença de excertos de vários poetas, observações sobre a peculiaridade da escrita literária e tentativas de formulações teóricas. Embora não tenha apresentado um trabalho específico sobre essa temática, compreendemos que seus estudos, como ele mesmo declarou, beneficiam diretamente essa aproximação.

Os apontamentos de Flores (2013) forneceram subsídios tanto para a compreensão dos desafios que uma não-teoria impõe, quanto com relação às estratégias de enfrentamento necessárias para utilizá-la como embasamento em um processo de pesquisa. Ancorados em suas sugestões, mergulhamos em uma leitura direcionada para um momento específico de sua produção, caracterizado por seus estudos sobre a subjetividade e promovemos um diálogo com outros campos científicos, como a crítica literária e a filosofia, por compreendermos que com essa estratégia seria possível perceber nuances da enunciação literária. Tais apontamentos se mostraram determinantes e forneceram diversas reflexões. Proposição que não soa estranho ao universo benvenistiano, ele mesmo um linguista interdisciplinar, com trabalhos publicados e aclamados nas mais diversas áreas do conhecimento, como na filosofia, na semiótica, na

psicanálise ou na crítica literária. Barthes (2012), por exemplo, enalteceu, em vários momentos, a vitalidade do pensamento de Benveniste, como na ocasião da publicação do primeiro volume do PLG: “Benveniste tem a coragem de colocar deliberadamente a linguística no ponto de partida de um movimento muito mais vasto” (p. 209) e “tudo é claro no livro de Benveniste, tudo nele pode imediatamente ser reconhecido como verdade” (p. 210). Ou, nesse outro exemplo, por ocasião da publicação do segundo volume do PLG, quando declara: “lemos outros linguistas (afinal, é preciso), mas gostamos de Benveniste” (p. 213).

Pensar a literatura na enunciação benvenistiana é como caminhar em uma trilha pouco demarcada. Dá para seguir em frente, mas é preciso parar e conferir diversas vezes os mapas, observar as indicações naturais, a bússola e o GPS, além de remexer os matos para encontrar o caminho a percorrer. Às vezes é preciso atravessar riachos e desfiladeiros, confiando que a ponte não vai cair e levando alguns sustos no caminho. Pode parecer uma comparação exagerada, mas, parece-nos um exemplo adequado. A trilha pouco demarcada são os inúmeros excertos literários presentes em suas obras e os trechos dos seus manuscritos. O mapa são seus textos enunciativos. A bússola e o GPS são os outros teóricos que nos ajudam a entender os mapas e as indicações. Os riachos e desfiladeiros e os sustos são os desafios com que nos deparamos: caminhos interrompidos e obstáculos difíceis e até intransponíveis. Existem outros caminhos, mas o que escolhemos propiciou vislumbrar paisagens deslumbrantes.

Vislumbramos uma enunciação literária no processo enunciativo do sujeito da enunciação. Em outras palavras, o agenciamento da língua por um sujeito expressa sua enunciação, seja oral, escrita, formal, fônica, interior ou literária. Ao levantar a questão do sujeito, pudemos perceber que, em Benveniste ele é demarcado, mas não teorizado, mas, revela que a linguagem humana está estruturada de tal forma que preserva nela um espaço para a expressão de uma subjetividade.

Para Benveniste, o sujeito na linguagem é expresso pela utilização nos indicadores de pessoa como nos pronomes pessoais, nos verbos e nas formas temporais. Mas esse sujeito não se configura apenas como um traço linguístico, ou seja, apenas um recurso na estrutura da linguagem. O sujeito não precede nem sucede a linguagem, mas nela se constitui: “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou (BENVENISTE, 2005, p. 285). O sujeito é alçado à condição de constituinte do ser humano. Mas, ao mesmo tempo que a subjetividade está na linguagem, é instalada também uma intersubjetividade: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285). Daí, reforça: “Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu” (p. 286). O que revela que “é

numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (p. 287).

Como Benveniste aponta, mas não conclui a subjetividade em sua linguística, essa lacuna nos trouxe a possibilidade de recorrer a outros pensadores que, sob inspiração enunciativa, configuraram olhares subjetivos para o texto literário. Em Hamburger (2013), percebemos que o tipo de sujeito determina a realidade linguística do sujeito da enunciação. Uma obra, compreendida como ficção, expressa um tipo de sujeito; uma obra compreendida como não-ficção determina um outro tipo do sujeito. Em Greimas (1974), o sujeito está no texto como representação de um ser inapropriável, não importando sua condição de ficção ou não-ficção. Em Henry (2013), existem múltiplos sujeitos no texto, que se debatem e se encontram relacionados. Já em Calame (1984), o sujeito não é apenas uma situação linguística, ele age sobre o mundo e do mundo recebe influências.

Que gênero literário mais se adequa a essa expressão do sujeito? Entendemos que a autobiografia exemplifica essa situação. Primeiro porque a autobiografia encontra-se classificada na mesma categoria do monólogo, um gênero biográfico e fronteiro, situado nos limites da linguagem ordinária e da literária. E o monólogo foi explicitado em *O aparelho formal da enunciação* como um gênero que “procede claramente da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 87). A proximidade discursiva faz com que compreendamos a autobiografia como procedente, também, da enunciação. Em segundo lugar, a autobiografia é caracterizada pela narração em primeira pessoa e traz traços da experiência pessoal do biografado, seus sentimentos e pensamentos. Como se sabe, “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Ou seja, o biografado se assume como eu do discurso, declarando-se locutor do processo enunciativo através do uso do índice de pessoa. Isto é uma realidade inerente ao gênero autobiográfico, como também do monólogo. Em terceiro lugar, uma relação de diálogo se estabelece, ainda que seja na forma do diálogo interiorizado, “formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um eu ouvinte” (BENVENISTE, 2006, p. 87). Na autobiografia o diálogo entre o eu escritor e eu leitor ocorre em um primeiro plano, e no segundo plano o diálogo aparece entre o eu escritor e o tu leitor. Uma das características da enunciação na escrita é justamente essa situação. “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 2006, p. 90).

É nesse sentido que ousamos olhar para *Infância*, como uma obra autobiográfica que expressa a presença de um sujeito da enunciação na literatura. Se não pudemos esclarecer a

realidade do sujeito na teoria benvenistiana, verificamos em *Infância* sua presença. O escritor se enuncia para ele próprio quando escreve, e se enuncia para um leitor, quando é lido. O escritor conduz o processo enunciativo dirigindo a situação referencial ao se assumir como instância do discurso. Através do uso dos índices de pessoa, de ostensão e das formas verbais, e de outros recursos disponíveis na linguagem, o escritor assume a língua toda e se apresenta como o locutor parâmetro ou faz os locutores se enunciarem em seu texto. Em *Infância* a subjetividade aparece quando o escritor toma a língua. Essa condição está facultada na estrutura da linguagem. A linguagem está organizada para que o locutor/escritor se enuncie/escreva. Seja oral, escrito ou interior, a enunciação está posta como um “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p 82).

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. A constituição de *corpora* em Linguística da Enunciação. In: SILVEIRA, Eliane Mara (org.). **As bordas da linguagem**. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 121-133.
- ALTOÉ, S. **Sujeito do Direito. Sujeito do Desejo**. 3 ed. São Paulo: Thieme Revinter. 2015.
- ANDRADE, W. M. Infância, de Graciliano Ramos: um esforço de memória, um esforço de ficção. **Opiniões**, [S. l.], n. 13, p. 241-260, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/149043>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- ARESI, F. A prospecção de “O aparelho formal da enunciação”. **Letrônica**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 32486, 10 out. 2019. EDIPUCRS. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-4301.2019.2.32486>. Acesso em: 09 jul. 2021.
- _____. **Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste**: uma exegese de o aparelho formal da enunciação. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/55981>. Acesso em: 09 jul. 2021.
- ARFUCH, L. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Coleção Ensino Superior)
- BARBOSA, I. Cidade do Agreste registrou a menor temperatura do mês em Pernambuco na madrugada dessa terça. **Folha de Pernambuco**. 26 jul. 2022. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/brejao-no-agreste-registra-menor-temperatura-no-mes-na-madrugada/234985/>. Acesso em 25 jan. 2023.
- BARTHES, R. **O rumor da língua**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. **Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)**. São Paulo: Unesp, 2014.
- BOSI, A. As fronteiras da literatura. In: **Entre a Literatura e a História**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2015a. p. 221-234.
- _____. Passagens de Infância de Graciliano Ramos. **Entre a História e a Literatura**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2015b. p. 87-111.

BRASILEIRO, A. A. A experiência do monólogo, autoria e construção de si. **Intratextos**, Rio de Janeiro, Número Especial 01, pp.103-122, 2010. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/412>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BUENO, L. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: UNESP, 2006.

CALAME, C. O sujeito da enunciação: breve introdução. In: Klincksieck, Méridiens. **Le récit en Grèce ancienne**. Énonciations et représentations de poètes. Paris: [s.n.], 1986. p. 9-15. Disponível em: https://www5.pucsp.br/cps/downloads/biblioteca/2016/calame_c_o_sujeito_da_enunciacao_.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

CANDIDO, A. Ficção e Confissão: Ensaio sobre Graciliano Ramos. 3.ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARDOSO JUNIOR, V. S. “Sou-me”: formas do eu na enunciação literária do livro do desassossego. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 42, jan-abril (2022). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/index>. Acesso em 20 mar. 2023.

CERVO, A. **A redação vestibular: uma análise para além do enunciado**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3105>. Acesso em: 09 jul. 2021.

COX, M. I. P. O sujeito da enunciação: de um conceito a um valor na "prática de produção de textos". In: AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E. A. (org.). **Uma vida pela linguagem: homenagem a Émile Benveniste**. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 195-225.

DELEUZE, G. Em que se pode conhecer o estruturalismo? In: **A ilha deserta**. São Paulo: Iluminuras, 2006. Cap. 23. p. 221-247.

DOSSE, F. **História do Estruturalismo**. São Paulo: Unesp, 2018. 02 v.

_____. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUFOUR, D. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ENDRUWEIT, M. L. **A escrita enunciativa e os rastros da singularidade**. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10276>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FENOGLIO, I. **Émile Benveniste: a gênese de um pensamento**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

_____. Enunciação e gênese de um texto: elaboração semântica e textualização. **Debates em Educação**, [S.L.], v. 5, n. 10, p. 1-21, 30 dez. 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/download/1136/797>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FLORES, V. N. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 395-417, mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-445041033947774307>. Acesso em: 07 dez. 2022.

_____. **Introdução à Teoria da Enunciação de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. O sintoma da linguagem: por que gosto de Benveniste? **Cadernos de Semiótica Aplicada**, [S. L.], v. 2, n. 2, p. 1-11, dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/575>. Acesso em: 03 ago. 2021

_____. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis: Vozes, 2019a. (Coleção de Linguística).

_____. **Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

_____. Teoria da Enunciação. In: ROMERO, M.; GOLDNADEL, M.; RIBEIRO, P. N.; FLORES, V. N. **Manual de Linguística: semântica, pragmática e enunciação**. Petrópolis: Vozes, 2019b. p. 145-173. (Coleção de Linguística).

FLORES, V. N.; ENDRUWEIT, M. L. A noção de discurso na teoria enunciativa de Émile Benveniste. **Revista Moara**, Belém, v. 38, p. 196-208, 2012. Semestral. Jul/dez. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/1280/1698>. Acesso em: 09 jul. 2021.

FLORES, V. N et al (org.). **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. Livro eletrônico. ePub.

FUCHS, C.; REZENDE, L. M. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 29, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3759>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GREIMAS, A. J. A Enunciação (uma postura epistemológica). **Significação** – revista brasileira de semiótica, 1974. Disponível em: <http://semiotica.fflch.usp.br/sites/semiotica.fflch.usp.br/files/u45/enunciacao-Greimas.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

HAMBURGER, K. **A lógica da criação literária**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

ILARI, R. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, volume 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 2. p. 53-92.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

JUCHEM, A. **Por uma concepção enunciativa de escrita e re-escrita de textos em sala de aula**: os horizontes de um hífen. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56040>. Acesso em: 10 jul. 2021.

KNACK, C. **Texto e enunciação**: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/56027>. Acesso em: 10 jul. 2021.

_____. O enlace entre a literatura e a linguística enunciativa Benvenistiana: palavras para fazer ouvir interrogações. **Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS**. Porto Alegre, v. 11, n. 4, p. 441-451, outubro-dezembro 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15448/1984-4301.2018.4.31417>. Acesso em 20 mar. 2023.

KRISTEVA, J. Prefácio: Émile Benveniste, um linguista que não diz, nem oculta, mas significa. In: BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)**. São Paulo: Unesp, 2014. p. 29-66.

LEJEUNE, P. O pacto autobiográfico. In: **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 13-47.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 8 ed. Barueri: Atlas, 2022.

MORAES, D. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boi Tempo, 2012.

NORMAND, C. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. É sobre qual sujeito. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 681-691, set. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/18484/14342>. Acesso em: 31 jul. 2021.

_____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.L.; PARLATO, E.M.; RABELLO, S. (Orgs.) **O Falar da Linguagem** (Série linguagem). São Paulo: Lovise, 1996.

_____. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. (Figuras do saber).

ONO, A. Sobre as relações entre a linguagem e o homem: caminhos de leitura em Émile Benveniste. [Entrevista concedida a] SILVA, C. L. C., MILANO, L. **Calidoscópico**. Vol. 12, n.2, p. 255-260, mai/ago 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/135113>. Acesso em 07 dez. 2022.

PAVEAU, M.; SARFATI, G. **As grandes teorias linguísticas**: da gramática comparada à pragmática. São Paulo: Claraluz, 2006.

PIAGET, J. **O estruturalismo**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

REDARD, G. Émile Benveniste (1902-1976). In: BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2014. p. 1999-233.

REZENDE, J. M. de. Pessoa, Indivíduo e Sujeito. **Revista de Patologia Tropical / Journal of Tropical Pathology**, Goiânia, v. 39, n. 1, p. 69–72, 2010. DOI: 10.5216/rpt.v39i1.9501. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/9501>. Acesso em: 25 jan. 2023.

RAMOS, G. **Infância**. 51. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

RECORD. **Graciliano Ramos**. 2023. Disponível em: <https://record.com.br/autores/graciliano-ramos/>. Acesso em 25 jan. 2023.

ROIG, J. A. K. **Infância de Graciliano Ramos**: a estética da seca no romance autobiográfico. 2015. XIV Mostra da Produção Universitária - MPU FURG, 2015. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivres/Ebooks/Web/x-sihl/media/comunicacao-31.pdf>. Acesso em 14 mar. 2023.

SILVA, C. L. C. O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem. **Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 419-433, mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-44501108954472384>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVA, I. R. F.; CAVALHEIROS, J. **O eu e o outro**: um estudo de contos de Borges a partir da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Manaus: UEA, 2021. Disponível em <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/4218>. Acesso em 20 mar. 2023.

SILVA, M. C. **Infância, de Graciliano Ramos**: uma história da formação do leitor no Brasil. 2004. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/269852>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SOUZA, F. M. Émile Benveniste: a linguística no limiar da literatura. In: SILVA, S.; CAVALHEIROS, J. **Atualidades dos estudos enunciativos**. Curitiba: Primas, 2016.

SOUZA, R. R. Autobiografias podem ser consideradas literatura? In: **Cadernos Literários do Núcleo de Pesquisas Literárias do DLA/FURG**. Volume 6. Rio Grande: Ed. FURG, 2001, p.77-85.

TOLDO, C. O aparelho formal da enunciação: que aparelho é este? **Desenredo**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 424-434, 7 dez. 2018. UPF Editora. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v14i3.8607>. Acesso em: 09 jul. 2021

TOLDO, C.; CESAR DA SILVA, R. A não-presença em “na terceira pessoa”, de Mia Couto: um estudo enunciativo. **Desenredo**, v. 13, n. 1, 8 jun. 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6837>. Acesso em 20 mar. 2023.

VALÉRIO, P. S.; DIEDRICH, M. S. O tempo nos tempos: um olhar enunciativo para os aspectos da temporalidade em O amor nos tempos do cólera. In: SILVA, S.; CAVALHEIROS, J. **Atualidades dos estudos enunciativos**. Curitiba: Primas, 2016.

VIER, S. **Quando a linguística encontra a linguagem**: da escrita de Émile Benveniste presente no dossiê Baudelaire ao estudo semiológico de uma obra literária. 2016. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016a. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5270>. Acesso em: 07 dez. 2022.

_____. Émile Benveniste e a Literatura. **Revel**, S.L, v. 11, n. 14, p. 147-159, abr. 2016b. Semestral. Edição Especial. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=42>. Acesso em: 07 dez. 2022.

WERNECK, M. **Monólogos Brasileiros**: Poéticas da Primeira Pessoa e Espacialidades. Rio de Janeiro, Anais do IV Congresso de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas-ABRACE, 2006.